



**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social**

**LETÍCIA IMPERATRIZ FERREIRA DE SOUZA**

**A PUTA NA PISTA:**

**a construção, o trabalho e a identidade do corpo-lugar negro de mulheres travestis e trans em  
Montes Claros**

**Montes Claros**

**2025**

**LETÍCIA IMPERATRIZ FERREIRA DE SOUZA**

**A PUTA NA PISTA:**

**a construção, o trabalho e a identidade do corpo-lugar negro de mulheres travestis e trans em  
Montes Claros**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social, linha de pesquisa Movimentos sociais, identidades e territorialidades.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Baioni

**Montes Claros**

**2025**

*A divulgação ou reprodução total ou parcial desta dissertação é autorizada exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.*

S729p

Souza, Letícia Imperatriz Ferreira de.

A puta na pista [manuscrito]: a construção, o trabalho e a identidade do corpo-lugar negro de mulheres travestis e trans em Montes Claros / Letícia Imperatriz Ferreira de Souza – Montes Claros (MG), 2025.

96 f. : il.

Bibliografia: f. 91-96.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Baioni do Nascimento.

1. Transcrevivência. 2. Negritude. 3. Racismo. 4. Prostituição - Montes Claros (MG). 5. Sobrevivência. I. Nascimento, Rafael Baioni do. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: a construção, o trabalho e a identidade do corpo-lugar negro de mulheres travestis e trans em Montes Claros.

LETÍCIA IMPERATRIZ FERREIRA DE SOUZA

**A PUTA NA PISTA:**

**a construção, o trabalho e a identidade do corpo-lugar negro de mulheres travestis e trans em Montes Claros**

Dissertação defendida e aprovada em 25 de JULHO  
de 2025, pela banca examinadora constituída pelas  
pesquisadoras e pesquisadores

---

Prof. Dr. Rafael Baioni do Nascimento — Orientador  
Universidade Estadual de Montes Claros

Profa. Dra. Mônica Texeira Amorin  
Universidade Estadual de Montes Claros

Profa. Dra. Letícia Carolina Nascimento  
Universidade Federal do Piauí

Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai  
Universidade Federal de Alfenas

*Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa concedida.*

*Dedico este trabalho à minha mãe, as minhas energias e a todas as mulheres trans e travestis, vivas e ancestralizadas. Vocês existem em mim.*

*De todas as tarefas, construir os agradecimentos está como uma das mais complexas. Este processo é uma rememoração de todo o processo de constituição do mestrado. Os sabores e os dissabores, as lutas e as glórias. Agradecer não é fácil, mas o que é fácil na vida de uma mulher transvesti?*

*Em primeiro lugar, eu agradeço a primeira mulher, aquela que me deu a vida e que lutou para que eu estivesse aqui. Minha mãe não pôde estudar, mas lia o mundo com a maestria de um estudioso, e neste lugar me proporcionou leituras que estão marcadas na minha pele, e que me acompanham em pulsões de continuar cada vez mais.*

*Agradeço aos meus Nkisis, o senhor dos caminhos, da guerra e da forja que batalhou muitas guerras ao meu lado, Tat'etu Nkosi e Espadinha. A senhora dos oceanos, da família e que me acalentou em seus braços, Mam'etu Kaiaia. A rainha dos ventos que acompanhou os momentos que me fizeram balançar, mas nunca me deixou cair, Mam'etu Ngurussema e, por fim, o rei da caça e da fartura, que com sua flecha certa me possibilitou caminhos fartos para continuar, Tat'etu Mutakalambô. Obrigado por tanto.*

*Para além dos Nkisis, há as energias que dinamizam outros aspectos de minha vida. Estes também ocupam um lugar de destaque em quem sou. A primeira, é também a coorientadora deste trabalho, Maria Padilha. Mulher que conhece todas as minhas dores e as dores de todas as mulheres cis ou trans. Ela acreditou em mim, quando poucos acreditaram e me impulsionou a ocupar o meu lugar. Que lugar é este? O lugar que eu quis.*

*Eu preciso referenciar àqueles que me ajudaram, para além de Maria Padilha. São eles: Pai Romão do Paraíso, meu velho; Sete Cancelas, o dono de minha porteira; Sete Ondas e Lua Nova, meus caboclos e a todos os outros que caminharam ao meu lado. Salve suas forças.*

*Agradeço ao meu filho de santo Kivualê, por seguir comigo até o final e, me auxiliou para não desistir. Seguindo firme não só como filho, mas como amigo.*

*Eu preciso neste momento, antes de seguir, agradecer as minhas irmãs em vida e luta. Em primeiro agradeço às ancestralizadas: Joelma, Rubi e Vera Lucia. Mulheres cujo corpos ficaram no caminho, mas suas almas caminham junto à luta. Agradeço as construtoras deste trabalho, meninas em que a história será eternizada e, por eterno, o meu carinho também será. São elas: Rafaelly, Alessandra, Iziz Uva, Bruna Ferraz, Luana da Silva e Claudeth Xavier. Agradeço por tudo.*

*Agora faço os agradecimentos à instituição que me formei, e que hoje me faz mestra:*

*a Universidade Estadual de Montes Claros. Encaminho os agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS pela oportunidade de dinamizar discussões assentes na corporalidade transvestigêneres. Foram momentos significativos e que marcaram lugares importantes para todas as pessoas trans.*

*Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) pela bolsa concedida e, portanto, ser responsável junto ao PPGDS por eu não ter retornado para prostituição enquanto realizava o meu trabalho.*

*Agradeço ao meu orientador Rafael Baioni pelos momentos que tivemos de orientação.*

*Externalizo meus agradecimentos as professoras doutoras Mônica Maria Teixeira Amorim (Unimontes); Letícia Carolina Nascimento (UFPI) e Marta Rovai (Unifal). É uma honra ter caminhado ao lado de vocês neste processo tão bonito. Seguimos juntas, mulheres e irmãs.*

*Agradeço ao meu amigo Werley com todo o seu auxílio e a professora Priscila Dias Carlos, pela revisão bibliográfica e todo carinho comigo e ao meu trabalho.*

*Agradeço imensamente àqueles e aquelas que não citados, mas sabem sua importância em minha vida.*

*Por fim, continuaremos costurando as nossas histórias encantando, recriando, inventando, enfrentando o sistema e ocupando todos os nossos espaços de direito.*

IMPERATRIZ, Letícia. A puta na pista: **a construção, o trabalho e a identidade do corpo-lugar negro de mulheres travestis e trans em Montes Claros** — Centro de Ciências Tecnológicas. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros / MG. Brasil.

## RESUMO

---

Com esta dissertação, tive como objetivo geral investigar o processo de constituição da identidade e história do corpo-lugar e suas derivações, a partir de mulheres travestis e trans negras que possuem experiências como profissionais do sexo em Montes Claros-MG. A partir de minha autobiografia, realizei a transcrevivência de relatos e reminiscências. Utilizarei este procedimento para dialogar com histórias de outras mulheres transvestis, encruzando-as. Desta forma, feita a revisão de literatura, recorri à epistemologia das encruzilhadas (Rufino, 2019; Leda Martins, 2022). A transcrevivência é compreendida como um processo de escrevivência que é a escrita constituída a partir de uma realidade vivencial, uma experiência viva e corpórea que interpela em as atividades das narradoras (Conceição Evaristo, 2016 e 2020). Assim a transcrevivência é um lugar entrecruzado das narrativas vivenciais de pessoas transvestis e a escrita de suas narrativas para evidenciar os seus processos constitutivos e as dinâmicas inscritas em suas realidades (Letícia Nascimento, 2021; Megg Rayara Oliveira; Sara York Gonçalves Jr.; Bruna Benevides, 2021). Utilizei a entrevista como técnica de coleta de dados e os aportes da história oral (Lucília Delgado, 2003; Marta Rovai, 2020). Com a atuação no Transidentidade, projeto com atuação no norte de Minas Gerais que atende a comunidade LGBTQIAPN+, com ênfase na comunidade Transvestigenera, na busca da garantia dos direitos, pude conhecer as histórias de assassinatos das trans Joelma, Rubi e Vera Lúcia. Isso me motivou a entrevistar seis mulheres trans para dialogar comigo as suas histórias. Nós mulheres trans e travestis não somos ouvidas e sim, silenciadas. Essas mulheres não são objetos, pois já foram objetificadas durante toda a sua vida, assim como eu. Elas são sujeitas, vozes que ecoam nas vielas, nas ruas e que bradam, mesmo silenciadas. Cada uma delas me presenteou com a sua trajetória em um momento de troca nas entrevistas realizadas. Percebi o quanto o apagamento das narrativas transvestis e trans são comuns, de modo a ser necessário utilizar desta dissertação para contrapô-lo. Dessa forma, tratei de elementos comuns entre as transvivências como transição e família, prostituição como estratégia de sobrevivência, violência e abusos na pista, racismo e discriminação institucional, resistência, rede de apoio e subjetividade. Pensar as mulheres travestis e trans sob a condição de puta na pista e a construção de sua identidade a partir do trabalho, corpo-lugar, interseccionando com a negritude em Montes Claros foi um trabalho desafiador. Em primeiro lugar, por ser a primeira mulher trans negra a ingressar como discente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros e, segundo, porque este é o motivo pelo qual não retornei à prostituição.

**Palavras-chave:** Transcrevivência. Negritude. Racismo. Prostituição. Sobrevivência

## SUMÁRIO

|                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 O PONTO ANTES DA PISTA .....</b>                                         | <b>7</b>  |
| <b>2 POR ENTRE O CORPO, A RAÇA E A LUGARIDADE QUE ME MOLDA:</b>               |           |
| <b>ENCRUZAMENTOS TEÓRICOS .....</b>                                           | <b>14</b> |
| 2.1 De Manicongo ao Séc. XXI: afinal, quem somos nós? .....                   | 14        |
| 2.2 Para além do gênero, a raça .....                                         | 21        |
| 2.3 A trans na pista e o corpo como lugar .....                               | 30        |
| <b>3 UM CORPO-LUGAR TRAVESTI: REMINISCÊNCIAS AUTOBIOGRÁFICAS ...</b>          | <b>37</b> |
| 3.1 Primeiro ponto: a vida antes de tudo .....                                | 37        |
| 3.2 O encontro com a ancestralidade .....                                     | 39        |
| 3.3 Um pequeno recorte: é sobre violência .....                               | 42        |
| 3.4 Três moradas: De Belo Horizonte à Barroco para cair em Montes Claros..... | 43        |
| 3.5 A estadia nas Ciências Sociais e o início na militância .....             | 44        |
| 3.6 Um outro caminho ancestral.....                                           | 45        |
| 3.7 O início de um sonho.....                                                 | 47        |
| 3.8 De socióloga à puta.....                                                  | 49        |
| 3.9 A espiritualidade e a transição.....                                      | 51        |
| 3.10 O retorno à militância .....                                             | 54        |
| 3.11 Pode ter uma travesti na política norte-mineira?.....                    | 57        |
| <b>4 VOZ TRAVESTI, CORPO-LUGAR E NEGRITUDE: VIDA E HISTÓRIA DE</b>            |           |
| <b>TRAVESTIS NEGRAS EM MONTES CLAROS.....</b>                                 | <b>59</b> |
| 4.1 Transição e Família .....                                                 | 62        |
| 4.2 Prostituição como Estratégia de Sobrevivência.....                        | 66        |
| 4.3 Violências e Abusos na Pista.....                                         | 70        |
| 4.4 Racismo e Discriminação Institucional .....                               | 77        |
| 4.5 Resistência, Rede de Apoio e Subjetividade .....                          | 80        |
| 4.6 Em memória daquelas que foram subnotificadas .....                        | 81        |
| <b>É MESMO O FIM? OU APENAS CONSIDERAÇÕES .....</b>                           | <b>85</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                      | <b>91</b> |

## 1 O PONTO ANTES DA PISTA

Puta, mil vezes puta.  
Ela é pomba-gira, rainha das prostitutas.

Clarice Lispector definiu, em sua época, o que hoje posso associar com a transvestigeneridade. Em sua crônica “O ovo e a galinha” ela narra:

uma vez um homem foi acusado de ser o que ele era, e foi chamado de Aquele Homem. Não tinham mentido: Ele era. Mas até hoje ainda não nos recuperamos, uns após outros. A lei geral para continuarmos vivos: pode-se dizer “um rosto bonito”, mas quem disser “o rosto”, morre; por ter esgotado o assunto.

Sou uma mulher trans, negra, afro-religiosa e assim como muitas manas desta terra e além desta, fui puta.

Nesta poética, Clarice possibilita trocar a palavra homem por trans/ travesti e ela desvela a vida de toda mulher trans e o que de fato nós passamos, quando deixamos de ser “um” e passamos a ser “uma” morremos, física e socialmente. No meu caso, foi o segundo acontecimento, e neste espaço, em que me constituí, surgiu este trabalho, a partir da morte simbólica e vida trans de uma cientista social.

Eu nasci em Belo Horizonte e me criei em Montes Claros. Não direi que estive sozinha, pois comigo caminha um grande homem, senhor dos Caminhos, meu pai Nkosi. Também uma grande mulher, dona de meu oceano, minha mãe Kaiaia. Para além disso, minha companheira de guerra Maria Padilha, uma mulher que viveu e conheceu as dores da mulheridade que questiona o patriarcado. Nestas andanças eu deixei de ser alguém, me tornei uma outra e essa outra perdeu tudo, por ser quem era.

Pensar as mulheres travestis e trans enquanto puta na pista e a construção de sua identidade a partir do trabalho, corpo –lugar interseccionando com a negritude em Montes Claros é um trabalho desafiador; em primeiro lugar, por ser a primeira mulher trans negra a ingressar como discente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes e, segundo, porque este é o motivo pelo qual não retornei para a prostituição.

A vivência neste espaço de subsistência, o trabalho realizado com o projeto Transidentidade<sup>1</sup>, e o acompanhamento do assassinato de três mulheres transvestis resultam na

---

<sup>1</sup> Projeto com atuação no norte de Minas que atende a comunidade LGBT sobretudo com ênfase na comunidade Transvestigenera na busca da garantia dos direitos da Comunidade LGBTQIAPN+.

necessidade de realizar um trabalho voltado para as realidades de mulheres travestis e trans de Montes Claros. Com a atuação no Transidentidade tive acesso ao assassinato de:

**Joelma Marthezine Moreira Alves**, 42 anos, natural de Icarai que residia no bairro Independência. Foi expulsa pela família da residência passando a residir no bairro Floresta. A violência ocorreu no dia 23 de setembro de 2022 em que segundo relatos, Joelma acolheu em sua residência um rapaz de 30 anos que havia deixado a casa dos pais. Diante dos relatos do autor, que se entregou a polícia após crime, ele deflagrou 60 pauladas de mão de pilão sobre a cabeça de Joelma. Este destacou que a justificativa do crime se deu porque ela insistiu em realizar ato sexual com ele e este não correspondeu. Estas informações são do assassino, que deslocou até a delegacia de polícia, onde confessou o crime.



Figura 01: **Joelma Marthezine** (acervo próprio)

**Rubi Carvalho** de 28 anos, natural do sítio do limoeiro residia no período do crime na cidade de Monte Azul - MG. Rubi Carvalho estava desaparecida desde o dia 19 de maio 2021 e foi encontrada morta no dia 28 de maio. A principal suspeita do crime, que também é uma mulher Trans foi presa preventivamente. A motivação do crime, segundo relatos seria inveja e disputa de clientes, já que a vítima e a suposta autora do crime trabalhavam putas. O

corpo de Rubi Carvalho foi encontrado em uma casa abandonada em Monte Azul -MG. Rubi havia sido vista pela última vez em um posto de combustível, onde trabalhava como puta.

Amigos registraram um boletim de ocorrência denunciando o desaparecimento da mesma e buscando ajuda da Aliança Nacional LGBTI+ de Montes Claros para cobrar uma resposta da polícia em relação as investigações. Diante da busca incisiva, a polícia conseguiu acessar uma possível suspeita: uma mulher trans conhecida como Sabrina de 39 anos.

Sabrina ao ser interrogada pela polícia confessou o crime e foi presa. Ela também trabalhava como garota de programa e dividia espaço no posto de combustível com Rubi. De acordo com amigos da vítima, a suspeita tinha inveja da jovem pelo fato de ser muito querida e possuir maior passabilidade. Rubi trabalhava muito para realizar o sonho de colocar próteses. O desejo de ficar ainda mais bela não teria agradado a Sabrina que planejou o crime.

Na delegacia Sabrina confessou que desentendeu com a vítima por causa de clientes, mas convidou o Rubi para ir até a casa dela em uma comunidade Rural, inclusive buscando-a. Ao chegar no local, Sabrina teria começado a brigar com Rubi, em meio à discussão se armou com uma faca e golpeou Rubi no pescoço que morreu na hora. A suspeita contou que depois que matou a vítima, colocou o corpo dentro de um saco e em seguida levou usando uma motocicleta para a zona rural vizinha, onde escondeu em uma casa abandonada que fica à beira da estrada.

Após cometer o crime Sabrina não demonstrou arrependimento e inclusive foi até um correspondente bancário com um cartão da vítima e sacou todo o dinheiro que ela tinha na conta. Sabrina, disse também que depois disso queimou a bolsa de Rubi, na tentativa de ocultar provas.

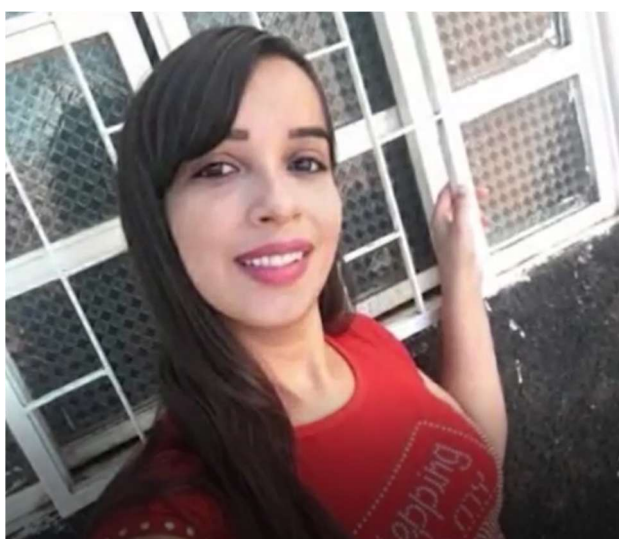


Figura 02: Rubi Carvalho (acervo próprio)

**Vera Lúcia Lopes Siqueira**, de 29 anos, natural de Jaíba foi encontrada morta em uma rua com marcas de disparos de arma de fogo. De acordo com a polícia, ela teria sido assassinada com um tiro nas costas e no peito, em sua cidade de origem.

Segundo relatos, Vera teria ido à casa de um homem para cobrar um programa sexual que tinha feito no dia anterior. No entanto, para a polícia, o crime também poderia ter sido motivado em função do tráfico de drogas.

Essa segunda hipótese foi levantada depois que os investigadores receberam a informação de que Vera estaria envolvida com traficantes e que teria ido ao local não para cobrar uma dívida de um programa, mas sim uma dívida da venda de drogas.

A mãe da vítima confirmou para os policiais que a filha era usuária de drogas e profissional do sexo. Relatou que ela tinha chegado em casa por volta das 3h da madrugada, com uma pessoa em um carro, e depois saído novamente. Já na parte da manhã, ela soube que o corpo da filha tinha sido encontrado.

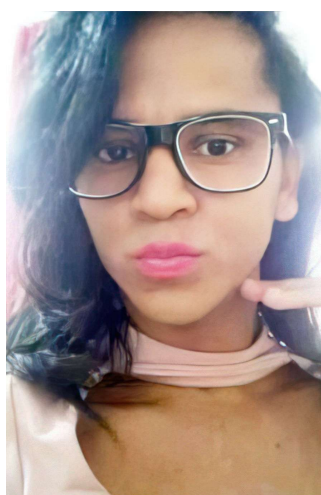


Figura 03: **Vera Lúcia Lopes Siqueira (acervo próprio)**

Retornar para a universidade através do mestrado me possibilitou inúmeros questionamentos desconfortáveis: formulários da secretaria geral e de eventos institucionais sem campo de nome social; ausência de cotas para pessoas trans e mulheres travestis no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social e a falta de letramento para alguns professores e professoras que insistem em nos diminuir a ponto de permanecer com a mesma ação LGBTFOBICA.

No processo de constituição do mestrado, tive a oportunidade de entender o processo de constituição do trabalho e reformular alguns pontos para o melhor entendimento. Inicialmente não trabalharia com mulheres transvestis negras, mas saltou aos meus olhos este recorte. Durante o processo da pesquisa, o enfoque não abarcaria as histórias das mulheres trans, entretanto, percebi o quanto o apagamento das narrativas transvestis são comuns, de modo a ser necessário utilizar deste trabalho para contrapô-lo. Assim, firmamos o nosso ponto enquanto A puta na pista: a construção, trabalho e identidade do corpo –lugar negro de mulheres travestis e trans em Montes Claros.

### **Objetivos da dissertação**

Os objetivos desta dissertação são consolidados na perspectiva do diálogo com as sujeitas que dinamizam suas vidas e participam deste processo comigo. Assim, o objetivo geral deste trabalho é investigar o processo de constituição da identidade e história do corpo-lugar e suas derivações, a partir de mulheres travestis e trans negras que possuem experiências enquanto profissionais do sexo em Montes Claros – MG. Este objetivo desdobrou-se em outros três objetivos, sendo o primeiro: Traçar um possível caminho acerca da historicidade de mulheres travestis e trans no Brasil e as relações entre gênero, raça e o corpo-lugar; Transcrever a minha história de vida enquanto uma mulher transvesti negra, assumindo o papel de protagonista neste trabalho e, por fim contar a história de seis mulheres transvestis negras que passaram pela prostituição em Montes Claros, encontrando nestas as similaridades e as diferenciações entre as mesmas, a partir de suas memórias, trajetórias, trabalho e afetos.

### **Sobre a metodologia**

Neste trabalho utilizei uma perspectiva epistemológica ao sul global, como evidenciou Nilma Limo Gomes (2012). Ao tratar de mulheres transvestis e trans negras brasileiras, não poderia recorrer a outro lugar senão a epistemologia das encruzilhadas.

Para entender o que é a epistemologia das encruzilhadas, é preciso entender a encruzilhada, assim

A noção de encruzilhada, utilizada como operador conceitual, oferece-nos a possibilidade de interpretação do trânsito sistêmico e epistêmico que emergem dos processos inter e transculturais, nos quais se confrontam e se entrecruzam, nem sempre amistosamente, práticas performáticas, concepções e cosmovisões, princípios filosóficos e metafísicos, saberes diversos, enfim (Martins, 2002, p. 73).

Neste entendimento, a encruzilhada não é simplesmente aquele espaço de intersecção de vias, mas, também, um lugar conceitual em que posso entender diversos processos, pois nesta estão inscritas diversas possibilidades, que não são isoladas em si. Ainda nesta análise

a encruzilhada é um lugar radial de centramento e descentramento, interseções e desvios, texto e traduções, confluências e alterações, influências e divergências, fusões e rupturas, multiplicidade e convergência, unidade e pluralidade, origem e disseminação. Operadora de linguagens performáticas e também discursivas, a encruzilhada, como um lugar terceiro, é geratriz de produção signífica diversificada e, portanto, de sentidos plurais (Martins, 2022, p. 51).

Deste modo, a encruzilhada é um lugar de possibilidade e assim, um espaço de entendimento para novas interpretações. Ao tratar de discussões assentes nas transvestilidades não consigo pensar em outra epistemologia senão essa. Penso perspectivas outras que não assentes no cartesianismo e no binarismo de gênero e científico e que possibilita uma crítica à linearidade histórica e às obsessões positivistas do modelo de racionalidade ocidental. Atravessá-la é considerar os caminhos enquanto possibilidades (Rufino, 2019, p. 31).

Os modos de utilização desta epistemologia são fundamentados na localização das zonas de fronteira, “nos inacabamentos, na mobilidade contínua entre saberes, acentuado os conflitos e a diversidade como elementos necessários a todo e qualquer processo de produção de conhecimento” (Rufino, 2019, p. 89). Assim, encruzarei as constituições científicas com os processos assentes nos saberes vivenciais das sujeitas transvestis, respeitando-as.

Para responder aos meus objetivos utilizarei diferentes metodologias, a primeira sendo a revisão de literatura em que dialogo com diferentes autoras e autores como Ramirez (2014); Fernandes (2019); Jaqueline Gomes Jesus (2019); Carla Akotirene (2019); Patricia Hill Collins (2020); Grada Kilomba (2019); Brito (2016), Nilma Lino Gomes (2005); Rede Trans (2019 a 2023); Monteiro (2019), Laura Martendal (2015) e outros. No segundo e terceiro objetivo utilizarei a transcrevivência. Reconheço a transcrevivência como um processo de escrevivência, termo cunhado por Conceição Evaristo, em que para a mesma o

termo escrevivência, que na verdade quando eu usei escrevivência estou dizendo de uma escrita que nasce realmente de uma vivência, que não precisa ser minha vivência particular, né? É a vivência da comunidade, é a vivência do amigo que conheço... e que acabo também projetando como a minha vivência, a partir da experiência, né? [...] Mas escrevivência é isso, é essa escrita marcada pela vivência, que é marcada pela sua experiência (UEMG Unidade Davinópolis, 2015).

A escrevivência então é a escrita constituída a partir de uma realidade vivencial, uma experiência viva e corpórea que interpela em nossas atividades. Quando penso em pessoas transvestigêneres, sabemos que suas vivências são complexas, de modo que as inscrições destas são importantes, assim a escrevivência com o prefixo trans, constitui a transcrevivência (Santos, 2024). Este termo foi utilizado por Frida Pascio Monteiro ao referenciar-se sobre autobiografia de pessoas trans (2020).

Assim a transcrevivência é um lugar entrecruzado das narrativas vivenciais de pessoas transvestis e a escrita de suas narrativas, evidenciando os seus processos constitutivos e as

dinâmicas inscritas em suas realidades. Justifica-se também a utilização da entrevista enquanto técnica de coleta de dados e posso brincar com o termo em que a transcrevivência é transcrever o relato de pessoas trans. Neste sentido, com o aporte da epistemologia posso transcrever, transcrever e transcriar os relatos das mulheres transvestis para mantê-las vivas, por meio deste trabalho.

Para acessar as narrativas que comporão as transcrevivências, eu utilizarei os aportes da história oral. Segundo Lucilia Delgado, a “história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber. (Delgado, 2003, p. 23). Neste caso, quero evidenciar as narrativas de nós mulheres transvestis e trans, e contar as histórias de vida destas mulheres, na qual me incluo. Para tanto, não é possível transcrevivência sem história, pois “as histórias de vidas são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala. Isso talha a essência subjetiva da história oral de vida (Meihy, 2015, p. 35).

Para tratamento destas transcrevivências, eu utilizo o conceito apresentado por Meihy, em que

O conceito de transcrição é uma mutação, “ação transformada, ação recriada” de uma coisa em outra, de algo que, sendo de um estado da natureza, se torna outro. A beleza da palavra composta por “trans” e “criação” sugere uma sabedoria que ativa o sentido íntimo do ato de transcriar. (MEIHY, 2015, p. 133).

A transcrição é uma ação transformada, e transcriar é a beleza de mudar, de transformar, e estou dialogando com pessoas cujas existências estão inscritas na transformação.

Neste sentido, eu organizarei o segundo capítulo, a partir de minha autobiografia, realizando a transcrevivência dos relatos e reminiscências e, utilizarei este painel para dialogar com a transcrição das histórias de outras mulheres transvestis, encruzando-as.

As discussões que comporão os capítulos estão assentes na produção do corpo político de demarcação de narrativas, como também na ideia de manutenção das histórias que o tempo cis normativo tenta apagar.

## 2 POR ENTRE O CORPO, A RAÇA E A LUGARIDADE QUE ME MOLDA: ENCRUZAMENTOS TEÓRICOS

Neste primeiro capítulo eu tratarei de discussões acerca da transexualidade e da travestilidade no Brasil e a interseccionalidade entre gênero, raça e espaços de atuação. Para tanto, em um primeiro momento traçarei aspectos de um possível caminho histórico de mulheres transvestis. Em seguida apontarei as discussões que perpassam a raça enquanto marcador social e que dialoga com os corpos “transvestis”.

Por fim, tratarei a respeito dos locais em que mulheres transvestis atuam enquanto prostitutas e discussões acerca do corpo enquanto lugar. Tudo isso é necessário para subsidiar os diálogos que transcorrerão.

### 2.1 De Manicongo ao Séc. XXI: afinal, quem somos nós?

Megg Rayara Oliveira (2017) demonstra que há situações que deslegitimam as percepções sobre as existências transexuais, sobretudo em suas produções acadêmicas sobre a coletividade em que se inserem. Da mesma forma, Lauri Miranda Silva (2024) alerta para o fato de que o ato de pesquisar sobre si e sobre as nossas companheiras implica em uma resistência à historiografia tradicional que hierarquiza saberes e seres.

Portanto, esta dissertação que objetiva traçar um possível caminho acerca da historicidade de mulheres travestis e trans no Brasil e as relações entre gênero, raça e o corpo-lugar, de Manicongo (século XVI) ao século XXI, significa romper com o silenciamento e a fragmentação de nossa história que sempre foi vislumbrada mediante uma perspectiva eurocentrada. Em suma, posso dizer que os frutos dessa perspectiva e sua hegemonia de saberes, determinavam a forma como culturalmente configuraríamos nossas vivências (Veras; Pedro, 2024; Megg Rayara Oliveira; Sara York Gonçalves Jr.; Bruna Benevides, 2021).

Tal invisibilidade pode ser explicada, em parte, pelos mesmos motivos que excluíram as mulheres da escrita da história: sobretudo, pelas escolhas políticas implicadas no fazer historiográfico, que, ao eleger determinados temas – eleição política, deixavam de lado outros temas, outros sujeitos e outras histórias (Veras; Pedro, 2014, p.96).

Devido às violências constituídas pelas estruturas coloniais de assujeitamento e marginalização, não houve outra saída para as nossas corporalidades, senão a de protagonistas de resistência no movimento, em contraponto da perspectiva negacionista que nos invalidam enquanto sujeitas e que renega nossas existências. Tal invisibilização é validada e estimulada pelos preceitos que fundamentam práticas, discursos e políticas reacionárias que negam nossa humanidade.

A história da comunidade transvesti sempre foi marcada pela inviabilização (trans)epistemológica. Desta forma, comunidades historicamente subalternizadas são apagadas em seus saberes e vivências, sendo constantemente inferiorizadas e atravessadas por um (cis)tema que nos violenta em distintos sentidos (Oliveira, 2017; Silva, 2024). Importante ressaltar que a história do movimento LGBTQIA+ trata-se de luta coletiva, repleta de acolhimentos, sensibilidades e solidariedades (Quinalha, 2022).

Todavia, o apagamento da historiografia de personalidades travestis/trans, impossibilitaram as pessoas de conhecerem sobre a atuação na garantia direitos fundamentais não só para a comunidade transvesti, mas para todo o movimento LGBTQIA+<sup>2</sup>. No Brasil exclusivamente as pessoas lidas como não cisgêneros<sup>3</sup> são perseguidas, marginalizadas e mortas por uma crença popular de anormalidade diante das pessoas cisonormativas. Para Ramírez (2014) conceito de cisonormatividade ou cisgeneridade se dá:

[...] como um conceito analítico que eu posso utilizar assim como se usa heterossexualidade para as orientações sexuais, ou como branquitude para questões raciais. Penso a cisgeneridade como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgeneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgeneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque essa posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades Trans, por exemplo. (Ramírez, 2014, p. 16)

Quinalha (2022) comprova que o processo histórico do movimento de mulheres travestis e trans apresenta dificuldades no que se refere ao acesso de registros que referenciam a pertença de sujeitas e sujeitos transvestis entre os povos originários antes da chegada dos colonizadores. Com apagamento das narrativas e o genocídio dos povos originários tornou-se difícil nos conectar a conhecimentos outros de organizações sociais, identidades de gênero e de práticas

---

<sup>2</sup> Utiliza a nomenclatura para abarcar o grupo de dissidentes das normas de gênero e sexualidade impostas em nossa sociedade. São eles: lésbicas, bissexuais, gays, transexuais, travestis, intersexuais, queers. Para um aprofundamento sobre a sigla ver: REIS, Toni. (Org.). Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018

<sup>3</sup> Pessoas cisgêneras ou cis são aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer em razão de sua genitália, ao passo que mulheres trans são aquelas que não se identificam com as expectativas sociais de gênero que lhes foram impostas, expressando-se pelo gênero oposto àquele assignado à genitália de seu nascimento. Diante da forte presença de uma leitura binária e biologicista sobre os corpos, ativistas trans consideram que o termo cisgênero demarca uma condição política na teia social, sendo utilizado pela comunidade trans para situar uma resistência aos termos biologizantes como mulheres de verdade e mulheres normais (Dumaresq, 2014).

sexuais que precedem o século XVI.

Em 1591, uma denúncia feita a inquisição tornou Xica Manicongo um nome consagrado ao movimento devido a sua resistência e existência como mulher negra travesti no Brasil. Tal afirmação se sustentou após o acesso a documentos em Lisboa-Portugal através de pesquisas feitas pelo antropólogo Luiz Mott (1999). Para corroborar com as pesquisas realizadas pelo pesquisador Mott, Jaqueline Gomes de Jesus (2019), pesquisadora travesti nos faz mergulhar nos registros referentes a Manicongo e potencializa a discussão sobre ela.

Neste sentido falar sobre esse “corpo apagado” precisamos reconfigurá-lo a partir de registros da inquisição que foram fundamentais para o conhecimento da existência de Manicongo. Quando se fala em inquisição, a imagem que se delineia é de hereges e bruxas sendo perseguidas e queimadas vivas numa grande fogueira, essas imagens amplamente exploradas na literatura popular encontram uma continuidade no contexto atual que negam as nossas identidades, existências e que nos sentenciam a morte por sermos consideradas as bruxas que ameaçam o (cis)tema da heteronormatividade (Jesus, 2019).

Com o tribunal do Santo ofício instituído, toda prática considerada heresia ou ideação que compromettesse os ensinamentos da igreja católica eram condicionados a tortura e extermínio. Esse processo se ocupou em combater crimes religiosos de heresia, bruxaria, blasfêmia e não obstante as práticas consideradas desvios sexuais como: incesto, adultério, estupro, masturbação, lesbianismo e sodomia.

Apesar de toda a repreensão e violência para impor as vontades da inquisição, milhares de processos e denúncias guardados na torre do tombo em Portugal, revelam um número significativo de sujeitos desviantes que ignoraram as imposições da igreja católica, um desses corpos era o de Francisca Manicongo:

Fato é que Chica foi denunciada para a inquisição e para evitar a perda da vida resolveu obedecer a igreja e se vestir como homem. Todos os registros então passaram a ser feitos no nome de Francisco e a transvestilidade de Xica Manicongo ficou invisível, durante muito tempo, até que o movimento social de travestis resgatou Xica e deu a ela o merecido lugar de destaque, como a primeira travesti preta do Brasil (Oliveira apud Jesus, 2019, p. 19)

É importante salientar que revisitar este lugar é extremamente violento, pois somos atravessadas por uma sociedade que busca nos homogeneizar, baseadas em um projeto imposto por homens brancos com preceitos eurocêtricos. Jesus, assim, referência:

Tachada pejorativamente como “quimbanda, membro de uma quadrilha de feiticeiros

sodomitas” (QUIMBANDA DUDU, 2005, p. 27), O que se comenta é que Xica, para continuar viva, abriu mão de se vestir como lhe convinha e adotou o estilo de vestimenta tradicional para os homens da época (Jesus, 2019, p. 253).

Percebemos que com o arquivamento de documentos que evidenciasse a existência de um corpo desviante como o de Manicongo, tal projeto de negação de identidades transvesti não nascera agora. Desde o início da formação do Brasil nos foi negado o direito de posse/ pertença a tríade(trans): identidade, corpo e lugar.

Toda a violência atrelada ao nosso corpo se dá pelo fato de nos reconhecermos enquanto mulher, mesmo que o conceito atribuído a “mulher” compreendido pelo (cis)tema não abarque a nossa existência. Tendo ciência que esse conceito único se atrela a discursos biológicos e ao fundamentalismo religioso ainda sim esse não define quem somos e tão pouco define o que é “ser mulher”, pois como Berenice Bento evidencia

O sistema binário (masculino versus feminino) produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais. (Bento, 2008, p. 17)

Deste modo, os binarismos constituem a ideia de que o gênero assim como outras determinações é uma constituição a partir do sexo biológico, em que a partir deste são fixados e reproduzidos em uma perspectiva de compreensão em que o gênero cisnormativo é uma ideia natural e não socialmente constituída.

Em continuidade, as discussões transvestis vem sendo cada mais recorrentes no Brasil e reforçadas na atualidade, sendo importante destacar que esses avanços foram traçados através de um trajeto árduo percorrido e consolidado a partir de muita luta de mulheres travestis e trans que tentaram sobreviver ao sistema opressivo, de modo que todo este trajeto é constituído por muito sangue, já que não se constitui de forma espontânea.

Após apresentarmos brevemente a respeito da vida de Xica Manicongo, sigo para um percurso do movimento trans no Brasil. Neste país, nos anos 1970 houve registros de pessoas travestis atuantes na militância social. Estes grupos precisaram se organizar em resposta à perseguição da (cis)governabilidade institucional. Morando (2014), em suas análises, aponta através de reportagens de jornais de Belo Horizonte - MG, iniciativas de organização tradicionalmente marcada por valores conservadores. Esses registros nos apresenta uma repressão violenta por parte da polícia aos bailes e concursos promovidos por mulheres travestis.

A repressão era justificada sob a lei da moralidade dos costumes e o discurso violento e a repressão através da força policial se tonavam cada vez mais constantes, necessariamente os bailes precisavam se reafirmar para que os encontros se mantivessem firmes e resistentes. Neste período os concursos para eleição de representantes da classe atraíam pessoas do: “Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Minas” o evento era realizado no Parque Municipal espaço esse denominado “Gueto Gay”. Em meados 1966, foi reproduzida uma nota da agência internacional do jornal Diário de Minas referente a uma iniciativa de uma associação de homossexuais de Amsterdã na busca de implementar uma instituição que defendesse os direitos de pessoas travestis em pleno período ditadura militar:

A violência atribuída a população LGBT sempre foram declaradas já que a polícia não permitia a classe avançar na militância ou na criação de associações como por exemplo a “Liga dos Libertados do Amor”. O presidente da entidade será o jovem conhecido no Maletta por Marcelo, e que tem o apelido de “La Rondinella”. Informa-se que os homossexuais de Belo Horizonte já consultaram um advogado para saber se podem imitar os “travestis” da Holanda, que têm a sua associação. (Morando, 1966, p. 53).

A busca por espaços que assegurassem e garantisse nossos direitos, criação de momentos que de fato dialogasse com a nossa vivência, concursos que nos possibilitasse explorar nossos imaginários para além da angustiante temporada de caças as bruxas era o que alicerçava o sonhado estatuto de vida de uma mulher travesti. É importante demarcarmos que alguns acontecimentos datados em nossa história contribuíram para o esperar não só da comunidade travesti, mas também de todos os homossexuais de São Paulo na década de 1980. Sabemos que as opressões aos corpos travestis são inúmeras, justamente por serem condicionadas ao não pertencimento, espaço este que corrobora com a vinculação das mesmas à sujeira, à doença, à marginal, à maleficência disfarçada e não genuína.

Com o tempo consolidado em muita luta o movimento transvesti nos mostra através das referências acessadas que a caça às bruxas continua e que em cada época essa caça é realizada em formatos diferentes: em um primeiro momento esse corpo negado é retirado de sua comunidade/família/costumes e trazido para o Brasil para ser torturado e queimado vivo. Em um segundo momento estes corpos são destituídos de viver em comunidade haja visto que o resultado do primeiro momento tira destas pessoas o direito a família, sendo assim necessário formar os ditos guetos para que pudessem se proteger já que para o primeiro momento o estranhamento de seus corpos não as possibilita formar guetos e assim admiradores do sexo travesti.

Se aplicarmos, no entanto, as lições do passado ao presente, nos damos conta de que a reaparição da caça às bruxas em tantas partes do mundo durante a década de 1980 e 1990 constitui um sintoma claro de um novo processo de ‘acumulação primitiva’, o que significa que a privatização da terra e de outros recursos comunais, o empobrecimento massivo, o saque e o fomento de divisões de comunidades que antes estavam em coesão têm voltado a fazer parte da agenda mundial (Federici, 2017, p. 417).

Conforme Perlongher (1987), assevera as operações policiais conhecidas como “Operação Limpeza” e “Rondão” comandada pelo delegado José Wilson Richetti, que ressaltava que “que a existência de travestis deveria ser punida por lei” ele inclusive ao se referir as mulheres travestis sempre as tratava no masculino, insistentemente frizava “os travestis deviam ser presos” (Perlongher, 1987, p. 97). As batidas policiais nos bares e boates nas noites de São Paulo já tinham corpos predestinados a sofrerem as possíveis revistas, prostitutas e mulheres lésbicas eram alvos destas violências recorrentes, porém essas não eram o foco da operação uma vez revista e prisão era pré-requisito para os corpos travestis.

Em 13 de junho de 1980 vivenciamos um ato coletivo organizado e articulados pela comunidade, onde estiveram presente em frente ao teatro municipal de São Paulo cerca de 1.000 pessoas caminhando pelo centro da cidade reafirmando sua existência e exigindo liberdade para que pudessem ir e vir sem repressão policial. Com o resultado simbólico e significativo de maior alcance de pessoas as operações criadas pela autoridade Richetti foram suspensas, sendo considerada essa a maior manifestação de toda a comunidade na época.

Paradoxalmente à caça policial às travestis nas ruas, outros segmentos como programas de televisão e propagandas publicitárias abrem espaço para a figura travesti. O programa televisivo Hora do Bolinha veicula um concurso de dublagens direcionado a elas. Além disso, Roberta Close, de fascinante beleza andrógina, ganha fama nacional e sua imagem é utilizada de maneira incessante pela mídia. (Trevisan, 1986, pp. 183-185)

Nos anos 1980 surgiram os primeiros casos de AIDS<sup>4</sup>, no Brasil. Neste período as comunidades lutavam contra a doença que em seus primeiros momentos era desconhecida, como também contra o estigma da sociedade. Durante este tempo, nós podemos citar a atuação de uma mulher que teve grande impacto no cuidado com pessoas transvestis: Brenda Lee. Cristiane Prudenciano de Souza apresenta que Brenda era

---

<sup>4</sup> A síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) foi descrita inicialmente em 1981, após uma sucessão de casos de pessoas que desenvolveram infecções pouco comuns e neoplasias raras, só encontradas em estados de imunodeficiência avançada. Posteriormente, se descobriu que essa síndrome ocorre em um estágio tardio da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), um retrovírus que tem como alvo os linfócitos T com receptores CD4 (Secretaria Municipal de Saúde, 2016, p. 4).

travesti pernambucana que aos 14 anos veio de Pernambuco para São Paulo, instalando-se no bairro do Bixiga. No ano de 1984, comprou uma casa que se tornou uma pensão para travestis e transexuais. Inicialmente chamada de Pensão da Caetana, amparava jovens abandonados e abandonadas pela família, sem apoio governamental ou de outras organizações (2023, p. 6).

A atuação de Brenda Lee foi um marco na vida de muitas pessoas que eram atendidas por seu trabalho que até hoje é reconhecido no país. Concomitante com outros processos de luta e resistência LGBT no Brasil, na década de 1990 houve um significativo avanço acerca dos movimentos pelos direitos LGBTs no Brasil, entre esses a ASTRAL.

No início dos anos 1990, apareceram organizações de ativistas propriamente ditas. Em 1992, um grupo de travestis que se prostituía na Praça Mauá, região portuária da cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se para formar a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo: a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL). A instituição nasceu da necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos locais tradicionais de prostituição na cidade (Souza, 2017, p. 81).

Eu penso que é pertinente citar a organização ASTRAL devido à importância para o movimento LGBTQIA+ e por ser a percussora no Brasil de outras organizações que viriam. A Associação de Travestis e Liberados foi a primeira organização política de travestis da América Latina, ou seja, a primeira no país.

Com a entrada nos anos 2000, os movimentos continuam se organizando politicamente, tais quais as sujeitas e sujeitos transvestis. Nos anos 2000, segundo Souza (2017) a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) se estabelece juridicamente no país e no ano de 2009 é a vez da Rede Nacional de Pessoas Trans (REDETRANS), ambos os movimentos coordenados por mulheres trans e travestis. A presença destes movimentos evidencia o caráter político das pessoas transvestis em buscarem os seus direitos mediante as violências sofridas. Todavia, conforme Benevides (2023), persiste a omissão do Estado, em todas as suas instâncias de poder, o que gera informações precárias sobre o panorama da violência vivenciada pelas pessoas LGBTI+. Isso significa a real falta de compromisso com estas vidas.

Eu apontei alguns aspectos históricos desde a Xica Manicongo até o momento atual para evidenciar as corporalidades que não aceitam as violências impostas, apesar dos momentos históricos em que estão inseridas. Neste momento, é necessário realocar as discussões para um outro campo que no Brasil acomete também às pessoas com quem dialogamos, a questão da raça.

## 2.2 Para além do gênero, a raça

O Brasil é um país constituído a partir de processos raciais complexos. Apesar das relações de gênero e de processos identitários constituídos pela transexualidade e pela travestilidade, não podemos esquecer que a raça é um componente presente. Assim, para falar de sujeitas e sujeitos trans e travestis, a raça precisa entrar na discussão. Sei que a discussão de raça não se limite no binômio de cor branca e negra, porém, na minha condição de pesquisadora trans e negra, limitarei sobre a discussão à interseccionalidade negra.

O termo “negro” está conexo ao sistema escravista, quando pessoas negras foram escravizadas. Situação essa que explica a discriminação sofrida pela maioria das pessoas negras após o fim do trabalho escravo. Sousa (1983) lembra que, no início do século XX, esse termo tinha ligação àquilo que era irracional, feio, ruim, sujo, exótico. Em contrapartida, o movimento negro organizado ao longo do século XX surtiu efeito e conseguiu atribuir sentidos positivos a este termo, de modo que negro e negra passaram a ser entendidos como raça e não mais como adjetivo.

De acordo com Oliveira (2017, p. 171), tratar a interseccionalidade de gênero, sexualidade e raça, entendo que “Se a categoria negro/a reforça e até naturaliza a heterossexualidade, a categoria homossexual é utilizada para confirmar a branquidade”.

Para entender este processo, faço uso de um conceito necessário, a interseccionalidade, pois

O pensamento interseccional nos leva reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências. Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultos heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto as geografias do colonialismo limitarem as capacidades humanas (Akotirene, 2019, p. 27)

Ou seja, o pensamento interseccional possibilita encruzar os lugares em que as sujeitas e os sujeitos estão inseridos e perceber as relações tecidas nesses espaços. O entendimento interseccional possui uma perspectiva de pensamento em que percebemos as relações sociais em que estão inscritas as violências. A autora Carla Akotirene apresenta esse entendimento realizando uma metáfora para compreender o que é a interseccionalidade, assim

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da

coletivamente constituída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, neste caso, as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de Outros (Akotirene, 2019, p. 29)

A autora traz uma exemplificação que atualiza o conceito e dá o tom da necessidade da discussão. Ao apresentar o conceito enquanto avenida, percebo os cruzamentos entre as relações de gênero, raça e classe, mais precisamente entre o primeiro e o último. Esta evidencia também que apesar de tentativas, o papel deste entendimento é evidenciar que nestes entrecruzos, as pessoas mais afetadas são aquelas que ocupam a marginalidade.

Como trago a Pedagogia das Encruzilhadas (Rufino, 2019) enquanto epistemologia, percebo estes encruzos interseccionais. Em muitos momentos das relações tecidas socialmente, as relações de poder que atuam frente às questões de raça, classe e gênero e à sujeitas e sujeitos que não se encaixam nos padrões brancos cisheteronormativo, não são apresentadas distintamente, “de fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social” (Collins, 2020, p. 17).

Interseccionar não é um processo simples, ou que denota um desejo para que as excluídas e excluídes possam ter um lugar de fala, mas esta “pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea” Kyrillos (2020, p.1). Deste modo, ao falarmos de relações de poder e as dinâmicas sociais, nós atuamos sobre as opressões e é importante entender que apesar de determinadas violências serem localizadas, um outro marcador pode aparecer e ele precisa entrar no centro do debate, neste caso, a raça.

Ao trazer para a discussão a questão da raça, nós precisamos de antemão entender tal conceito. De modo que

"Raça" é um termo de múltiplos conteúdos que vão, em contínuo, da ciência à ideologia, sempre que está em jogo a diversidade da espécie *Homo sapiens*. Produzidas por cientistas ou imaginadas pelo senso comum, as taxonomias raciais têm alto grau de arbítrio, pois implicam em seleção ou escolha das características que servem de base para a construção de esquemas classificatórios (Seifert, 1995, p. 175).

A raça é um ponto que ora está em voga sobre sua existência, ora é negada quando se trata da espécie *homo sapiens*. Todavia, é um termo que relaciona com diversos estudos, de diferentes lugares, da Biologia a Antropologia, da Geografia às Ciências Sociais e assim, por conseguinte. Ainda assim, é necessário compreendê-la para dinamizar com as relações que produzimos.

## O conceito dessa palavra

tem sua etimologia no latim *ratio* e significa sorte, categoria, espécie. Seu conceito foi inicialmente utilizado pelas ciências naturais, na Zoologia e na Botânica, com o objetivo de classificar animais e vegetais e, posteriormente, transportado para justificar as relações de dominação/sujeição entre grupos sociais, ainda que não se vislumbraassem diferenças morfológicas entre os grupos (Brito, 2019, p. 60).

A raça assim podemos dizer, significa categoria ou espécie, sendo utilizada pelas ciências naturais, mas que passou a ser utilizada em processos dominativos entre alguns grupos. A autora Giralda Seyferth apresenta em seus estudos, que ao tratar da espécie humana

A cor da pele foi a característica classificatória que se impôs, tanto nas taxonomias científicas como nas concepções mais populares sobre as raças humanas. A cor e a forma dos cabelos e dos olhos, a estatura, diversos índices cranianos e faciais, o peso e o volume do cérebro, entre outros traços fenotípicos, também serviram às distinções raciais realizadas desde o século XIX; o desenvolvimento das técnicas de medição e do conhecimento anatômico mudaram, progressivamente, os critérios classificatórios (1995, p. 176).

Este exercício classificatório data-se do século XIX, entretanto a racialidade e a dicotomia entre uma raça superior e uma raça inferior atrelada às concepções coloniais e capitalistas produziram violências, a partir do entendimento de uma superioridade da raça, neste caso, da branca sobre a negra. O resultado deste processo foi o sequestro e escravização de pessoas negras de África para as Américas, produzindo a diáspora<sup>5</sup>.

Para além disso, a dicotomização entre as raças e as violências subseqüentes produziram e perpetuaram compreensões que mesmo após quase dois séculos, no Brasil, ainda se mantém, como o racismo.

Uma das produções da racialização na terra tupiniquim e que também é uma herança violenta da colonização e escravização é o racismo. A autora Grada Kilomba ao trazer a definição de racismo, evidencia que o mesmo possui três características

No racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é a construção de/da diferença. A pessoa é vista como "diferente" devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa [...] A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os "Outras/os" raciais "diferem" Nesse sentido, não se é "diferente", torna-se "diferente" por meio do processo de discriminação (Kilomba, p.

---

<sup>5</sup> Diáspora pode ser entendida como um conceito com múltiplos significados. Em termos gerais o termo diáspora tem designado a dispersão forçada do povo africano pelo mundo atlântico especialmente no hemisfério ocidental. Por extensão o termo passou a ser estendido a processos históricos semelhantes tanto no Mediterrâneo quanto nos mundos do Oceano Índico. O surgimento deste conceito foi originalmente tirado da bíblia a partir das traduções gregas, baseando-se na etimologia muito citada do termo do grego *dia* que significa "através" e *speirein* que significa "semear" ou "Dispersão" (Silva; Xavier, 2018, p. 2).

75).

A primeira característica é a diferenciação, e esta diferenciação ocorre a partir da produção de um que se coloca como centro da observação, e aquele que o marginaliza é o diferente, neste caso, a branquitude se coloca neste lugar de parâmetro e os demais são as diferenças. A segunda característica é que

essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. Não só o indivíduo é visto como "diferente", mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade. Tais valores hierárquicos implicam um processo de naturalização, pois são aplicados a todos os membros do mesmo grupo que chegam a ser vistos/os como "a/o problemática/o", "a/o difícil", "a/o perigosa/o", "a/o preguiçosa/o", "a/o exótica/o", "a/o colorida/o" e "a/o incomum". Esses dois últimos processos - a construção da diferença e sua associação com uma hierarquia - formam o que também é chamado de preconceito (Kilomba, p. 75).

As características que constituem o racismo não estão separadas, a primeira que produz a discriminação e se conecta com a segunda em que produz o que conhecemos como preconceito, que são os julgamentos prévios, ligados a inferiorização dos sujeitos. E assim, a última característica é que “ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. É a combinação do pré-conceito e do poder que forma o racismo. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder” (Kilomba, 2019 p. 76).

Por seu turno, o seu desejo de produzir um gênero de conhecimento que possibilite a construção de um discurso da pessoa negra e sua existência acerca da subjetividade para deslocar o olhar para a experiência de ser pessoa negra na sociedade brasileira, a pessoa negra consegue construir um discurso positivo sobre si (Sousa, 1983, p. 17). De forma complementar, esta dissertação contribui com a perspectiva em que a classe, a ideologia, a estética, a exigência e as expectativas contrapõem as brancas para repensar como a existência de mulheres travesti e trans negras.

A definição do racismo apresentada por Sousa (1983) e Kilomba (2019) escancara a questão conectada aos privilégios que determinadas pessoas possuem na sociedade. A partir das construções de raça, e que apesar de tudo, os grupos raciais minorizados, não possuem capacidade de performar o racismo devido a questão de subalternidade. Esse conceito dialoga com outras pesquisas, como a descrição de Valdenice Portela da Silva (2017), em seu trabalho sobre a discriminação da mulher negra.

o fenômeno do racismo está relacionado à ideia de poder, uma vez que se manifesta

quando um grupo dominante busca excluir ou eliminar outro grupo considerado minoritário com base nas diferenças baseadas na raça que acredita serem hereditárias e inalteráveis (Silva, 2017, p. 23).

Letícia Nascimento (2021) potencializa o debate. Ela abre a reflexão para a empreitada de debater o transfeminismo a partir do seu olhar e do olhar de outras mulheres travestis e trans. A autora relembra a frase de Sojourner Truth<sup>6</sup>: “E eu não sou uma mulher?” (Nascimento, 2021, p. 17) para recuperar a perspectiva de Truth por dois aspectos: 1) alinhada ao pensamento de Truth, na qualidade de mulher negra e, assim, romper com ideia mulher universal para avançar as existências de mulheres travestis e trans; e 2) ao trazer o verbo poder como oposição às pessoas, e muitas vezes às feministas, que insistem em delimitar “quem pode e quem não pode ser uma mulher” (Nascimento, 2021, p. 20).

Desta forma apreendo que o racismo não é uma categoria isolada das relações de poder constituídas histórica e socialmente. Ainda que sujeitos minoritários apresentem situações raciais complexas, são as relações de poder que ditam as regras neste lócus discursivo, e entender tais questões são necessárias para a efetivação da justiça social.

Antes de adentrar nas justificativas para a interseccionalidade de raça e gênero no trabalho, é sumariamente importante posicionar o lugar de fala<sup>7</sup> e neste ponto, o espaço social em que estamos, o Brasil. As questões da racialidade é uma discussão necessária quando falamos de Brasil uma vez que nesta terra

o racismo está institucionalizado e estruturado, visto que esta visão discriminatória é presente em todas as esferas sociais e permeável à toda sociedade, produzindo uma ideia de inferioridade das pessoas não brancas frente às de cor de pele branca, prática que, por mais que não seja declarada, é sutil e visível em nosso cotidiano (Costa, 2018, p. 18)

Devido ao processo colonizatório brasileiro, juntamente com o sequestro e escravização de povos negros e originários, a raça e o racismo foi constituído e dinamizado durante séculos em nossa cultura e produziu espaços de poder, tais produções marginalizaram pessoas negras a partir das relações vigentes. De legislações que criminalizavam as produções negras até a violência escancarada contra aqueles que são lidos racialmente. Ainda assim, há quem afirme

---

<sup>6</sup> Foi uma abolicionista e ativista dos direitos das mulheres afro-americana que pronunciou a frase durante uma conferência em Ohio, Estados Unidos, em 1851. Sojourner Truth lutava por igualdade e reconhecimento dos direitos das mulheres negras, que eram frequentemente excluídas dos movimentos de mulheres brancas da época.

<sup>7</sup> O lugar de fala é a posição em que o discurso é proferido, de modo que este não está isolado do contexto, da cor, do país ou até mesmo da região, de modo que entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade (Ribeiro, 2017, p. 48)

que não há racismo no Brasil

o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto, as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país (Gomes, p. 46, 2005).

Um país produzido a partir das violências da racialidade, em que em seus ditames sócio-históricos-legais criminalizou as produções negras, afirma-se não ser racista, entretanto os estudos afirmam que o racismo, a raça e a racialidade é uma marca pulsante nesta terra e que afeta os diversos espaços, sejam estes públicos ou privados.

Ao pensar as produções dos corpos trans e travestis e as constituições da raça, preciso pontuar “que a opressão racista presente em nossa sociedade e em seus múltiplos espaços interfere na produção dos corpos” (Brito, 2016, p. 67). A autora Camila Pina Brito, em seu trabalho de dissertação intitulado “Já é negro e ainda quer ser travesti?” – experiências trans de mulheres negras”, evidencia a intersecção do gênero pela raça na produção das sujeitas e sujeitos travestis e trans negras. Dessa forma, friso que esta discussão contribui com a presente dissertação, haja vista que busco investigar o processo de constituição da identidade e história do corpo-lugar e suas derivações, a partir de mulheres travestis e trans negras que possuem experiências como profissionais do sexo em Montes Claros-MG.

Neste processo a violência não é apenas de gênero e as relações do machismo e do cisheteropatriarcado, mas também é entrecruzada pelas violências presentes neste lugar. A título de exemplo, a autora apresenta um destes pontos

A negação do feminino às mulheres trans acontece, independente do grupo racial a que pertençam, são também objetificadas, animalizadas, exotificadas, hipersexualizadas e encontram no imperativo biológico uma das principais fundamentações de negativa para o direito de acessar o status de mulher “de verdade”. Contudo, a objetificação ganha uma dimensão diferente no corpo de uma mulher trans negra (Brito, 2016, p. 69)

Como percebemos, há questões que afetam as sujeitas e sujeitos independente de quaisquer outros aspectos, como por exemplo a negação das mulheridades para as transvestis e trans, entretanto em alguns pontos, essa objetificação difere ao tratar de corpos que para além da transexualidade encontra-se com a negritude. É citado a objetificação do corpo masculino

negro, acerca do “tamanho da genitália” como também as questões da “devassidão negra”, quando este corpo transiciona para o feminino, isso a acompanha. Neste trabalho em questão são apresentados muitos relatos da intersecção da opressão de gênero e raça que não nos cabe aprofundar, todavia uma afirmação apresentada escancara tal problemática, para Brito “ser mulher trans e negra, diria Valeska Dominik (2014), a Miss T Brasil, é ‘sofrer duas vezes’, eu diria que o sofrimento é, na verdade, triplicado, e é por isso que precisamos realizar essa discussão a partir da interseccionalidade entre gênero, identificação de gênero e raça” (Brito, 2016, p. 69).

Em diálogo com a professora, pesquisadora e transativista Sayonara Naider Bonfim Nogueira acessei os dossiês<sup>8</sup> produzidos pela Rede Trans Brasil. Estes dossiês apresentam dados referentes à violência contra as pessoas trans e travestis no Brasil, são dados quantitativos que utilizarei para esboçar as relações tensionadas entre a raça e o gênero. No que tange aos dados, referencio apenas os últimos cinco anos de publicações dos documentos.

Estes documentos são necessários para evidenciar que a realidade impressa nos documentos são vivas e estão permeando as transrealidades, como abordarei nos próximos capítulos.

Antes de iniciar as discussões é necessário entender o processo metodológico presente nas fontes utilizadas pela organização em questão para gerar os dossiês. De acordo com a Rede Trans

Quando recebemos uma denúncia ou notícia de algum caso de homicídio contra pessoas trans, inicialmente tentamos encontrar fontes conhecidas e respeitadas, em seguida acionamos nossos filiados locais, para que busquem a informação junto as Secretarias de Segurança Pública dos seus Estados e Municípios, Centro de Combates à LGBTfobia e demais meios oficiais de verificação. Com isso, só catalogamos os casos que temos fontes de matérias jornalísticas, divulgadas em veículos de comunicação e comprovadas por filiados locais da Rede Trans Brasil, para assim construirmos uma catalogação responsável e confiável (Rede Trans, 2019, p. 11).

Assim, os dados em questão seguem um rigor metodológico específico e são relevantes e substanciais. Inicio as discussões pelo ano de 2019. Nesse ano, a Rede Trans evidenciou que no Brasil ocorreu cento e cinco (105) casos de assassinato de pessoas trans (2019). Os dossiês apresentam os recortes de raça das vítimas de mortes e no ano abordado. De pessoas negras assassinadas, nós tivemos

---

<sup>8</sup> Os documentos em questão são produções anuais da Rede Trans que apresentam dados referentes as mortes de pessoas trans no Brasil e no mundo, como também apresentam dados como a idade, raça, cor, profissão das vítimas

um total de 74% em relação aos 26% de pessoas identificadas como brancas, bem próximo do que revelou o Mapa da Violência de 2019, quando foi verificada a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, atingindo de forma brutal travestis, mulheres e homens trans (Rede Trans, 2019, p.17).

Por mais que abordo as violências de gênero que são explícitas por termos um contingente maior de mortes de mulheres trans e travestis, a questão de raça é também um fator, de modo que a maioria das mortes são de mulheres trans/ travestis negras no ano em questão.

No ano subsequente ocorreu um aumento do número de assassinatos saltando de cento e cinco (105) para cento e oitenta e nove (189) morte de pessoas trans (Rede Trans, 2020).  
Acerca da relação entre a raça das sujeitas e sujeitos vitimadas

Infelizmente nem todos os casos são noticiados com a descrição e/ou fotos da vítima, que poderiam auxiliar no reconhecimento. Levantamos esses dados, porém, é possível que eles não reflitam o que aconteceu com a população trans negra no ano de 2020. Ao somarmos pessoas negras 40 (quarenta), pardas 15 (quinze), indígenas 1 (um) e sem identificação 80 (oitenta), temos um total de 73,91% em relação aos 26,09% de pessoas identificadas como brancas, quando foi verificada a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, atingindo de forma brutal travestis, mulheres trans e homens trans negras e negros (Rede Trans, 2020, p. 19).

Observo que a violência contra as pessoas trans aumentou, contudo houve uma permanência no que se refere à porcentagem da raça identificada entre as pessoas, ou seja, acima de setenta por cento, tal qual o ano anterior. O dossiê que apresenta as mortes do ano de 2022 apresenta que houve uma redução dos casos, onde “no ano de 2021, registramos 111 casos de homicídios de pessoas trans e travestis no Brasil, uma redução de cerca de 31% em relação ao ano de 2020, em que foram registrados 162 casos” (Rede Trans, 2021, p. 16). Essa redução pode englobar vários fatores como apresenta o documento desde a invisibilização até a subnotificação, mas que não necessariamente seria a redução das mortes.

Acerca da racialidades dos corpos violentados “de todos os casos levantados, 34 não trouxeram no bojo da reportagem o marcador raça/etnia. No tocante aos registros realizados, 63% das vítimas eram pessoas racializadas” (Rede Trans, 2021, p. 32). Assim, já conseguimos perceber que as tentativas de eliminação de indivíduos trans e travestis é também uma tentativa de eliminação da raça.

Deste modo, percebo que a violência contra pessoas trans é também uma violência racial e que os diálogos precisam cruzar, os corpos negros precisam ser discutidos, difundidos com suas histórias, enfrentamentos e resistências.

Em seguida, verifiquei os dados que se referem às violências contra pessoas trans e travestis no ano de 2022. Neste período foi registrado “100 casos de homicídios de pessoas trans e travestis no Brasil, uma redução de cerca de 12% em relação ao ano de 2021, em que foram registrados 111 casos” (Rede Trans, 2022, p. 11). Ainda assim, a organização catalogou suicídios, tentativas de homicídios e outras violações de direitos às pessoas trans que foram veiculadas em meios de comunicação. Acerca das raças das pessoas assassinadas, “77,8% das vítimas eram pessoas racializadas, incluindo pessoas pardas e pretas. Localizamos ainda 01 (uma) indígena assassinada e 01 (uma) pessoa amarela” (Rede Trans, 2022, p. 20)

Por fim, adentro ao ano de 2023 e no referido ano foram registrados “119 casos de homicídios de pessoas trans e travestis no Brasil, um aumento de cerca de 11% em relação ao ano de 2022, em que foram registrados 100 casos” (Rede Trans, 2023, p. 12). Neste ano a porcentagem de pessoas trans e travestis racializadas ficou em setenta e sete por cento (77%) dos casos.

A partir dos dados apresentados, nós conseguimos inferir uma média de setenta e três por cento (73%) dos assassinatos e morte de pessoas trans e travestis no Brasil nos últimos cinco anos são de pessoas negras.

Esses resultados evidenciam a necessidade de discussões que encruzem a problemática de gênero com a racialidade, haja vista que os corpos assassinados apresentam também os marcadores da racialidade. Ainda mais, é necessário entender a ausência dos direitos de pessoas trans e travestis, como um processo necropolítico. A definição de

necropolítica tem a ver com regimes de distribuição (desigual) da morte e as funções assassinas ou de morte do Estado. Refere-se, pois, a um tipo de política entendida como o trabalho de morte na produção de um mundo em que se termina com o limite da morte. É a presença da morte que define esse mundo da violência (Cardoso, 2018, p. 962).

As discussões em que estão alocadas as questões de gênero e principalmente as questões de raça no Brasil são perpetuadas por políticas de Estado que abandonam e condenam pessoas dissidentes à morte. A necropolítica que é um termo foucaultiano, mas centralizado em análises por Mbembe (2018) e aqui definida por Cardoso (2018) é uma possibilidade de entender a morte de pessoas trans e travestis no Brasil, haja vista que há um marcador de raça substancial e o referido país possui histórico de negligência e assassinato de pessoas negras.

Marta Rovai (2020) esclarece que o imaginário social “relaciona a prostituição e a transexualidade à promiscuidade e ao crime”. Assim, a sociedade declararia estas pessoas

“como menos humanas, consumíveis e ‘mais matáveis’, portadoras de todas as práticas e valores imorais, mas também dos desejos nelas projetados e reprimidos por modelos de família e de masculinidades que correspondam a certa ordem” (Rovai, 2020, p. 21). Deste modo, falar de pessoas trans e travestis, principalmente com o marcador de violências, é também falar de negritude e de racismo, ainda que de modo encruzado, aproximando em alguns momentos e distanciando em outros.

Como tratarei das vivências, identidades e realidades de pessoas trans negras, as discussões acima são pertinentes para o trabalho, assim como a que abordarei mais a frente, pois para além do gênero e da raça, há um outro diálogo que precisa ser discutido e que encruza também os corpos de mulheres trans e travestis de modo geral, e não só teoricamente, mas fisicamente. São nas encruzilhadas de avenidas e ruas movimentadas que mulheres trans e travestis atuam enquanto profissionais do sexo e vivenciam aprendizados e relações sociais complexas. Muitas delas fazem, vivem e perdem a vida na pista, e sobre este lugar que discutirei.

### **2.3 A trans na pista e o corpo como lugar**

Ao discutir a vida e realidade de mulheres trans e travestis, nós precisamos observar as relações entre tais mulheres, a produção dos corpos e as relações de trabalho. Já compreendemos o que são as mulheridades e a interseccionalidade com a raça, a partir das autoras e autores, ainda sim, um ponto que também ata este encruzo é a profissão exercida por estas mulheres. Estas discussões são necessárias, para comunicar à frente com as nossas sujeitas. No tópico anterior deste capítulo, trouxe os dados sobre a mortalidade trans que é em maioria negra, entretanto outro fator é substancial: a maioria das mulheres assassinadas atuavam enquanto putas.

Acerca dos dados referentes a empregabilidade de mulheres trans

Estudos apontam que a prostituição continua sendo a profissão mais acessível e mais próxima da realidade de travestis e mulheres transexuais. Segundo estudos da Associação Nacional das Travestis e transexuais (ANTRA), atualmente, 90% delas estão se prostituindo em todo o Brasil (Martendal apud ANTRA, 2015, p. 23).

A prostituição é também uma realidade trans no Brasil, ao ponto de que apenas 10% dessas pessoas não estão neste posto de trabalho. Muitos fatores são responsáveis para a exclusão das mulheres trans no mercado de trabalho formal.

Segundo Monteiro,

Sobre a dificuldade dos trabalhadores e trabalhadoras transexuais brasileiros de acesso ao mercado de trabalho formal, cabe ressaltar que a estrutura do mercado de trabalho é fortemente influenciada pelo gênero, sendo este definido pela divisão binária homem/mulher. Assim, no contexto atual em que muitas ocupações profissionais ainda se condicionam à aparência das pessoas, aquelas que fogem do padrão revelando ambiguidade de gênero podem despertar rejeição (Monteiro, 2019, p. 54).

Dentre as possíveis explicações estão o fato de o mercado de trabalho atender à mentalidade binária, em que mulheres trans e travestis que representam um não lugar dentro desta lógica são rejeitadas, principalmente para aquelas que distanciam dos padrões sociais de mulheridades.

Ainda sobre este tópico, Santos e Oliveira-Silva apresenta que

A busca por emprego depois de iniciada a transição é também dificultada pela discriminação e desconhecimento em relação ao que significa ser transexual. Devido à baixa escolaridade e os preconceitos velados de muitas empresas contra mulheres transexuais e travestis, as portas do mercado formal de trabalho se fecham e as opções mais comumente encontradas para sua atuação são a de trabalhadora sexual (Santos; Oliveira-Silva, 2021, p. 5)

As autoras evidenciam alguns pontos relevantes que carecem ser esmiuçados, o primeiro é a relação transição e mercado de trabalho. O processo de constituição e identificação enquanto sujeita trans não é um processo simples, pois inicia com a negação do corpo masculino e a busca pelo feminino – se tratando de mulheres trans e travesti – e essa realização pode ocorrer em momentos distintos para cada pessoa. Há também o fator da escolaridade, em que muitas dessas mulheres ao realizar a transição abandonam as escolas<sup>9</sup>. Devido a essa exclusão, as mulheres trans e travestis procuram os trabalhos sexuais como alternativa.

Laura Martendal em seu trabalho intitulado *Experiência(S) Profissionais(S)? Relatos de mulheres transexuais* é evidenciado que

Para um número significativo de mulheres transexuais, o mercado de trabalho se fecha e as opções encontradas para produzirem sua existência são a indústria do sexo, como trabalhadoras sexuais, funcionárias de boates e saunas, e a indústria estética, como cabeleireiras, costureiras, depiladoras ou maquiadoras. Tais experiências além de retratarem a exclusão de diferentes instituições, por vezes, são naturalizadas como as mais viáveis a estas mulheres (Martendal, 2015, p. 22)

Novamente nós observamos a informação da violência contra mulheres trans e travestis

---

<sup>9</sup> O professor Rafael Baioni do Nascimento em parceria com os estudantes Welington Coimbra e Maria Alice Miranda Fortes realizaram um levantamento bibliográfico de produções acadêmicas que tratam de travestilidade e escolarização intitulado “Voz travesti e teoria queer: uma revisão bibliográfica de pesquisas brasileiras sobre travestis e escolarização”. No que tange a relação entre transexualidade/ travestilidade e escola, a violência é um elo comum.

na exclusão do mercado de trabalho, para além disso, aquelas que optam pelo trabalho para além de profissional do sexo encontram empregos em determinados espaços que são naturalizados para estes corpos. A mesma autora denuncia que

As travestis e mulheres transexuais que não se prostituem, trabalham em profissões subalternas, ganhando baixos salários, submetendo-se a conviver com toda a violência imposta por seus patrões e colegas de trabalho, e a terem suas perspectivas de ascensão funcional estagnadas pelo preconceito (Martendal, 2015, p. 22).

O relato dialoga com o que apresentei acerca das realidades enfrentadas por pessoas trans e o acesso ao mercado formal de emprego, como também evidenciam novamente a relação entre o preconceito e os corpos trans/ travestis.

Neste momento é necessário pontuar que as discussões que apresento sobre o mercado de trabalho é para elucidar sobre o lugar em que muitas mulheres trans e travestis ocupam ocuparam em algum momento da vida, a prostituição. Também para afirmar que este lugar não é apenas uma escolha, mas uma posição em que as violências e os estigmas apontam para as mulheres trans e travestis.

Apesar dos relatos e vivências vierem em um outro momento, neste eu preciso posicionar o meu corpo. Sou uma mulher trans e negra, formada em Ciências Sociais pela Unimontes e que em um dado momento, entre o reconhecimento de minha mulheridade e da transição, eu perdi o meu emprego formal e durante um certo tempo, também fui profissional do sexo.

Devido à ausência de oportunidade, nós mulheres trans e travestis somos deslocadas para o trabalho informal da prostituição ou de profissões subalternas, sendo a primeira a mais comum. São inúmeros os dados e relatos de mulheres trans e travestis que faziam ponto<sup>10</sup> em ruas e avenidas, atuando enquanto profissionais do sexo, descendo para a pista e disputando espaços para sobreviver, tendo como único bem, a territorialidade de seus corpos.

Antes de adentrar nas discussões acerca da territorialidade e do corpo-lugar de mulheres trans e travestis, é necessário entrar nas discussões acerca do lugar em que elas se encontram, a pista.

Eu entendo a pista enquanto um espaço, podendo ser uma rua, avenida, beco ou qualquer lugar em que as mulheres trans e travestis se encontram para trabalharem enquanto profissional

---

<sup>10</sup> Fazer ponto é o ato de uma pessoa se fixar em um lugar – rua, avenida, BRs – para se prostituírem, é um conceito comum entre as mulheres trans e travestis profissionais do sexo.

do sexo. Grazielle Tagliamento em um material intitulado “Travestilidade e Transexualidade na Saúde promovido pelo Ministério da Saúde” apresenta um conceito para pista que comunga com o meu entendimento, em que “as pessoas trans são marginalizadas socialmente, cabendo-lhes a rua, a pista – espaços onde podem transitar, onde são “benditas”. No entanto, esse espaço de “benditas” é ocupado, na maioria dos casos, apenas pelas mulheres trans” (Tagliamento, 2015, p. 65).

A definição da autora evidencia a noção de pista enquanto um espaço em que as pessoas trans – em sua maioria mulheres são queridas e neste lugar se reconhecem. A definição acima dialoga com a de outra autora que afirma que “é comum às mulheres trans encontrarem na “pista”, que é um termo utilizado por elas para referir-se às ruas e a prostituição, os meios para sobreviverem e se organizarem quando saem da casa dos familiares” (Pereira, 2020, p. 46). Novamente, o termo aparece para caracterizar um lugar de encontro com a prostituição, mas também um espaço social em que os processos ocorrem.

Nesta mesma perspectiva, Dandara Felícia Silva Oliveira, uma mulher trans e pesquisadora que realizou um trabalho com mulheres transvestigêneres profissionais do sexo, evidenciou em seu trabalho

De uma maneira geral nossas entrevistadas citam esse lugar peculiar da pista, o da aceitação do corpo transvestigênera. O debate sobre a abjeção do corpo transvestigênera realizado na pesquisa desta dissertação, dá conta de como o corpo ininteligível pode sofrer determinada precariedade da vida (Oliveira, 2023, p. 99).

Ao realizar sua dissertação com trabalhadoras sexuais, o termo “pista” retorna constantemente nas vozes das entrevistadas e da pesquisadora, de modo que é confirmado a pista como um lugar de aceite do corpo trans/travestis, o que nos fazem retornar as outras discussões da pista enquanto espaço de aceite, mas também de aprendizado, pois “a pista ainda é um referencial para as trans jovens, mesmo para as que não se prostituem, pois é um ambiente onde podem se espelhar para a realização da construção corporal”(Pereira, 2020, p. 59). Ainda que as mudanças ocorridas pelas lutas de movimentos sociais e de sujeitas e sujeitos pelos direitos às pessoas trans, o espaço discutido surge também como referência para aquelas que farão transição e buscam nestas outras mulheres os conhecimentos.

Este termo também é apresentado pelas autoras Ana Luísa Rodrigues e Marisa Wanzeller no livro *Da pista ao Luxo*, uma reportagem sobre a prostituição no Distrito Federal (2019). Apesar de tratar da prostituição de mulheres cis, a pista também é utilizada no trabalho enquanto espaço para a prostituição. Assim posso inferir que o uso do conceito é comum, apesar

das particularidades, ainda que para as mulheres trans e travestis, a pista é mais complexa.

A pista então é um ponto em comum que direta ou indiretamente as mulheres trans e travestis irão conhecer e reconhecer nas relações sociais as suas objetividades e subjetividades, perpassando as produções sociais, históricas e corporais. Neste lugar do corpo, eu o reconheço enquanto lugar.

O corpo enquanto um lugar é uma possibilidade de compreender as produções e realidades de mulheres trans e travestis negras. Eu reconheço que estas pessoas passam por processos complexos e que perpassam pelos seus corpos, muitas ausências e violências, assim os seus corpos tornam-se também um lugar. Segundo Holzer,

a palavra lugar tem origem no latim locus que designa “lugar”, “local” ou “posição”. Até o século XX seu sentido foi muito mais nocional do que conceitual, ou seja, era utilizada no senso comum de demarcação de uma condição, posição ou situação espacial ou social. No século XX foi adotada por diversas ciências com o sentido de posição ou coordenada no espaço geométrico (2019, p. 1).

A compreensão acima é importante para conhecer o conceito de lugar a partir de sua etimologia. Este conceito traz uma abertura para o significado adiante, de modo que o significado a frente apresenta um conceito social da palavra lugar.

É o local que possui significados construídos por indivíduos e/ou grupos sociais, portanto, envolve amor e ódio, acordos e desavenças, ambiguidade e ambivalência, segurança e liberdade, experiência e dia a dia, superficialidade e profundidade, pessoas e objetos, espaço material e imaterial, vida e morte, luz e escuridão, sendo assim, é um local conhecido por suas referências, é particular e/ou compartilhado, é um centro reconhecido de valor e feições (Suess; Ribeiro, 2017, p. 2).

Como observamos na definição, o lugar deixa de ser um espaço de localização geográfica, mas possibilita uma nova compreensão social do lugar, em que “o lugar não é um ponto definido por coordenadas geográficas, um ponto no espaço, uma localização física ou uma representação cartográfica; ele é a articulação da espacialidade com as relações sociais estabelecidas entre seres humanos e os elementos que compõem esse espaço” (Azevedo; Olanda, 2018, p. 139). Neste sentido, a citação comunga com a anterior e possibilita um olhar para além das perspectivas cartesianas de lugares, de modo que podemos estabelecer outras compreensões.

Para além disso, nós percebemos que o corpo pode ser compreendido como um espaço<sup>11</sup>,

---

<sup>11</sup> Os corpos são materiais, possuem forma e tamanho e inegavelmente, “ocupam” um espaço físico. Por meio de ações os corpos produzem mercadorias. Sendo assim, o estado corpóreo como saúde, doença, força física,

pois este é significativo e construído pelas mulheres trans e travestis e envolvem múltiplas questões. Para os significados de “lugar” que apontamos, é possível entender o corpo enquanto um lugar, assim, deslocamos o espaço da pista e evidenciamos a corporalidade enquanto corpo-lugar.

Para entender o corpo-lugar buscamos autores que já posicionaram significativas definições sobre o mesmo. O conceito de corpo-lugar foi utilizado por Brito, em que

O corpo é um lugar de memória. É no corpo que sua relação com os lugares vai sendo construída ao mesmo tempo em que sua visão de mundo vai se estabelecendo mesmo que, às vezes, de forma violenta através das experiências que ficam marcadas no corpo. Assim chegamos a um corpo-lugar que se desloca e relaciona-se, ao mesmo tempo em que se constrói, a partir das experiências vividas. No corpo, apesar das mudanças espaciais, os lugares tornam-se vivos através da memória, dos rastros e marcas deixados nele (2017, p. 19).

Nós nos relacionamos com diferentes espaços, percepções e modos de entender, deste modo, o corpo absorve estas percepções e gravam tais relações e dinamiza, a partir da memória produzida. O autor em sua tese de doutorado intitulada “*O teatro que corre em nossas veias*” aprofunda na ideia de corpo-lugar e possibilita uma melhor compreensão

definimos como corpo-lugar: uma cadeia de sensações, histórias, dados e memórias que o indivíduo armazena ao longo da vida a partir dos lugares onde ele vive/viveu. Esses lugares podem ser uma multiplicidade de cidades, estados, países ou localidades, ou mesmo bairros de uma única cidade. Cada lugar tem suas características, peculiaridades, cultura e hábitos, e o que fica no corpo de cada um é o que vai possibilitando a constituição desse corpo-lugar (Brito, 2016, p. 58)

Este entendimento da “lugaridade” do corpo, apesar de uma construção das artes cênicas, apresenta a possibilidade de perceber os nossos corpos também enquanto um lugar, pois cada marca, definição, violência, cirurgia evidencia uma trajetória, uma história e uma memória que são tatuadas em nossas corporalidades. A pista, apesar de ser um espaço geográfico, só se torna “pista” pelas presenças corporais das transexuais e travestis. Para além disso, o corpo que é o nosso objeto de desejo – para transicionar – também é um espaço, uma localização de nossas realidades.

Ainda na perspectiva de corpo-lugar, Aline Silva Brasil e Daniela Gatti em seu *Corpo-Lugar: ensaio reflexivo sobre um processo criativo em dança* pontua que

A ideia de “Corpo-Lugar” não seria, justamente, a ideia de um corpo que deseja ser o

---

capacidade reprodutiva e habilidades manuais são elementos de intensa associação entre corpo e sociedade e, portanto, espaço (Silva, 2013, p. 29).

seu próprio lugar de acontecimentos? Um corpo, talvez, cansado de tantos dualismos categóricos lançados sobre ele e sobre a sua relação com o Mundo (Corpo-Sujeito, Mundo-Objeto) (Brasil; Gatti, 2016, p. 27).

Nesta perspectiva, o corpo de pessoas trans já são o próprio lugar de acontecimentos, haja vista que é a partir das mudanças corporais em que muitas mulheres trans e travestis são sujeitadas às violências nos diversos espaços em que estas vivem e quando são vitimadas pelo transfeminicídio, o corpo é o alvo. Apesar de ambos os trabalhos não tratarem do corpo social e sim do corpo performático, a minha perspectiva é encruzar os conceitos e os nossos objetivos para suscitar as discussões no que se refere ao corpo-lugar social de mulheres trans e travestis. Corpos esses que relacionam consigo e com o outro e são marcados pela violência e pelo estigma, seja na prostituição, nos espaços familiares, nos espaços sociais ou em qualquer outro.

Porquanto, o corpo-lugar é um espaço de sociabilidade entre sujeitas e sujeitos trans e travestis que ao se reconhecerem enquanto pessoas trans realizam as transições e começam a relacionar-se com este “lugar corpo”, a partir disso se marcam com as relações sociais entre o corpo e o mundo e produzem suas referências que encruzam na memória corporal. Estes “lugares” passam por outros lugares, pessoas e situações que permanecem vivas, pois o corpo lembra e nestes processos, o corpo fala. E são essas vozes que ouviremos no próximo capítulo.

### 3 UM CORPO-LUGAR TRAVESTI: REMINISCÊNCIAS AUTOBIOGRÁFICAS

A constituição deste trabalho, assentado na memória é algo que gera desconforto. Desconforto este alicerçado na ideia de que nós não somos convidadas – pelo menos não tanto quanto a cis hetero normatividade – a contar a nossa história. Escrever sobre quem sou ainda me espanta, mas é importante que demarque este espaço.

Para construir estas reminiscências, faço valer da história oral, pois

a história oral [...] centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado (Matos; Senna, 2011, p. 96).

Neste aspecto, recontar a trajetória de minha vida é um processo encruzado entre o passado, o presente e o futuro, em que rememorar os fatos me coloca em um lugar de autoanálise do presente enquanto percebo as fragilidades do futuro, tudo isto potencializado pela minha transvestilidade negra. A utilização deste método justifica-se também na perspectiva de que “a história oral, enquanto método e prática do campo de conhecimento histórico, reconhece que as trajetórias dos indivíduos e dos grupos merecem ser ouvidas, também as especificidades de cada sociedade devem ser conhecidas e respeitadas”. (Matos; Senna, 2011, p. 107). E assim, acredito que a história de um corpo marginalizado precisa ser vista e ouvida, pois carrega em si a uma marca de uma comunidade que luta e de uma sociedade que estigmatiza.

Ainda que a história oral seja uma base, eu preciso de uma outra perspectiva que completa esta metodologia, a transcrevivência (Monteiro, 2020). A constituição de uma autobiografia, grafada por uma pessoa trans é uma marca da escrevivência, a nossa história contada por nós mesmas.

#### 3.1 Primeiro ponto: a vida antes de tudo

Meu nascimento é algo que, para minha mãe, é um certo enigma. Primeiro porque minha mãe sai de uma cidadezinha no norte de Minas Gerais chamada Barroco e vai para Belo Horizonte para tentar ganhar a vida. E aí se envolve com um homem em que esse homem não se faz tão presente na vida dela. Ela acaba engravidando, e em detrimento da violência que, segundo os meus tios narram, era muito presente na relação deles pelo fato dele ser chefe do tráfico em Belo Horizonte, a minha mãe acabou optando por ficar como empregada doméstica e residindo na casa de uma pessoa, de modo que, ao mesmo tempo que tinham a minha mãe

enquanto empregada, a minha mãe – segundo seus relatos – se sentia muito parte da família.

Um belo dia enquanto havia uma festividade lá na casa, minha mãe começou sentir as contrações. Antes de iniciar mesmo a festa, ela foi com a patroa dela no hospital para ver se já era o momento do meu nascimento. Não era, então o médico pediu para ela retornar para casa. Quando ela retornou para casa, o pessoal foi aproveitar a festa porque minha mãe disse que estava tudo tranquilo, entretanto minha mãe começou a sentir as contrações. Ela saiu para fora da casa e aí ela ficou meio que escorada em uma encruzilhada e acabou fazendo o parto.

O pessoal a procurou, mas não a encontrava, então um senhor avisou a minha vó que havia escutado um barulho estranho lá fora. E assim, encontraram a minha mãe comigo em seus braços, assim levaram minha mãe para o quarto para poder verificar como estava o estado dela para levar ela para o hospital, pois ficaram desesperados já que era algo diferente verem a situação da forma que viram.

Eles levaram minha mãe para o hospital. Na hora que voltaram, eu comecei a fazer parte daquele espaço, espaço sem referência paterna. O tempo passou e, minha mãe vivendo com esse pessoal e eu convivendo lá também. Eles tentando, ao máximo, ajudar de alguma forma, por mais que eu não tivesse a representatividade de um pai, eles pudessem, juntamente com a minha mãe, me dar a melhor educação. Assim fui inserida em alguns lugares que, se minha mãe estivesse sozinha, sem a referência deles, talvez eu não teria. Acesso a uma educação, acesso a carinho de outras pessoas e mais o que é isso de permanecer com vida.

Logo após todo esse processo e convivendo com esse pessoal, minha mãe vai e tem acesso ao meu padrasto. Padrasto que foi tentando também ter um espaço, não só na vida dela, mas também na minha. E aí, depois da vinda da minha irmã, que é branca, meu padrasto começou a mudar um pouco. Algumas preferências eram mais para minha irmã, algumas questões de sair, eventos como aniversário, tudo era voltado para minha irmã. No que competia à data comemorativa do meu aniversário, quem comemorava era essa patroa da minha mãe até então, que eu chamava de vó.

Em relação à nossa família havia algumas diferenças, porque era muito... Era notável a forma de tratamento, de carinho, de chamar a atenção. A forma de me chamar a atenção era muito mais incisiva, muito mais violenta, o que para minha irmã não era tanto. Aí minha mãe engravida, do meu padrasto novamente, para ter o meu irmão. Eu achei que com a vinda do meu irmão poderia ser diferente. Eu achei que seria diferente, porque seriam dois meninos na casa, pois a questão da identidade de gênero e orientação sexual não se apresentava ainda. Mas

pelo contrário, isso só tornou mais visível, ainda assim, exclusões em relação a algumas questões dentro da casa. Meu irmão teve direito e acesso a uma escolinha de futebol, eu não sabia o que era isso. O que eu tinha de acesso era o que já estava lá dentro de casa, que eram os brinquedos que eu trouxe da casa da patroa da minha mãe.

Com o passar do tempo, eu fui verificando cada vez mais esse distanciamento, e esse distanciamento começou a ser mais evidente em algumas cobranças, como, por exemplo, melhor nota na escola, um melhor desempenho, os afazeres da casa. Essas questões me eram muito cobradas e já os meus irmãos nem tanto. E aí passou um tempo que eu tive que ter a responsabilidade de olhar os meus irmãos, de ensinar a tarefa, de estar mais presente com eles, uma vez que minha mãe e meu padrasto sempre trabalham fora.

### **3.2 O encontro com a ancestralidade**

Teve um momento da minha vida, junto com esse processo, que eu sempre tinha uns desmaios, uns incômodos. E aí minha mãe já tinha feito alguns exames que não acusava nada ou de ter um diagnóstico em relação a esse mal-estar. Para além do mal-estar, ainda meu padrasto ficava sem entender o que era aquilo, o que por sua vez chamava mais a atenção dele para poder ficar me questionando, e ficar questionando também a minha baixa em relação à escola. Na verdade, meu estudo já não era da mesma forma quando eu estava com a patroa da minha mãe. Mas não que as questões que eu estava vivendo sejam os principais fatores disso.

Depois, com o passar do tempo, depois de igreja em que eu fui batizada e tudo mais, verificou-se através de uma senhora que abordou a minha mãe em que o mal-estar que eu tinha era em detrimento de eu ser uma pessoa das religiões de matriz africana e que eu precisava de cuidado. Ela até pediu a minha mãe para me levar em uma água corrente próxima, lá de casa, para poder passar um feijão preto cozido. E que aí, possivelmente, esse mal-estar, esses desmaios iriam cessar, não de forma permanente, mas seria mais um paliativo, até que eu estivesse inserida nas religiões de matriz africana. Ela tinha destacado para a minha mãe que não seria a Umbanda, o meu lugar, por mais que eu perpassasse por lá, teria que ser o candomblé<sup>12</sup>.

Certo dia, eu fui convidada por um amigo para poder assistir uma festividade, que era

---

<sup>12</sup> Religião de Matriz Africana que cultua divindades conhecidas como Orixás, Nkisis e Voduns.

uma festa de Logun Edé<sup>13</sup> no meu bairro, que é o bairro Floramar. Nesta festividade, eu me senti muito convidada para permanecer, para poder entender, pois não sabia o que era candomblé, eu achava que era um teatro, uma atuação por não ter tido conhecimento antes, de não ter me esclarecido o que era, de fato, aquele espaço, o que estava acontecendo, era como se as pessoas já estivessem vestindo uma fantasia.

Então com muito cuidado, o zelador da casa foi me passando as informações que eu precisava para poder entender um pouco o que era, de fato, o que estava acontecendo ali. Com o passar do tempo, eu fui solicitando ao meu amigo que me levasse mais vezes lá na casa do dono do terreiro para que eu pudesse conhecer mais. Eu permanecia cuidando dos meus irmãos, estudando e trabalhando enquanto menor aprendiz e visitava o candomblé para poder entender um pouco mais, e conversando com ele, ele me pede para dar uma faxina na casa dele em troca de um jogo<sup>14</sup> que ele fazia para mim. Eu e meu amigo demos uma faxina na casa dele e ele, quando ele jogou, disse que eu era filha de Nkosi com Kaiaia e que eu precisava fazer santo com uma certa urgência. E aí, após isso, ele se tornou meu zelador, o nome dele era Marco Antônio Pimenta de Carvalho, *in memorian*, porque ele já faleceu.

Seu Marco Antônio, por dijina<sup>15</sup> Londegí, me pediu para frequentar mais, para que as coisas pudessem ir acontecendo e aí, na medida do possível, eu ficasse realmente, eu teria caminhos para estar na casa dele. Ele foi fazer um toque para a gente, para que eu e o meu irmão de barco, o Bruno, *Diadelê*, para que a gente pudesse bolar<sup>16</sup>.

E aí, com essa questão do bolar, meu pai me convida para esse toque, eu vou e falo com ele, dá possibilidade, mas que eu queria organizar algumas coisas. Decidimos não entrar naquele primeiro momento, porque eu não tinha dinheiro para comprar todas as coisas. E aí, meu pai vai e resolve tocar um mês depois. Nesse um mês depois, eu já tinha me organizado, já tinha conversado com o pessoal da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, não tinha pedido permissão à minha mãe, só tinha conversado com ela. Ela falou: *Olha, eu não sei como funciona essas questões, eu não vou intrometer, não vou assinar nada*. Então, fiz o meu santo sem o consentimento da minha mãe, sem a permissão dela.

Ao realizar esse toque, o meu irmão, num primeiro momento, ele é convidado para o

---

<sup>13</sup> Orixá jovem caçador e senhor da pesca; filho de Oxum e Oxóssi. (Costa; Coimbra, 2023, p. 62)

<sup>14</sup> O jogo é o Jogo de Búzios, um oráculo africano utilizado pelos Terreiros.

<sup>15</sup> Dijina é o nome iniciático que os iniciados no Candomblé de Angola recebem.

<sup>16</sup> O bolar é o convite para o mundo sagrado, para as pessoas que são rodantes, que são médiuns de incorporação. Neste convite é que é verificado se, de fato, a pessoa já entra ou não. Ela bolando, imediatamente, ela já tem que entrar.

mundo sagrado, ele acaba bolando. Eu fiquei muito assustada, porque era algo muito novo para mim, eu nunca havia passado, nunca havia sido convidada para uma situação dessas, principalmente porque isso me envolveu o meu corpo e uma série de outros sentimentos, pois você tem tudo para poder sair do lugar e você não consegue sair, não por que você respeita o espaço, porque até então eu não conhecia e não sabia se qualquer tipo de atitude que eu tivesse ali naquele momento poderia desrespeitar aquele lugar, mas em detrimento, porque tinha algo que me segurava ali e não me permitia sair.

Eu olhava a porta aberta, o caminho aberto para poder passar e abandonar tudo aquilo, mas eu não conseguia sair da gira, que é o círculo onde nós nos concentramos para que as nossas energias, sejam elas qual for, possam se manifestar. Assim, eu pego e acabo bolando, quando eu acordo, acordo num outro espaço, onde acontece todo o processo ritual para que eu possa, de fato, ser uma pessoa do candomblé.

Fiz todo o procedimento, no processo da iniciação, recebi um outro nome, o mesmo que a gente passa a responder por ele, até o momento que a gente morre, que é Kiarolê. Dijina essa que me foi dada com muito gosto pelo meu pai, pelo meu zelador Londegi. Quando termina o período em que a gente fica dentro desse espaço sagrado, eu saio e, ao sair, eu retorno para minha casa, o que para mim foi um dos maiores desafios, porque o meu padrasto teve um problema muito sério contra as religiões de matriz africana. O meu preceito foi um preceito muito complicado, porque dormir no chão com o meu padrasto era uma situação que para ele não poderia existir, já que tinha cama justamente para isso. Então, meu padrasto me acordava com chute, ele me chutava, falava comigo que não aceitava, e eu com muito medo de errar em relação ao meu santo, eu ia para a cama, quando ele ia para o quarto, eu voltava para o chão e eu acabava dormindo, ele voltava e me dava chute de novo para me acordar.

Eu começava a comer de mão, na hora que ele chegava, eu parava de comer, às vezes eu estava até com uma certa fome, mas não terminava de comer na frente dele, porque para ele isso era algo que era desrespeitoso. Primeiro, porque tinha cama, segundo, porque existia colher em casa, e isso para ele era inaceitável.

No meu processo de preceito, nos últimos dias, minha irmã teve um relacionamento com um rapaz, esse rapaz queria dominar minha irmã de qualquer jeito, ele era muito envolvido com o tráfico, e eu estava ainda no preceito, e aí, bem na sexta-feira, que é um dia extremamente sagrado para a gente, do Candomblé, que é o dia de Lemba, eu saindo da Cruz Vermelha, eu vou para a casa do meu zelador e quando eu estou próxima à casa dele, eu vejo a luz do poste apagar, e aí o rapaz que namorava com a minha irmã, ele vem atrás de mim e me dá uma

machadada na cabeça.

Nessa questão que ele me dá a machadada na cabeça, ele viu que eu fiquei um pouco bamba e volta para me dar uma outra machadada, entretanto segundo o relato das pessoas, do policial e do enfermeiro que cuidou de mim, eu acabei rodando no santo, neste caso recebi o meu Nkisi. Com isso, o rapaz fica com a cabeça próxima ao chão, ele não conseguia levantar-se, e eu fico incorporada até a polícia chegar. Essa situação toda aconteceu em frente à casa da pessoa que me criou, foi a pessoa que me deu a educação dentro do candomblé, a minha mãe pequena.

Mediante aos gritos das pessoas, diante do que tinha ocorrido ela viu que de fato estava acontecendo algo na rua. Quando ela saiu, eu estava virada em Nkosi, a divindade não me largou, foi aí que eu tive a maior prova de que de fato eu tenho um santo, que de fato a espiritualidade se faz presente na minha vida.

E com isso fui para o hospital, chegando lá Nkosi só deixou o meu corpo e entregou o machado para os policiais depois que eu já tinha recebido o ponto. Aí minha mãe chegou toda assustada, foi uma situação extremamente complicada, porque até então ninguém estava entendendo nada, o povo do hospital não estava entendendo nada da forma com que eu entrei segurando o machado, mas incorporado em uma divindade.

A única pessoa que estava tendo ciência do que estava acontecendo era minha mãe pequena e o enfermeiro, porque o enfermeiro era de uma casa de umbanda, tinha conhecimento do meu processo de feitura. E aí ele virou para mim e falou: olha, o que eu tenho para te dizer é, agradeça esta divindade por onde você passar, porque você recebeu uma machadada em um espaço muito complicado na parte da cabeça, que é bem na lateral, próximo da testa. Esse machado poderia ter atingido um local, poderia te levar a óbito, segundo as informações que o médico passou.

E aí foi que eu me apaixonei mais, por encoste, e comecei a entender que eu não estava sozinha. Qualquer escolha que eu estivesse a partir dali já seria algo bom para mim, porque o meu caminho sempre teria alguém do meu lado para estar caminhando junto comigo.

Após esse processo todo com o meu padrasto e a situação do preceito, eu volto para a casa do meu zelador para poder ter concluído as questões que tinham que ser conclusas e retorno para casa. Eu nunca imaginava que essa situação poderia ser muito mais agravante depois dessa situação.

### **3.3 Um pequeno recorte: é sobre violência**

Antes desse período – iniciação de candomblé – eu já tinha um outro problema com o familiar do meu padrasto, diversas violências sexuais que perdurou dos 12 anos até aproximadamente os 16 e 17. O meu padrasto, ele nunca aceitava a minha mãe pegar e falar qualquer questão a respeito dessa situação ou ele não aceitava a gente de maneira alguma para poder registrar um boletim de ocorrência, porque o irmão do meu padrasto, ele fazia parte do exército e ele estava em uma patente elevada. E talvez isso, esse tipo de situação para ele poderia acarretar um afastamento, então, o meu padrasto, ele não aceitava nenhum tipo de comentário ou conversa, principalmente quando essa conversa se dava a respeito de registrar, por exemplo, um boletim de ocorrência. Isso para ele era inadmissível.

Eu falo com a minha mãe que inadmissível – isto após a minha iniciação – seria eu permanecer em um lugar que eu não tinha mais domínio sobre o meu corpo, porque todas as vezes que o meu padrasto e minha mãe iam trabalhar, era sempre a mesma sensação. Em algum momento ele ia chegar e como sempre, ele dava dinheiro para meus irmãos comprarem bala ou comprar qualquer coisa. Então, na hora que meus irmãos voltavam, o ato já tinha sido consumado.

Para mim não fazia sentido permanecer na situação que eu estava. Então, eu falo para minha mãe que eu vou sair de casa e que eu jamais estaria inserida ou no mundo das drogas ou faria qualquer coisa para ir ser presa, mas que ela pudesse esperar alguma coisa de mim, porque, pelo menos, ser uma pessoa envolvida com tráfico ou qualquer outro tipo de situação ilícita que não viesse dentro dos parâmetros da educação que eu recebi, esse tipo de desgosto eu não iria dar. Deste modo, eu venho para Montes Claros.

### **3.4 Três moradas: De Belo Horizonte à Barroão para cair em Montes Claros**

Quando eu saio de Belo Horizonte, eu explico para minha mãe que eu não iria ficar lá mais, que eu iria para qualquer lugar para poder tentar a vida, deixo bem claro para ela que eu voltaria com algo bom, que possivelmente seria a minha conclusão de ensino médio, conclusão de um curso superior. Aí, vou para Barroão, chegando em Barroão, vejo que lá não estava próximo do que eu esperava, até mesmo porque eu já saí do ensino médio em Belo Horizonte com muita coisa adiantada, eu havia visto coisas que os alunos iriam ver lá ainda, então as professoras me deram a dica de ir para Montes Claros.

Chegando em Montes Claros, eu já tento o processo seletivo, e tentando esse processo seletivo, eu já passo em mãos para dois cursos, Filosofia e Ciências Sociais. Na época, como haviam dito que era impossível fazer dois cursos, porque a pessoa não daria conta, eu opto por

fazer Ciências Sociais.

### **3.5 A estadia nas Ciências Sociais e o início na militância**

Começo a fazer o meu curso e percebo a Unimontes – que é a universidade onde eu me graduei – um distanciamento da realidade do público LGBT quanto ao que eu já vivia em Belo Horizonte, porque as pessoas não tinham medo de se assumir. Eram notórias as relações, a troca de abraços, as brincadeiras, o que eu não via dentro da universidade. E já pela experiência que eu tinha na UFMG, por ter trabalhado no Centro Cultural da UFMG, eu vi que estava muito distante, as pessoas tinham muito medo de dizer quem elas eram, tinham muito medo de usar uma roupa extremamente colorida, pelo fato da universidade naquele período não ter tanto conhecimento sobre as realidades do público LGBT como tem hoje.

Neste período, percebi que é dado a oportunidade de homens gays, mulheres lésbicas, estarem mais próximos de um grupo de pesquisa que tinha na época, que era o Núcleo de Estudos sobre Homocultura (NEHON), mas mulheres trans, mulheres travestis, era muito difícil você ver essas pessoas ou saber sobre estas pessoas dentro da UNIMONTES. Com essa participação pelo NEHON, eu comecei a entender a possibilidade de trabalhar a questão da diversidade dentro da UNIMONTES junto com as pessoas da militância, porque tinha o Diretório Central dos Estudantes (DCE), tinha o pessoal da União da Juventude Socialista (UJS), na época eu havia me filiado à UJS para poder participar dos movimentos e entender um pouco mais.

Dentro do movimento já era muito mais fácil você encontrar essas pessoas, diferentemente do curso em que estava, pois, estas discussões ainda eram incipientes, justamente porque o meu curso era em um edifício conhecido pelo curso de direito e o pessoal do direito dentro da universidade sempre teve uma voz mais ativa sobre algumas questões, principalmente naquele período. Faço a minha graduação com muita dificuldade, principalmente nas questões da disciplina de política, porque era uma coisa que não me chamava a atenção de forma alguma.

Eu procurava algo nessas disciplinas que pudesse me fazer permanecer nas aulas, mas não tinha nada. Eu sempre me enchi os olhos quando os professores de antropologia falavam sobre o outro, sobre as comunidades, sobre o sagrado no olhar antropológico, e isso sempre me chamava a atenção. A forma de descrever um ato e trazer um ato que as pessoas ao olho nu veem como algo normal e a gente enxergar o sagrado ali.

Após todo esse processo começo a me inserir em outros espaços dentro da universidade, devido à dificuldade que eu passava.

Eu escrevi uma carta e mandei para o reitor falando que eu estava passando uma certa dificuldade para me manter na cidade. Ele recebe a minha carta e logo já pede para me inserir no banco de dados da universidade para questão de estágio. Aí sou chamada para poder trabalhar na imprensa universitária.

Quando eu começo a trabalhar eu vou perceber em outros lugares também, com outras possibilidades. E aí eu tive que concluir a minha graduação e participar do grupo de pesquisa do Programa de Educação Tutorial do Curso de Ciências da Religião da Universidade Estadual de Montes Claros, coordenado pela professora Ângela Cristina Borges, que construiu um documentário referente a casa de candomblé do zelador Kiozo<sup>17</sup>, a roça Congo Matamba. Com este documentário eu conheço a casa do Kiozo e vou sendo chamada para poder participar mais.

Não tinha conhecimento da casa dele, não sabia na verdade quem era e nem tão pouco da proximidade que ele teria de família de santo comigo. Um belo dia dentro da universidade, meu zelador, Marco Antônio, chegando a Montes Claros me liga e fala que estava na cidade em uma festividade de um filho de santo e que queria que eu fosse para poder vestir o meu Nkisi, para que este fizesse parte dessa festividade.

Ele me passa o endereço, como era um lugar novo, que eu não tinha tanta frequência de ir, meu pai nos apresenta, mas na verdade a gente já se conhecia em detrimento desse documentário. Assim ficando mais próximos.

### **3.6 Um outro caminho ancestral**

Nós começamos a trocar mensagens. Com o tempo eu fui vendo que não dava para permanecer na casa em Belo Horizonte, já que estava tão distante e como as condições não me permitiam ficar nesse vai e vem, eu optei por sair da casa do meu pai em Belo Horizonte e começar a frequentar a casa do meu irmão Kiozô, que também era filho do meu zelador de Nkisi. Com essa questão das frequências e de participar das funções da casa, quando eu me vejo estava muito entregue, porque a rotina do Candomblé que nós tínhamos em Belo Horizonte é muito diferente da rotina do Candomblé que é tida aqui em Montes Claros.

Aqui em Montes Claros, no norte de Minas Gerais, a gente vai percebendo que a

---

<sup>17</sup> Kiozô é a dijina do Zelador de Nkisi Ricardo Rosa *in memorian*.

Umbanda é muito forte, o que possui a vez em Belo Horizonte ela não tem tanta força. E há o que é vivido aqui, que é pouco vivido lá, porque lá quando é Umbanda é Umbanda e não se mistura com o Candomblé. Aqui a gente já consegue vivenciar em algumas casas esses dois processos, que são totalmente distintos.

Com essa experiência que eu tive, em que eu ousei mergulhar em outras possibilidades de compreensão do espaço espiritual, ele vai e consegue me chamar a atenção a tal ponto de eu realmente tomar a decisão de passar a ser filha dele. Dei obrigação com ele, através da casa dele recebo um cargo por Matamba. E aí, ao receber o cargo para criar as pessoas, vou passando por esse processo também de aprendizado, porque o Candomblé é um aprendizado contínuo.

Com isso termine minha graduação e fui convidada para poder fazer parte da gestão do prefeito Humberto Guimarães Souto, isto antes da minha transição. Quando eu vou fazer parte da gestão de Humberto Souto, enquanto pessoa cis estava tudo bem, estava trabalhando.

Comecei trabalhando na igualdade racial que me possibilitou uma experiência fantástica. Porque em Belo Horizonte eu não tinha conhecimento de comunidade quilombola. E nem no meu início da graduação.

Eu tive a oportunidade de conhecer uma comunidade quilombola atuando na Coordenadoria da Igualdade Racial, comunidade essa que, quando a nutricionista do município foi falar sobre, falava sempre que havia algo diferente na forma com que as pessoas da comunidade comportavam, pelo fato das pessoas produzirem sua própria farinha, sua própria rapadura, as pessoas tinham medo quando eles chegavam, a estrada tinha algumas armadilhas e ela achava aquilo muito diferente do que já era visto em alguns espaços rurais em Montes Claros.

Quando eu chego na comunidade lembro de algumas questões, apresentadas em disciplinas que fiz com o professor e antropólogo João Batista, o que me possibilitou entender o que realmente era uma comunidade diferenciada, que precisava de uma atenção. Durante as visitas, converso com algumas pessoas, eu anoto as impressões e faço contato com a Fundação Palmares.

Enviei para eles um breve relato do que eu observei e me informam que a comunidade é uma comunidade quilombola. Como eu não sabia se eles tinham ou não o título de comunidade quilombola, eu esperei a próxima visita e perguntei, eles me informaram que não tinham. Eu fiz um novo contato com a Fundação Palmares para verificar o que poderia ser feito para que eles pudessem obter esse documento. Eles explicaram o passo a passo, nós seguimos

e após mais ou menos uns 6, 7 meses, ela acaba sendo atribuída o certificado enquanto comunidade quilombola.

E com essa possibilidade, eu percebi que eu havia, ali dentro, feito uma mudança, talvez para muitos não tão significativa, mas para mim foi, na vida de algumas pessoas que precisavam e falavam que esse documento poderia fazer muita diferença. Após esse período, eu percebi que a igualdade racial estava já um pouco complicada para eu permanecer, porque foi atribuída uma outra pessoa a possibilidade de ser coordenador. Entretanto essa pessoa esperava que eu permanecesse para poder fazer o trabalho e ele só ganhar os louros, e isso não tinha como fazer.

Fui e solicitei ao secretário a possibilidade de ser remanejada para um outro setor, nisto tive acesso ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e ao Centro Pop. Nos dois CREAS, eu atuei enquanto socióloga, tanto para as medidas socioeducativas, quanto para a abordagem social, que era o trabalho realizado com o público em situação de rua, em Montes Claros, mas para além disso, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que é um trabalho maravilhoso, principalmente pensado na questão do fortalecimento de vínculos de algumas famílias que vivem em extrema violência.

### **3.7 O início de um sonho**

Com essa passagem pelo CREAS, eu decido fazer a minha transição, porque eu já tinha formado, já estava com o meu diploma em mãos, e aí eu já tinha uma ciência de que eu não seria quem de fato estava vivendo tudo aquilo estava vivendo naquele momento. O meu corpo era um, mas o meu cérebro era outra, tal qual disse Jaqueline Gomes de Jesus em que “Transexuais sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico. Isso pode se dar de várias formas, desde tratamentos hormonais até procedimentos cirúrgicos (2012, p.8), e assim eu precisei adequar o meu corpo ao que sentia que era.

Ligo para a minha mãe e pergunto a minha mãe se ela fosse ter uma filha, qual seria o nome dessa filha, até mesmo para ela participar desse processo, ela vira e fala para mim dois nomes, o primeiro nome ela fala Aurora, o segundo nome Letícia. Aurora eu vejo que não combina muito comigo, e falei com ela: prazer, eu sou a Letícia. Quando eu falo isso, minha mãe fica um tempo em silêncio e eu sem entender, porque eu até achei que ela tinha passado mal, ela vai e fala comigo depois de um tempo, que como eu havia prometido a ela levar uma cópia do meu diploma, que a gente conversasse quando eu chegasse lá em casa.

Então, eu comento para a minha chefe imediata que eu iria fazer o processo de transição, ela vai e faz algumas comunicações para o pessoal da prefeitura para ver se seria um processo fácil, devido a ter sido indicada com um cargo de confiança, e aí eles liberam todo o processo, falam que não teria nenhum problema depois de fazer as devidas alterações, e quando eu vejo que eu já estou no processo de pedir de férias, eu vou e desço para Belo Horizonte. Já desço com tudo marcado para fazer uma mamoplastia, e até mesmo para trocar também os meus documentos, porque naquele período só era possível fazer a troca de documentos se você tivesse uma intervenção. Lá em Belo Horizonte era impossível você conseguir qualquer tipo de coisa nesse sentido, porque a documentação já era complexa mesmo você pagando, e pagando ainda um valor que não era barato, era um valor extremamente caro.

E aí eu ficava me perguntando, gente, será que é isso mesmo que eu tenho que fazer? Porque, por mais que eu já sabia que eu não era quem eu estava vivendo, eu ainda tinha um outro medo, que é o meu santo, e o candomblé para mim sempre foi uma regra prioritária. Eu deveria seguir todas as questões conforme o meu santo destacasse, eu nunca quis ser contra o que o meu Nkisi quisesse ou fazer em geral, o que o meu Nkisi não achasse válido fazer. Então, fui consultar o jogo para ouvir o que o meu Nkisi acharia sobre a minha transição. O meu pontuo apenas uma questão que não seria aceitável eu fazer, já as outras para ele eu poderia fazer de forma bem tranquila, que não haveria problema algum.

Assim desço para Belo Horizonte, faço todo o processo, só que chegando no portão de minha casa, a primeira coisa que me surpreendeu foi quando minha mãe abriu o portão para poder me receber, porque eu acho que ela já estava tentando fazer um exercício de adaptar com a situação, e aí ela já me recebe, já me chamando de Letícia, o que para mim foi extremamente gratificante, e que me deu mais força, inclusive, para aguentar muitas coisas que eu tive que aguentar após esse processo.

Logo após, quando eu volto para Montes Claros, porque eu já volto para ir trabalhar, eu abaixo para ligar o estabilizador, e aí a minha prótese rompe, e como o meu silicone fica abaixo do músculo, a capa do músculo sobe e a prótese desce, então começou a sangrar, e eu tive que sair de lá desesperada, fiz contato com o médico para eu descer para Belo Horizonte de novo, e ser submetida a uma outra cirurgia. Nisso, um amigo que estava comigo, cuidando de mim, ele imediatamente desceu comigo para lá, que é o Wadson, porque ele veio para cuidar de mim. Ele já desceu comigo e nós fomos direto para o hospital.

Chegando no hospital, o médico falou que eu ia ter que ser submetida a uma outra cirurgia, o fato de ter rompido poderia ser uma displicência médica, mas essa questão desse

erro não me daria a possibilidade de fazer cirurgia com anestesia. Então, eu estava sem saber o que eu iria fazer, eu rezava, já estava pedindo lá tudo quanto é energia para poder me proteger, porque a dor era insuportável. Nisto, se a dor da prótese ter descido era insuportável, imagina para pegar essa prótese, organizar de novo e colocar no lugar sem anestesia e ainda suturar.

Eu fiquei com essa dor fixada na minha mente até que na sala de espera, quando pensa que não, começa a cantar uma cantiga para a minha mãe, Kaiaia, na televisão do hospital. Aí o Wadson me chama a atenção e fala: *Olha, você está vendo? Vai fazer sua cirurgia, tranquilo. Estão tocando para Kaiaia, a gente já entende que ela está te protegendo.* Eu fiz a cirurgia, por incrível que pareça eu não senti a dor que eu achei que sentiria. Nisto o Wadson me levou para casa, tomei alguns medicamentos e fiquei uma semana lá para poder verificar se não iria acontecer nenhum outro tipo de intercorrência. Como não aconteceu, eu retornei para Montes Claros.

Quando eu chego em Montes Claros, eu recebo a ligação de uma *Private Automatic Branch Exchange* (PABX), que é uma telefonista. A telefonista pergunta se era a Letícia ou se era a Rodrigo. Eu falei que era a Letícia, ela falou que o motivo da ligação é para dizer que a senhora foi exonerada do seu cargo. Eles haviam solicitado a minha dispensa e não me deram nenhum tipo de informação sobre qual era a motivação. Mas já estava tudo assinado, já havia falado que teria um acerto e tal. E aí fui e nem questionei muito por que era muito difícil confrontar a Prefeitura para poder questionar alguma coisa, principalmente se fosse questionar uma possível transfobia.

Eu percebi que ali, naquele momento, tudo ficaria mais difícil porque meu sonho foi realizado, que era algo que eu queria muito, que é algo que eu não fiz com muita facilidade. Eu tive que juntar bastante dinheiro. Mas, ao mesmo tempo, realizar esse sonho me custou muito caro para além do material.

### **3.8 De socióloga à puta**

Quando eu percebo, já sou inserida em um lugar que eu jamais pensaria que eu fosse, que é a prostituição, em que jamais pensaria que eu teria uma experiência, uma vez que eu vi isso muito na vida das meninas, principalmente em Belo Horizonte, porque em BH é muito mais fácil de você ter acesso à comunidade em diversos espaços. Mas eu não tinha tanto essa proximidade com essa realidade aqui, em Montes Claros. E aí, quando você é colocada à disposição desse lugar, você percebe que uma série de questões acontece, inclusive questões que são muito decisivas para a vida da gente e que ficam como consequência para o resto da vida.

Quando eu vejo que não há outra possibilidade de permanecer nesse lugar, primeiro que é um lugar que as pessoas acham que quem parte para a prostituição parte porque quer. Não é algo só pela questão do valor, mas nem sempre. Você tem que lidar com pessoas de diversos comportamentos, pessoas, às vezes, que te têm como psicóloga ou te têm como uma forma de extravasar energia, principalmente no que perpassa ao nervosismo no trabalho ou na família, e aí, às vezes, você tem que ser para raio para aguentar todo tipo de situação, porque ótimos são aqueles que passam pela vida da gente achando que a gente é psicóloga, que deita no colo da gente, a gente acaba fazendo um cafuné para ver se a pessoa fica menos tensa, e aí você acaba recebendo até um “valorzinho” básico por ter dado essa terapia, mas não é algo que era frequente.

Até que você se depara com pessoas que de fato parecem que tiram o dia para poder acabar com a sua raça. Lógico que não são todos, eu tive uma experiência muito boa com um rapaz, inclusive, eu até achei que a gente ia ter algo mais duradouro, foi um rapaz que me ajudou muito, muito mesmo, era um caminhoneiro natural da Bahia, muito parecido com o Leo Santana, maravilhoso esse rapaz. Ele queria fazer um programa, mas o programa não poderia ser feito em Montes Claros, então eu tive que viajar e fazer várias coisas mesmo, com muito medo, porque eu já sabia que poderia acontecer alguma coisa, nós saímos de casa e sabemos que vamos sair, nós não sabemos se nós vamos voltar.

E esse não voltar é que é complicado para a gente, porque é algo que nós sempre esperamos, ter o direito de viver o outro dia. Ao conhecer este rapaz, faço esse programa lá em Francisco Sá, na verdade o programa foi realizado no decorrer da rodovia e findou em Francisco Sá. Quando o programa terminou, ele pagou um lugar para a gente poder dormir, tomamos banho, conversamos, ele tinha separado um bom dinheiro que me ajudou muito.

E com isso foi frequente essa situação, até este rapaz casar e não querer mais envolvimento. Em um belo dia eu desço para esse posto no final do bairro Independência, era um posto mais aberto para essa questão, hoje não deve ser tanto, mas antes era, porque ele não era tão fechado.

Nessa questão, a última vez que eu fiz programa naquele posto, eu tive acesso a um gari. Esse gari, ele me pediu para ficar até um pouco mais tarde, que ele ia em casa e voltaria. Só que ele foi em casa e eu achei que ele ia em casa tomar um banho e voltar para a gente realizar o programa, mas não.

Ele voltou pior do que ele estava. Permaneceu com o uniforme, não que ele esteja

desvalorizando a profissão, mas é que quando nós vamos para o programa, nós temos que, por excelência, dar o melhor da gente, o melhor perfume, estar com uma roupa boa. Na verdade, estar disposta a tudo que vai acontecer, mas pelo menos higienizada. E quando ele chega, sujo da forma com que ele chegou, eu comecei a ter ânsia de vômito, porque eu tenho estômago fraco, ele perguntou se eu estava com “nojinho”. Eu falei que não, mas que não dava para rolar do jeito que estava. Aí uma fala dele me chamou muita atenção e eu acho que foi a fala para eu desistir de estar onde eu estava e de não pensar nunca mais em voltar. Ele disse: *Eu não tenho cuidado com o lixo que eu pego, eu vou ter com você?*

Nisto eu percebi que o fato de não ter cuidado com lixo, qualquer coisa que ele fizesse comigo, não ia surtir nenhum problema, porque ele já havia demonstrado que eu era menos importante ainda do que um lixo. Assim decido sair da prostituição, mas preocupada porque aluguel estava muito escancarado na minha cara, então resolvo atender a um chamado, um convite para participar da Aliança Nacional LGBTI+.

### **3.9 A espiritualidade e a transição**

Não aceitaram, na verdade foi um processo muito complicado, porque principalmente pensando em Norte de Minas, pela experiência e pelos contatos que a gente tem, não se tinha, uma transexual na idade que eu tenho hoje de santo para poder vestir as indumentárias femininas. Discussão essa que já estava sendo feita em outros lugares, por pessoas que tinham uma certa influência dentro da religião e que tinham um certo conhecimento. Então, se aquela mais velha ou aquele mais velho destacasse, que era impossível para as divindades terem uma mulher trans vestida de saia, as pessoas pegavam isso como algo que se não concordasse, poderia ser algo que ferisse os princípios da espiritualidade.

A transição de uma mulher trans ou homem trans não é algo puramente estético, mas

Os corpos, para uma pessoa trans, são percebidos como intimamente ligados ao seu bem-estar físico, mental e social. Quando as pessoas trans modificam seus corpos, na grande maioria das vezes, o fazem por razões de conformidade com o gênero em que elas se sentem bem. Essas modificações não estão ligadas a uma finalidade meramente estética, mas sim por uma adequação à sua realidade, realidade essa bastante violenta, diante de uma estrutura social cisheteronormativa, o que leva as pessoas trans a modificarem não só o corpo em si, mas recuperam sua autoestima, o que contra-ataca o adoecimento mental vivido por muitas pessoas trans (Flor do Nascimento; Odara, 2021, p. 61).

Assim, alguns sujeitos não percebem que esta adequação surge para atingir um equilíbrio, equilíbrio este que as divindades também se responsabilizam, por organizar. Então, a princípio eu sofri muito, primeiro, porque eu já estava sem referência de casa – no período da transição. Para mim, depois das violências que eu já tinha sofrido antes da transição, logo após

foi se crescendo outras. Eu tive um problema na prostituição, que esse problema veio me consumindo até os dias atuais. E para além desse problema, ainda ter que discutir com as pessoas a possibilidade de estar ou não na religião da forma como eu me identifico era extremamente complicado, porque como você não via ninguém que defendesse essa inclusão e permanência desse público nas religiões, você tinha que criar algumas estratégias. Então, casas, por exemplo, que não me aceitavam, eu furava esse lugar, essa bolha, e chegava com a cara e a coragem vestida de baiana, mas já esperando que pudesse chegar algum tipo de situação desagradável. Isso falando das casas aqui de Candomblé.

Já o meu zelador – Tatétu Londegi – quando decido conversar com ele sobre esta questão, ele não toca no assunto da baiana, mas ele queria colocar um traje feminino, um traje que para mim não faria sentido justamente porque eu não abria mão da baiana, que é uma indumentária feminina, e eu não via problema algum em ser possível as mulheres trans e mulheres travestis vestidas. Ele me coloca no grupo da casa de novo, e quando eu chego no grupo da casa, me é destacado um vídeo da Makota Valdina falando que ela não admite mulheres trans, não admite homens gays com algumas indumentárias femininas, na leitura dela. E como a Makota Valdina, é muito respeitada ainda, as pessoas não iriam confrontar ela. Alguém pode tentar explicar, mas confrontar é muito difícil. E aí, com essa questão toda, eu resolvo não dar minha obrigação mais na casa do meu pai, porque quem lançou esse vídeo no grupo, lançou justamente para me ofender.

As roupas ou indumentárias para o Candomblé é um marcador importante, pois

são de grande importância para a rotina dos terreiros, pois tornam visíveis as múltiplas camadas da organização hierárquica de um terreiro, idades, períodos iniciáticos, funções ou cargos, situações que se passam na comunidade, quer envolvam rituais ou não. As características das roupas nos informam sobre quem as utiliza e sobre o que ocorre no terreiro no momento de sua utilização. As vestimentas falam. E o que elas dizem é construído pela tradição que habita cada terreiro (Flor do Nascimento, Odara, 2021, p. 65).

A negação de uma indumentária feminina a uma mulher trans, não é simplesmente negar um pano a um corpo, e sim, negar uma pessoa a sua própria identidade. E isso eu não poderia aceitar. Deste modo, eu retorno, fico quieta em Montes Claros, mas não deixo de continuar minha trajetória com as minhas outras energias que é a minha pombagira, Maria Padilha, que é o meu caboclo, meu preto velho, pai Romão do Paraíso, entidades que fazem parte do meu dia a dia, que fazem parte do meu processo de sobrevivência, e que estão comigo a todo instante.

Assim como o processo das pessoas de entender, não vou falar de aceitação, mas vou falar de entender como se dá as realidades do público trans, das mulheres travestis, assim eu

percebo que é a espiritualidade. Porém, a espiritualidade tem uma forma diferenciada de fazer a leitura dos seres. Eu percebo justamente até pela forma poética com que eles levam algumas coisas para serem destacadas. A minha pombagira disse ao tratar com alguns amigos: *Se a gente respeita o dia virar noite, por que não podemos respeitar uma pessoa que vira outra?*

Então, hoje, ter o respeito da minha pombagira, ter o respeito do meu preto velho, lógico também que eu não posso passar dos limites com eles, porque eu sei que a puxada da rédea não vai ser fácil. Então, eu tento ao máximo, principalmente com a Maria Padilha, que é um pouquinho mais estourada, tento ao máximo seguir, arrisca o que ela pede. E Padilha para mim é tudo na minha vida, assim como todos os outros

Acerca da transexualidade, hoje, mediante o que eu vejo, até mesmo do olhar da Padilha para uma das mulheres trans que vem aqui em casa, eu percebo que, na verdade, o problema da transexualidade está mais em nós do que no mundo espiritual. O espiritual está pronto para poder entender, ou já estava no percurso do entendimento e é criada uma polêmica em cima disso, para que a gente possa se frustrar e afastar. Porque em Nkosi, por exemplo, já tinha a ciência disso, Kaiaia também. E eu percebo isso a partir dos elementos, Nkosi, por ser o senhor dos caminhos, então, chego Montes Claros, nesse lugar é que eu faço essa transição. E ele, enquanto o responsável por esse caminho, já sabia onde iria se dar o meio desse caminho, pois não acredito que seja o fim. Kaiaia, por me condicionar, no segundo momento, uma cirurgia tranquila.

A Padilha, por ser uma guardiã. Eu nunca falava “Padilha, hoje eu quero bater porta, janela e basculante”, nunca pedi isso, eu pedia para voltar viva e eu percebo que a nossa preocupação, e não é só minha, é de muitas nesse sentido. De pedir energias como essas, que são lidas com energias voltadas para a prostituição, para o cabaré a segurança para um retorno tranquilo, após a prostituição.

E a minha pombagira já sabia de tudo ainda que houvesse alguns costumes antes da minha transição, que era a forma das tratativas. Quando eu percebo que ela se transiciona junto comigo, nesse sentido de entender minha realidade, eu percebo que, na verdade, o problema era comigo e com a forma como as pessoas colocavam que não seria aceito, do que com a própria divindade.

Então, quando Padilha começa a ter essa abertura de me tratar no feminino, a coisa começa, inclusive, a ficar mais tranquila em alguns espaços, com pessoas, por exemplo, de

idade<sup>18</sup>, e que são chefes de um bando e quando elas percebem que uma entidade que é respeitada, porque eu posso ser a transexual, detestada, posso ser a transexual que está quebrando as barreiras, no entanto quando a pombagira, Nkosi, Kaiaia, o preto velho chega, essas pessoas, elas abaixam a cabeça e respeitam. Esse corpo que transicionou, esse corpo que é errado, esse corpo que quer vestir baiana de qualquer jeito, mas o respeito é imposto.

Aí me perguntam por quê? Está aí uma pergunta que eu nunca fiz para essas pessoas. Ou por quê quando as minhas entidades chegavam, após mesmo uma série de comentários, como: *“que loucura”, “quem é que vai ser corajoso ou corajosa de dar obrigação nela”, “porque agora quer vestir baiana e tal”*. *“Ah, eu não faço isso, porque isso fere a tradição”*.

Assim, me questionavam, questionavam a minha existência, mas na hora que meu Nkosi ou qualquer entidade minha chegava, as pessoas se recolhiam dos seus comentários e inclusive ficavam muito pensativas sobre.

São questões que a gente vai percebendo que as pessoas colocam como algo padrão e elas criam essa forma que elas dizem ser padrão, mas esquecem que essa forma criada exclui retira sonhos e possibilidades porque o candomblé não é um lugar só para me encontrar com a luz sagrada, ele é um lugar para me manter viva. Não é só esse encontro, ele é um lugar para me manter conectada com as minhas divindades.

Ele é um lugar para entender um outro conceito de família, além da minha família sanguínea. Então assim, se eu busco esse espaço e me é retirado, por mais que nós sabemos que as vivências de pessoas trans, mulheres travestis são negados vários aspectos, o da religião, seja ela qual for, ainda assim a gente vai buscando essas possibilidades e é dentro dessas possibilidades que tentamos viver e se é retirado este direito por causa de uma indumentária ou pelo fato de a pessoa ser quem ela é. Retira-se também a possibilidade de viver e isso a percebemos nos discursos das pessoas por causa dessa tradição que é imposta.

Apesar de tudo, as divindades e entidades reconhecem os nossos corpos e os respeitam como são, se não fosse assim, não estaria aqui, e só estou aqui porque Nkosi me aceitou, Kaiaia me amou e todas as minhas entidades me respeitaram.

### **3.10 O retorno à militância**

Fui coordenadora por um período em Montes Claros, depois fui coordenadora adjunta no Estado. E aí tive contato com uma deputada, com a qual ela me ofertou ajuda de aluguel por

---

<sup>18</sup> O termo de idade, refere-se a sujeitos e sujeitas que estão na melhor idade, como também à pessoas “velhas no Candomblé”.

uns dois, três meses. Eu sou muito grata a ela pelo fato de ter possibilitado essa ajuda naquele período, porque se não fosse ela, de fato eu não sei o que eu poderia fazer.

Atuei na Aliança Nacional LGBTI+, nos dois âmbitos, tanto a nível de município quanto a nível de estado, enquanto coordenadora municipal em Montes Claros e adjunta em Minas Gerais. Foi algo que me trouxe muita experiência, porque a gente sempre tem uma dificuldade de entender de onde que nós viemos, de onde que nasce tudo que nos compõe.

Eu, pelo menos, sempre tive essa dificuldade, porque o candomblé, por exemplo, era algo que sempre foi meu e que na escola eu nunca tive acesso. Então, aí a gente vai percebendo que, dentro dessa perspectiva, a questão das siglas que me compõem. Eu não tive acesso em lugar nenhum, nunca ninguém me explicou nada, ninguém veio falar sobre. Eu vivia isso e vivo até hoje. E aí, fui ser coordenadora em Montes Claros, e eu nunca ouvi falar das políticas voltadas para a nossa comunidade. E com isso, com essa inquietação sobre a ausência de muita coisa, é que acabei me juntando a um grupo de amigos, na qual foram muito importantes para mim nesse período, que é o Welington Coimbra, o professor Marcelo Brito, o Albert, o Tim e o Cássio Henrique, pessoas que, dentro das suas particularidades, puderam, de certa forma, ajudar, porque realizamos muita coisa em pouco tempo de existência dentro do município: averbação de documento, reuniões, capacitações, mapeamento. E todas essas questões refletiam em outras cidades, o que fez com que a gente também pudesse ter a oportunidade de atuar em nossos lugares.

E com essa atuação, realizando capacitação, palestra nós tivemos um envolvimento muito grande com alguns casos, o que, por sua vez, nos deu um pouco mais de proximidade com a segurança pública, para que a gente pudesse destacar isso com relatos próximos, para que a segurança pública pudesse entender que a crueldade atribuída aos nossos corpos não era algo distante. Estava acontecendo na cidade, estava acontecendo em uma cidade circunvizinha. Então, todas essas experiências que nós tivemos, elas nos foram necessárias para que a gente pudesse ter a abertura e o respeito que a gente tem hoje dentro da cidade.

Próximas foram três, que é a Joelma Marthezine e o Jason Gustavo. O Jason Gustavo, e a Hannah. A do Jason me chamou a atenção porque tive que ter contato diretamente com ele, sem conhecer os familiares. O Jason veio para Montes Claros para apreciar as festas de agosto, e foi abordado por quatro rapazes, e então ele foi brutalmente assassinado, na qual essas pessoas pisaram na caixa torácica dele até ela quebrar.

Quando essa situação ocorreu, nós procurávamos uma mulher trans que havia

desaparecido e nós buscávamos informações sobre esta mulher ligando para vários lugares, até que, por fim, nós buscamos notícia no IML. Assim, a pessoa que estava lá nos atende e fala que havia uma pessoa lá, mas ela não sabia o que ou quem a pessoa era, entretanto, a pessoa tinha uma borboleta no abdômen, o que nos incomodou, pois poderia ser um LGBTQIA, então, eu a pedi para ver.

Na hora que eu cheguei lá – este dia era o meu aniversário – eu fiquei muito chocada com aquela cena, sabe? Porque a gente sempre tem a visão de uma pessoa preenchida, né? É como se a pessoa fosse um balão, como se ele tivesse esvaziado, não sei. Aquilo me chocou muito.

Foi uma imagem que ficou marcada no dia do meu aniversário, porque ali você percebe o quanto que o ser, às vezes, pode ser maldoso, pode ser cruel, e pode retirar a vida do outro sem ao menos pensar no que faz. Ou pensou e mesmo assim o fez. É difícil até de decifrar esse tipo de pensamento.

Uma outra morte também foi extremamente complicada para mim, porque era uma pessoa muito próxima do movimento. Uma das nossas mais velhas também, né? A Joelma Marthezine. Ela tinha uma necessidade, assim como qualquer mulher trans, de ajudar as pessoas, e de acabar colocando as pessoas dentro da casa.

Em detrimento dessa necessidade que a gente tem de ajudar, ela colocou uma pessoa que acabou deflagrando sobre a cabeça dela 60 pauladas de mãos de pilão. O que ocasionou em sua morte. Essa situação Joelma foi uma situação que me deixou muito pensativa, porque ela buscava muito ter acesso aos direitos dela.

Nisto, eu percebi que não conseguimos atribuir a ela o mínimo que era o direito de ser enterrada com o nome ao qual ela gostava de ser chamada. E com isso percebemos o quanto que precisávamos realizar os mutirões com as meninas, porque as meninas assassinadas não tiveram direito ao nome, nenhuma delas. Não esperávamos lidar com a morte de uma de nossas amigas. Então Joelma se foi.

Uma outra que não teve direito ao nome foi a Hannah, que também tinha essa vontade, de realizar a averbação logo. A Hannah tinha um problema muito sério com a família, por parte da avó dela. A mãe dela, até então era muito tranquila em relação à questão de aceitar quem Hannah era.

Apesar de alguns embates em relação a algumas atitudes a mãe dela respeitava a situação enquanto mulher trans. Hannah sofreu um acidente junto com o rapaz, vai parar em um hospital,

neste hospital ela acaba tendo uma parada cardiorespiratória e morre. No dia do velório dela, quando nós estávamos lá a avó dela chega, começa a xingar, falar que ela morreu porque Deus achou melhor para ela não viver a vida que ela estava vivendo e por isso que Deus a tinha recolhido.

Quando eu cheguei lá, foi difícil de localizar o corpo de Hannah, porque haviam raspado a cabeça dela, raspado a sobrancelha dela que era pintada, arrancado suas unhas. Ela estava vestida, trajada como um homem. Então, foi muito difícil localizar.

Eu não esperava nunca me deparar com uma cena daquela. Uma menina que tinha tantos sonhos, uma menina que tinha um cuidado imenso com o cabelo. Então quando eu cheguei, olho que não tem nada daquilo que é dela enquanto mulher, respeitada enquanto mulher. E a avó dela começa a destacar que tudo que ela foi, foi em detrimento da nossa existência, de nós estarmos andando com ela. Nós éramos culpadas de tudo ter acontecido com ela.

Eu saí dessa situação sem chão, primeiro, pela violência que foi atribuída ao corpo da Hannah, mesmo depois de morta. Ela não vestiu aquilo que ela gostava de vestir, as coroas de flores. Fiz questão de olhar, nenhuma tinha o nome dela. Nenhuma. A coroa de flor que mandamos não consegui localizar lá, porque, certamente inflamaria a família. Mas a avó dela sempre destacava, pegava na cabeça da mãe e dizia: *ELE foi embora em paz. Deus o levou, porque viu que era o melhor para ELE. ELE renasceu em outro espaço, com uma outra perspectiva, respeitando os princípios de Deus.* A avó disse uma série de coisas que eu fiquei sem entender. Eu saí desse velório extremamente machucada, porque não era isso que esperávamos.

### **3.11 Pode ter uma travesti na política norte-mineira?**

Em relação a representação política eu me coloquei à disposição para me candidatar pela primeira vez enquanto candidata à vereadora. Política essa que foi um pouco complexa, porque eu não sabia quase nada, eu só sabia que eu tinha que estar nas ruas para poder falar com as pessoas a respeito do que, de fato, eu buscava dentro da política, quem era eu.

E, assim, a política para um candidato LGBT é muito complicada, eu não sei se é para todos, mas pelo menos para mim foi porque as pessoas sempre querem entender o que é essa sopa de letrinhas<sup>19</sup>, e é assim que as pessoas jogam a situação. Então, até você conseguir pedir o seu voto, primeiro você está dando um letramento para as pessoas na rua, era bom? Mas era muito desgastante, porque quando eu pedia voto, eu já não estava mais aguentando, eu já estava

---

<sup>19</sup> A sigla LGBTQIAPK+.

fadigada e cansada. E aí, logo após esse período de campanha, essa experiência pelo PT, me coloco pela segunda vez à disposição pelo PDT, o que, por sua vez, também me traz outro cansaço, porque eu tive que fazer outro letramento com as pessoas.

A todo instante, nós temos que nos explicar, nós temos que explicar para as pessoas quem nós somos e o que nós temos capacidade de fazer enquanto somos. Isso é muito complicado, é muito desgastante, porque os candidatos não precisam passar por esse processo, é muito mais fácil, é você chegar e pedir à pessoa o voto dela e entregar um santinho. E muitos falam, têm a ousadia de falar dos seus projetos, das suas possibilidades de construção política, enquanto uma pessoa que vai estar lá atuando, para qualquer que seja o segmento.

Outros não, só entregam já, o público LGBT já é um pouco mais complicado, principalmente mulheres trans, mulheres travestis, que as pessoas já não colocam tanta credibilidade, são poucas. E essa experiência política que me foi me lapidando, me possibilitando diálogos com outros espaços, me trazendo possibilidades de atribuir a algumas pessoas um pouco mais de segurança. Não só isso, mas de entender também esse processo da violência, não só aqui na cidade onde eu vivo, que é Montes Claros, mas também nas outras cidadezinhas.

Entender que por mais que nós estamos buscando justiça por uma determinada parcela do nosso público, às vezes a gente tem que tentar um outro viés também, quando este ou esta acaba infringindo a lei. Essa experiência nos possibilita um olhar diferenciado, para que a gente tenha discussão mais assertiva, uma ação mais integrada com a comunidade, já que é tudo tão distante. Quando nós pensamos em fortalecer esse movimento aqui, era muito difícil se ver falar em mulheres trans e mulheres travestis, para além das BRs e da sexualidade.

Não foi um processo fácil, mas foi necessário para entender que o lugar que uma trans ocupa questiona o poder de muitos, inclusive aqueles que “lutam” pela nossa categoria, e isso, eles não aceitam.

#### **4 VOZ TRAVESTI, CORPO-LUGAR E NEGRITUDE: VIDA E HISTÓRIA DE TRAVESTIS NEGRAS EM MONTES CLAROS**

No terceiro capítulo eu convido seis mulheres trans para dialogar comigo, mais precisamente as suas histórias. Nós mulheres trans e travestis não somos ouvidas e sim, silenciadas. Este projeto não surgiu com este objetivo, mas a perspectiva epistemológica que adoto me permite mudar. Essas mulheres não são objetos, pois já foram objetificadas durante toda a sua vida, assim como eu. Elas são sujeitas, vozes que ecoam nas vielas, nas ruas e que bradam, mesmo silenciadas. Cada uma delas me presenteou com a sua trajetória em um momento de troca nas entrevistas realizadas.

Neste momento tratarei os dados a partir da história de vida encruzada, ou seja, encruzarei as histórias de vidas, tomando como base elementos similares para que as trajetórias sejam marcadas, pois “uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu” (Bosi, 2003, p. 69). Assim, não queremos transformar as suas histórias em objetos de análise, mas transformar, a partir delas, o objeto sociedade. Para tanto, faço uso da história oral, pois essa “enquanto método e prática do campo de conhecimento histórico, reconhece que as trajetórias dos indivíduos e dos grupos merecem ser ouvidas, também as especificidades de cada sociedade devem ser conhecidas e respeitadas” (Matos; Senna, 2011, p. 107). Lidar com a vida de outra pessoa, não é fácil, quando essa sujeita aparece com muitas marcas, é ainda mais complexa.

Para recolher os relatos eu utilizei a entrevista e fiz questão que fosse em minha residência – as entrevistadas já conhecem a minha casa devido ao trabalho realizado com o público trans, e muitas vezes a minha casa foi o lugar de encontro – e optei por isso, para que elas sentissem seguras. Assim, preoquei-me em manter as narrativas em sua integralidade, uma vez que

As narrativas, tal qual os lugares da memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições. Narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em palavras as reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo. (Delgado, 2003, p. 21-22).

Enquanto realizava as entrevistas, alguns elementos foram muito importantes, como

Olhar nos olhos, perceber as vacilações ou o teor emotivo das palavras, notar o conjunto de fatores reunidos na situação da entrevista é algo mais do que a capacidade de registro pelas máquinas, que se limitam a guardar vozes, sons gerais, e imagens. (Meihsy, 2015, p. 22).

Nos diálogos foram muitos os momentos em que percebi o marejar de olhos, a oscilação em citar algumas questões, os sentimentos confusos que eram traduzidos nas frases trabalhadas, para não “pecar” e em outros aspectos, o choro ao lembrar das violências. Violências escondidas na memória, e que trabalhamos – eu e as meninas – para consolidar a história que apresentarei.

Para fins de organização, eu optei por organizar em tópicos que tratam de elementos comuns entre as narrativas, iniciamos com Transição e Família, seguido por Prostituição como Estratégia de Sobrevivência; Violência e Abusos na Pista; Racismo e Discriminação Institucional; Resistência, Rede de Apoio e Subjetividade, e por último o tópico em memória daquelas que foram subnotificadas, tudo isto a partir de suas histórias.



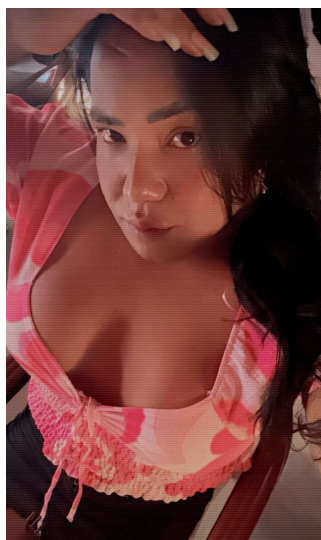
Alessandra Nascimento Aragão – 48 anos



Isis Uva Lopes – 30 anos



Bruna Ferraz Gomes – 34 anos



Rafaelly Santos Rodrigues – 36 anos



Claudeth Ravache Xavier dos Santos – 54 anos



Luana da Silva – 44 anos

#### 4.1 Transição e Família

A história da transição de uma mulher trans começa na família, desde a negação da sexualidade – no caso de muitas, da homossexualidade – até a violência em sua maioria devido a transição. A pesquisadora Laura Martendall apresenta que “a discriminação contra as mulheres transexuais<sup>1</sup> acontece desde os primeiros anos da educação formal [...] Os estigmas e vulnerabilidades são vivenciados tanto no âmbito familiar, escolar quanto no convívio social” (Martendal, 2015, p. 6). A autora inclusive evidencia a violência que sofreu sobre a sua transição.

As entrevistas realizadas evidenciam que a família é um papel fundante na vida destas mulheres, e muitas vezes a mãe é a persona que protege e cuida, como no caso de Luana

*Sou uma mulher trans, me considero preta. Comecei a fazer programa, tinha 14 anos. Faço até hoje, com 40, 44 anos. Aí eu peguei e comecei a tomar umas, era Gestadinona, Gestadinona, ainda. Esse hormônio que eu tomava, que ela me ensinou a tomar, que era baratinho. Comecei a tomar esse hormônio, meu peito começou a crescer, meu pai e minha mãe começou a ver. Meu pai falou que ia me mandar embora de casa, minha mãe falou: "Não, nós vamos aceitar". Pegou e me aceitou. Aí foi isso que aconteceu. Aí só que ela morreu, essa, sabe, amiga minha hoje. E começou a me levar a fazer programa. E isto. E vivo fazendo programa para me manter, para eu comprar minhas roupas. Para mim comprar minhas*

*roupas, para eu comer. E antigamente, quando eu comecei a fazer programa era muito bom. A gente ganhava muito dinheiro (Luana).*

Uma outra história de transição é a de Bruna, mulher trans que trouxe pontos importantes, que se relaciona com a infância. As pessoas trans apresentam elementos na infância que são traduzidos em violência.

*Meu nome é Bruna, comecei a minha transição com 16 anos, mas eu já sabia, que todas nós sabemos, que cada gay homossexual, transexual, tem o seu mundo. Eu sempre acreditei no meu mundo, no mundinho da gente, porque o gay, quando ele é criança, que ele começa lá na creche, eu falo por experiência própria, você também sabe, ela não é de se enturmar com todo mundo, na minha época principalmente, porque eu já estou com 34 anos, então na minha época sofria muito. Hoje em dia, quem é gay sofre um pouquinho, porque criança ainda julga, os adultos que entendem. Mas na minha época mesmo foi muito sofrido, porque assim, a criança falava assim, olha lá a mulherzinha, olha lá a mulherzinha, aí ali você já evitava, não tinha amizade com homem, por isso que a gente fala sempre que gay tem amizade com mulher, porque a mulher sempre entendeu, dependendo de você ser mais feminina, de gostar de coisas de mulher, então você se enturmava com mulher, nunca fui de enturmar com homem, se enturmar com homem, levava um xingamento, apanhava, então acabava ficando no mundo da gente, então por isso que a gente sempre teve um mundinho.*

*Aí vai crescendo, você vai se conhecendo mais vezes, e sabendo para você o que você é. Aí você imagina assim, aí você se pergunta, o que que eu sou? O que que... tá, como é que é isso? Hoje em dia todo mundo fala, criança hoje em dia, qualquer criança, que você perguntar o que ela for, ela ouve na rua o que é gay, o que não é gay, mas na minha época não, na minha época ninguém sabia de nada, então você se perguntava, né? As trans, hoje em dia que já está na mesma idade, ela sabe do que eu tô falando, então se perguntava o que que eu sou, o que que eu sou. Aí começava a sentir desejo por um menino, nada por uma menina, aí começou a descobrir, e aí vem a descoberta, né? Aí vem o medo da família, da mãe, o que que minha mãe vai pensar, o que que meu pai vai falar disso, porque eu sou diferente, eu tenho esse lado diferente, então o que que acontece? Então eu tive esse preconceito assim, aí eu cresci e falei, gente do céu, o que que será? Como que vai ser? Aí vai crescendo, vai crescendo, aí a gente se acostuma a gostar de vestir uma roupa mais justinha, de querer pegar uma roupinha mais colorida, alguma coisinha mais feminina, é na qual o pessoal que tá em volta descobre (Bruna).*

Nos casos em que apresento, eu observo que a adolescência apresenta o despertar da identidade, neste período muitas de nós já inicia o sentimento disfórico. Estes sentimentos eu percebo no relato de Iziz, como também o papel materno em seus processos constitutivos.

*Bom, meu nome é Ísis, esse ano eu faço 30 anos, e sobre um pouco da minha história, como todos sabem, a gente começa como “gaysinha”, aí depois eu já não estava me enxergando nesse papel. Eu vi que eu estava desconfortável, não estava gostando da minha imagem que eu estava vendo no espelho, e comecei a me transicionar, mas a transição é eterna, a gente vive se transicionando.*

*Minha família nunca me desrespeitou, então eles sempre me respeitaram, me aceitaram tranquilamente. Minha mãe nunca me jogou para fora, o meu pai faleceu, eu tinha dois anos de vida, então eu não tive contato. Então, sempre fui criado por mãe e por avó.*

*Graças a Deus, sempre fui tranquila. Minha mãe sempre me aceitou, me respeitou, nunca me colocou para fora de casa, nada. Todos os meus processos, minha mãe estava do meu lado. Tanto de gay, o processo de transição para trans, quando coloquei o silicone no bumbum, teve do meu lado, quando deu a rejeição, ficou do meu lado. Não me falou, agora você colocou, você se vira. Não (Iziz Uva).*

A entrevistada Claudeth Ravache é uma das meninas mais velhas, ela que passou da fatídica idade de trinta e cinco anos. A sua história recortada apresenta pontos significativos que comunga com as outras meninas, principalmente com a história de Rafaelly.

*Comecei com 16 para 17 anos, a minha transição. Aí já fui para a pista, aí de lá eu já vim montando, tomando os hormônios. Aí fui ficando na pista, fazendo meus programas. Passei também por muitas dificuldades lá também. Graças a Deus pela aceitação da minha família foi muito boa, porque quando minha mãe descobriu que eu era, descobriu que já sabia, né? Mas não queria aceitar. Mas só que quando ela descobriu que eu era realmente, que eu falei com ela, ela aceitou de boa, todo mundo me aceitou, ninguém não me criticou na família. Minha mãe a única coisa que falou assim, que eu poderia ser o que eu quisesse, só eu não levasse doença para dentro de casa. Eu vivia a minha vida e sabia viver, sabia andar, sabia ir à rua. Ela me explicou muitas coisas boas, entendeu? Aí eu segui os caminhos, todas as conversas que ela me falava. Mas graças a Deus minha família foi boa na aceitação e me aceitou muito bem e me aceita até hoje (Claudeth).*

*Eu nasci em Montes Claros, tenho 35 anos, atualmente moro com a minha mãe, meus pais são divorciados. Eu comecei a minha transição, eu tinha em torno de uns... Dezesete anos. Dezesete anos. Foi supertranquilo. Minha família sempre me aceitou. Sempre tive apoio de minha mãe, meus irmãos, meu pai (Rafaelly).*

A aceitação familiar é apresentada como um fator preponderante nos relatos acima, e isto me deixa muito feliz, contudo, não é a realidade de todas as pessoas trans. Enquanto as meninas foram aceitas, Alessandra experimentou uma outra realidade.

*Eu sou de uma família que é uma família assim, vamos dizer, uma família militar, né? Meu pai era o primeiro atendente da aeronáutica, a minha mãe também era a primeira atendente da aeronáutica, era dentista. E eu vim de uma família assim, muito regrada. Meu pai sempre falava assim, ah, se eu tiver um filho viado, eu mando matar. Eu prefiro ter um filho traficante, ladrão. Mas se eu souber que eu tenho um filho viado, vai morrer.*

*Ele dizia que se tivesse um filho travesti, ou um filho viado, na época ele chamava de viado e de pederasta, nem era viado. “Ó, você está com jeito de pederasta, se você for pederasta, eu vou meter o socador de pimenta no seu rabo, e você vai virar homem, ou então eu vou te pegar e vou te matar com a injeção de estricnina. Eu dizia “meu Deus, quanta crueldade comigo, meu Deus, eu não sou viado, não, eu gosto de mulher, mentira, mas eu gostava, era de homem mesmo.” Falava isso para mim. E eu tinha uns 8 para 7, para 9, 8 para 7 anos. Isso aí, quando eu era na infância, né, fui crescendo ouvindo aquilo, crescendo ouvindo aquilo, ele morreu. Teve câncer na garganta de tanto fumar cigarro, deu uma parada cardíaca e morreu.*

*A primeira vez que eu vesti uma roupa de mulher foi daquelas calças, boca de sino que existia e um top. Eu não tinha cabelo, aí eu consegui uma peruca e, assim, eu tinha que sair duas da manhã para meu padrasto não ver, porque a minha mãe me protegia. E se ele me visse, ele queria que minha mãe me batesse, ou ele me batia. Eu pulei a janela da casa e ia para me prostituir duas horas da manhã e cinco horas eu tinha que estar em casa.*

*Por que eu tinha que estar em casa cinco horas? Para ele não me ver de mulher, para os meninos da sociedade não pegarem, não me apedrejar, porque eles metiam pedra em mim e me deram a paulada, entendeu? Então, assim, era tudo escondido. Esse fato aí de prostituição, de sair na noite. Eu não poderia sair mais cedo.*

*E tudo eu contava para minha mãe, a minha mãe sempre me apoiou. Eu gosto muito da minha mãe, onde que ela esteja, que Deus a proteja. Eu agradeço também muito a ela por ter me botado para fora, né, de casa, devido eu ter uns irmãos pequenos. E assim, ah, travesti na família, por quê, né? Então, foi uma coisa assim, muito rápida. Eu saí de dentro de casa, eu fui viver a vida do lado de fora, fui me prostituir (Alessandra).*

A história de Alessandra, entre as meninas que apresentamos é a mais complexa, vinda de uma realidade em que desde a infância ela sabia que não poderia ser quem era, e mesmo criança era violentada com palavras por seu genitor. Apesar disto, ela não deixou de ser e contou com o apoio de sua mãe, que apesar de certas dificuldades, ela a protegia.

Alessandra é a realidade das mulheres trans e travestis brasileiras, infelizmente a cisheteronormatividade produz a violência e a exclusão familiar, como observamos no relato da entrevistada.

Ao pensar na trajetória de uma mulher trans, a violência antecede ao entendimento de si e do mundo enquanto personas outras. Após o entendimento ocorre a transição e, ao realizá-la, uma profissão é apresentada forçosamente às transexuais e travestis: a prostituição.

#### **4.2 Prostituição como Estratégia de Sobrevivência**

Ao falar de empregabilidade para mulheres trans, nós acabamos por retornar à questões de ausência direitos que relega à mim – como apresentado no capítulo anterior – e as minhas irmãs, a prostituição.

Em outro momento discutimos sobre a empregabilidade de mulheres trans e travestis, e a partir das entrevistas que tive, posso confirmar as afirmações apresentada nos momentos anteriores.

Monteiro (2019) evidenciou que a dificuldade em que mulheres trans e travestis em acessar os espaços formais de trabalho é ressaltado pelas estruturas que apresentam o binarismo de gênero homem/mulher e assim, todas aquelas que apresentam a ambiguidade de gênero são rejeitadas.

Eu posso confirmar esta afirmação, inicialmente a partir de minha experiência, em que estive contratada enquanto socióloga até o período que fui um corpo masculino, e quando

realizo a transição, sou mandada embora. Nós temos duas entrevistas que passaram por este processo. A primeira delas, a Rafaelly

*Então, eu comecei a trabalhar, eu tinha 15 anos, comecei a trabalhar com a minha tia, ela era salgadeira, e aí eu comecei a trabalhar na casa dela. E aí, no decorrer do tempo, eu tive uma oportunidade de arrumar um serviço melhor. Aí, eu entrei em casa de família, como diarista. Aí, trabalhei oito anos nessa casa. E aí, dessa casa, eu comecei, eu trabalhava duas vezes na semana, e aí eu consegui arrumar um serviço numa lanchonete. Eu trabalhava nessa lanchonete. Aí, eu fiquei quatro anos na lanchonete, só que aí já não estava dando muito certo. Aí, eles me dispensaram. Aí, eu fui fazer uma entrevista de trabalho em outra lanchonete. E aí, antes de eu ir fazer essa entrevista, tinha uma amiga minha, aí ela pegou e já tinha falado com o patrão dela que eu era homossexual, mas que ele pegou e falou, que não tinha problema, que estava tudo bem, que eu poderia fazer a entrevista, né? Aí, eu fui fazer a entrevista e comecei a fazer o teste. O teste, aí, ele estava tranquilo, assim, eu não tive dificuldades para pegar, para aprender, porque eu já sabia, só que aí, quando o patrão chegou, que ele viu que eu era uma trans, ele pegou e pediu uma funcionária dele para me falar que eu poderia ir embora, que não ia precisar mais do meu serviço. Foi a partir daí, eu fiquei muito chateada, né? Que foi quando eu caí na rua. Aí, eu comecei a trabalhar na rua. Fiz pista, tipo, uns três anos. E aí, eu comecei a trabalhar no site. Aí, comecei a viajar. Viajei. Muitos lugares aqui no Brasil. E aí, eu tive uma oportunidade para ir para fora do Brasil, né? Aí, eu fui com uma amiga. Aí, fiquei lá seis meses (Rafaelly).*

No relato de Rafaelly, o patrão a despede por este saber que ela era uma mulher trans, para este a transexualidade é um problema e não deve ser aceito. Assim como eu que fui mandada embora por uma PABX – uma telefonista –, Rafaelly também foi demitida por uma outra pessoa e não por seu empregador, isto faz com que ela “caia” na prostituição, assim como eu.

Na história de Iziz, ela percebe que enquanto possuía a persona masculina, os processos de empregabilidade não apresentavam entraves, entretanto após a transição

*Na época eu lembro que com 16 anos eu não fazia nada comecei a trabalhar. Eu como gay tive várias oportunidades de emprego aqui em Montes Claros. Já trabalhei no supermercado atacadista, AeC, loja de restaurante como caixa e loja de roupa também. Então com esse dinheiro aí eu fui dando uma mexidinha na casa. Aí depois que eu comecei a me*

*transicionar, então as portas se fecharam. Já entreguei bastante currículo, tive umas experiências em fazer entrevistas, mas todas falidas, onde que, se fosse um processo seletivo de três etapas, na primeira, eles já me descartavam. Só uma, uma empresa atacadista aí, por eu já ter experiência na área como curadora de caixa, fizeram a primeira entrevista e a segunda comigo, conversando com o gestor. Mas eu vi na cara do gestor que ali eu já não ia passar.*

*E em outra... em um call center, mas eu não achei interessante, porque eu achei muito difícil, por ser home office, eu não estava me adaptando, mas eu já entreguei bastante. Mas, assim, de oito entrevistas que eu fiz, de sete, na primeira entrevista, de sete, cinco já me descartaram de primeira. Não quiseram continuar o processo comigo. então tive que recorrer totalmente à prostituição. Mas assim, é bem difícil. Tem mês que é bom, tem mês que não é, porque a prostituição em si é um... Como é que eu posso te falar? É um serviço incerto. Tem dia que dá muito dinheiro, tem dia que não dá nada, tem mês que é milhões, tem mês que você não faz quase nada. Que você tem ali que segurar um dia que é bom, porque se você gastar tudo, ou se você ficar gastando com coisas fúteis, é perigoso você nem ter o dinheiro para comprar um marmiteix no outro dia. Então realmente, assim, a prostituição eu falo com todo mundo, é uma coisa de lua, é imprevisível. Tem vezes que você está com bastante dinheiro, mas tem vezes que você não tá com nada. Então assim, é uma vida muito regrada, é uma vida muito escassa. Tudo você tem que podar, tudo você tem que moldar, segurar, porque senão o dia de amanhã não pode ser incerto. Então, assim, eu por viver sozinha, por morar sozinha, então é água, luz, é wi-fi, é alguma coisa que eu quero fazer, algum investimento que eu quero fazer, estético, né, como lace, essas coisas. Então assim, é uma vida muito regrada, muito insegura (Iziz).*

Eu observo nos relatos acima – incluindo o meu – e nos que seguirão, que há um pacto da cisgneridade, em que homens e mulheres cis estabeleceram um contrato de cerceamento dos corpos trans e travestis. Cida Bento (2022) trouxe em seu trabalho O Pacto da Branquitude, discussões importantes sobre o pacto narcísico da branquitude, em que sujeitos brancos são beneficiados continuamente pela herança deixada pelos seus antepassados.

Aqui afirmo a presença de um pacto da cisgneridade, uma “herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. [...] O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recortado pelo coletivo” (Bento, 2022, 24-25). Eu percebo na nossa transição este deslocamento de realidade,

em que a utilidade dos corpos e sujeitos, dá lugar ao desprezo e a marginalização. Nós não conhecíamos enquanto passávamos por situações semelhantes, ou seja, o deslocamento. Eu percebo isto também nos relatos das outras garotas em que a transição e a prostituição e suas violências são muito próximas. Como o caso de Bruna abaixo

*Eu descobri a prostituição, comecei a trabalhar escondida da minha mãe, eu saía todo dia à noite. Ela falando, e eu com a roupa de mulher na bolsa, que até então ela não sabia que eu vestia de mulher. Montava na rua, colocava brinco, ia para casa de amiga mulher, chamava uma moto, ou pegava um ônibus e ia para a avenida. Eu trabalho, hoje em dia, como cabeleireira, em vez de ir para rua, porque a gente cansa com o tempo, aí eu trabalho em site, mesmo assim, a gente encara muita coisa, eu consegui juntar uma graninha, fiz o meu corpo, que era o meu sonho, era o sonho de todas: trabalhava, juntava o dinheirinho, fazia o seu corpo. Não é nem por estética, é porque hoje em dia, ser travesti, tinha que fazer isso e aquilo, porque só de nascer, em vestir roupa de mulher, já é travesti, já é uma trans, porque é o sentimento dela, e o gosto que ela tem de vestir roupa de mulher, de ter um cabelo, de ter uma peruca, ela é trans, então, na minha época não, tinha que ter silicone, tinha que ter aquilo, mas hoje não, hoje em dia, estar de peruca já é trans, consegue trabalhar e ganhar um dinheirinho, sem tanta violência, porque na minha época eu sofri, aí hoje em dia, graças a Deus, já estou feita (Bruna).*

O relato da Bruna traz questões pertinentes sobre como é o início da transição e seu cruzamento com a prostituição para pagar os procedimentos estéticos para conformar o corpo com a visão que o cérebro constrói de si. Essa realidade é mais complexa quando percebemos que Luana, como afirma abaixo é puta há trinta anos.

*Comecei a fazer programa, tinha 14 anos. Faço até hoje, com 40, 44 anos. Quando eu comecei a fazer, a fazer programa. Comecei a assumir mesmo, virar travesti. Comecei a tomar hormônio, aí comecei a fazer programa. É, virando, virando, virando o meu corpo, virando de mulher (Luana).*

Os relatos apresentam nuances que oferecem a quem não conhece a realidade perceber as dificuldades e percepções construídas em cima das mulheres trans e travestis, como observamos abaixo, na fala de Alessandra, sobre o seu processo de encontro com o ser puta.

*Eu saí de dentro de casa, eu fui viver a vida do lado de fora, fui me prostituir. E conheci uma bicha muito amiga minha em Belo Horizonte, que o nome dela é até daqui, Sandy Ellen. E aí é onde que começou todo o meu ritual de prostituição, né? Era uma zona e, na verdade, a gente travesti, a gente aprende três coisas na noite. A gente aprende a roubar, aprende a se drogar e aprende a mentir. São três coisas que a noite oferece para um travesti.*

*Ela só adquire se ela quiser. Eu, graças a Deus, particularmente, eu nunca precisei usar droga nenhuma para fazer o trabalho de puta. Ah, só faz se estiver bebendo, só faz se usar um pó, nunca precisou fazer isso.*

*Mentir também não é comigo, sabe? E roubar principalmente. Então, assim, são três pontos negativos que muitas travestis adquirem e são poucas que não adquirem esse ponto aí. Vamos lá. E aí eu vim pra Belo Horizonte, me prostituí no período de mais ou menos uns oito a nove anos, né? Consegui comprar uma moto com o dinheiro de prostituição, mas foi muito discriminada, né? Quando eu comecei foi pouco difícil. Porque eu já era bem afeminada. Eu já era gordinha quando era pequena e começava a me tacar de hormônio. Então eu ficava muito feminina. Então era muito difícil os homens dizerem assim... É um travesti. Sabe? Mesmo de cabelo curto era muito difícil você me reconhecer. Chegou ao ponto de um cliente até achar que eu era mulher cis e, na hora, eu não ser mulher cis. E deu aquela confusão toda, né? (Alessandra)*

As mulheres trans e travestis constroem os seus corpos do fazer e no viver, muitas destas encontram na pista este lugar de se identificar em sua mulheridades e acusam neste trabalho a construção de sua pertença. Estas construções são possíveis graças as suas resistências frente às violências que encontram, e a pista não está distante disto.

### **4.3 Violências e Abusos na Pista**

A rua, ao mesmo tempo em que é espaço de sobrevivência, é também local de riscos constantes. Estes riscos são construídos pela violência de gênero e por toda a transfobia que marginaliza o corpo trans/travesti enquanto o deseja. Todas as mulheres trans e travestis que conversei apresenta alguma história simples ou complexa de violência enquanto lutava para sobreviver. A primeira narrativa é a de Luana

*No começo tinha muito, muita gente que olhava a gente quando a gente ia fazer programa na rua, a gente já levou pedrada. Já levou, eh, verdurada. E mesmo assim a gente*

*saia, né? Já fui violentada de facção. Já levei coronhada de revólver. Pedrada. Eh, soco, já me levaram a soco. Já fui “faconeada” mesmo, levei facada na Pedra. Fui faconeada, levei pedrada. Já me chegaram a levar para o mato três, enfiaram um revólver aqui para colocar na minha cintura e não atirou, mas já colocou. Pedrada já levei. A experiência marcante foi uma vez estava todas nós na rua. Aí, quando pensou que não, chegou um, uma kombi de polícia. Pegaram nós todas, acho que foi seis, ou foi sete. E levou para a delegacia do nada. Levou nós para a delegacia, chegou lá fez um, tirou fotos nossas, colocou nosso, colocou nossas mãos, perguntou quantas tatuagens que nós tínhamos, colocou tudo lá e pegou e liberou nós (Luana).*

E para comungar com a narrativa acima, antes de discutir acerca da mesma, trago para a discussão o relato incisivo de Iziz

*Uma vez, que eu estava lá, né, como sempre, eu sempre... Em volta minha tem umas colegas minhas, uma ou duas, mas geralmente sempre eu estou sozinha, principalmente quando acontecer coisa ruim, eu estou sozinha. Onde que eu entrei dentro do carro, o rapaz perguntou quanto que era, não personalizou preço, valor, nem nada, só perguntou quanto que era, eu falei X, entrei dentro do carro.*

*No que a gente entrou dentro do carro, eu e ele, no banco da frente, aí eu, que inclusive, né, falei que era o lugar onde era mais escuro e tudo, que como sempre, né, por eles estarem com uma travesti, eles querem bem dizer um breu, que ninguém enxerga nada, nem a cor do carro dele. Aí eu já sabia um lote que era tranquilo, escuro, onde que eu sempre ficava lá, né, mas realmente é um lote, é escuro, então não tem nada nem ninguém perto. E eu e ele estávamos no banco da frente.*

*Aí quando ele parou o carro, ele falou assim, vamos passar para o banco de trás, porque eu sou muito alto e você também, aí a gente fica melhor no banco de trás. Eu falei, não, beleza, porque todo mundo, bem dizer, faz isso, né. Aí ele falou assim, vamos passar para o banco de trás. Antes de eu começar a me mexer para passar para o banco de trás, ele já passou com tudo e me deu uma gravata no pescoço. A minha valência foi que, na época, eu estava com aquela unha de gel, aquelas de fibra, e eu sempre gostava delas bem pontuda, stiletto e tudo. Ele me enforcou do nada, nem tinha pedido dinheiro antes, nem tinha falado nada, nem tinha nada, nada.*

*Ele já passou para banco de trás na intenção de safar com minha vida, né, porque é uma pessoa que te dá um mata-leão, quer te matar. Ele passou para o banco de trás, começou a me enforcar e forte mesmo, e eu pedindo ajuda, aliás, tentei, mas não saía, porque começa a te enforcar, você fica sem voz. Aí eu fui e comecei a bater com a unha no rosto dele até que ele deu um grito e me soltou e já foi para o banco, encostou no banco de trás.*

*Eu abri a porta, saí correndo nisso, eu deixei bolsa, deixei tudo para trás, porque o importante era a minha vida, né? Então, essa foi a pior, que realmente eu vi que ele queria me matar, queria safar com a minha vida, para me roubar ou sei lá, coisa boa ele não queria comigo. Essa foi a pior, sim, que foi realmente uma tentativa de homicídio. Mais recente, ano passado, né, no final de 2024, e, não, foi no final de 2024, em outubro, novembro, onze meninos, primeiro começou com oito, depois foi onze, estava só aumentando.*

*Aí depois eu registrei boletim de ocorrência e deu tudo certo. Onde que eu vi, não foi só comigo que aconteceu, mas com outras meninas soltando foguete, soltando bomba, aí via que era de longe, que podia não acontecer nada com a gente. Começou a jogar pedaço de caco de vidro, cerâmica quebrada, até pegou numa colega minha, em Pink, mas não machucou nem nada, só foi um raspão mesmo, e eu fiquei super com medo, amedrontada, né, porque se uma cerâmica daquela pega no rosto, ou no pescoço da gente, é morte, na certa.*

*Então, assim, mais do mais mesmo, foi essa tentativa de homicídio. Essa outra foi só ataques mesmo, né, como o povo fala, transfobia, homofobia, enfim. Essas duas que me marcaram muito. Depois disso, eu pensei mesmo, se é isso realmente que eu quero para o resto da minha vida, e eu sei que não. (Iziz Uva).*

Eu percebo que as violências surgem como uma tentativa de destituir as mulheridades que construímos, pois somos personas que transita entre os gêneros que a cisnormatividade estabelecem enquanto fixas, e assim

As travestis são transgressoras do padrão que determina o conviver apenas nesses dois gêneros, sendo alvo de muitas violências e discriminações por essa transgressão. Também são, na sua maioria, rejeitadas como membros da sociedade, tendo muita dificuldade na reinserção social (Simpson, 2015, p. 10).

O fato de existirmos gera na sociedade um grande desconforto. Eles nos querem, mas nos matam, por nos quererem, mas não nos aceitam. Em todos os relatos eu percebo a proximidade entre os corpos que nos violentam com o desejo de nos consumir. E isto ocorre

nos serviços públicos, como no caso da polícia, como nos trouxe Luana e Iziz e corroborado pela narrativa de Alessandra

*O que aconteceu comigo uma vez foi em um hotel... Com um cliente que me combinou de me dar 500 reais... E chegou de manhã e praticamente ele queria me enforcar, me matar. Ele disse: “Deita aí, deita aí, deixa eu ver”. Então ele foi me enforcando. Aí eu levantei do hotel e fiz o chamado da polícia e do ocorrido... E a gente foi parar na delegacia. Aconteceu que ele era fugitivo de Fortaleza... E estava com o homicídio que tinha matado uma mulher de programa enforcado. E aí ele ficou garrado e foi pagar a prisão dele lá. Foi o único problema que eu tive com clientes assim de rua. No meu tempo, eu tomava várias barrotadas de cabo de vassoura, de pau. Teve um policial uma vez que me pegou e me deitou no chão. E me deu 33 daqueles caixotinhos, aquelas madeirinhas de caixotinho. 33 pauladas na bunda daquele caixotinho. Eu nunca mais fui nesse lugar, na Pituba. Nunca mais. Foi a única coisa que aconteceu comigo assim que eu não gostei, que eu chorei demais. Eu sofri. Eu disse, é uma vida muito ruim, eu não quero isso pra mim. Mas a gente sabe o que a gente quer pra gente. Se eu tô lá é porque eu precisava e eu tinha que lutar pra ter aquilo.*

*Eu já os vi mandarem as trans se jogar da praia, da pedra, na praia... Pra não atirar. É assim, deixa eu te falar... As travestis trabalham lá na Pituba, trabalham em Patamares... E é Orla, Salvador é Orla, né? Em Itapuã.*

*Então, eles atacavam mais da Pituba. É um lugar muito bom, muita gente rica, né? Então, assim, travesti lá vai querer roubar, usar droga. Todo mundo fala, né? Então, o que acontece? Eles pegaram Jéssica, Radassa, Taíssa e Mônica. Hoje em dia é das três, a única que é viva é a Jéssica. Eles a mandaram subir na pedra da praia e se jogar, se atirar na praia. Ou então eles atiravam nela, mas antes de acontecer isso, existia muita perversidade. Mandava subir no pé de coqueiro, para a bicha subir no pé de coco... Mandava a bicha ficar uma pegando no membro da outra e brincando de ciranda, cirandinha*

*A pedra é alta e aí você subia correndo. E tinha um mar embaixo e ainda tinha mais pedra. Então você tinha que ter experiência e saber nadar. Porque teve duas que morreu afogada por não saber nadar. E foi nesse processo? Foi nesse processo. O GGB de Salvador teve esse processo, teve esse acompanhamento. Os policiais foram presos, perdeu a farda. E até hoje eles caçam a trans chamada Jéssica Brander. Eles são doidos pra matar a Jéssica porque foi Jéssica que denunciou eles.*

*Devido a ele ter feito essa maldade. Porque isso é uma maldade, né? Você pegar uma travesti, uma mulher de programa na noite para você fazer esse tipo de perversidade. É uma pessoa mal-amada. Eu a considero uma pessoa mal-amada, uma pessoa que tá desgostosa da vida. Mesmo estando trabalhando por perversidade, pôr a pessoa ser travesti, viado, como eles falam (Alessandra).*

Alessandra é uma mulher trans que nasceu e viveu no período da Ditadura Militar no Brasil. Assim, o seu relato traz muito mais situações relacionadas à violência e como as instituições públicas tratam as pessoas trans, em especial as mulheres trans e travestis

O Brasil tem, em sua história, o uso da violência a populações indígenas, negras, pessoas de baixa renda, homossexuais e transexuais. Tal prática remonta da era colonial e perdurou ganhando proporções absurdas, na época da ditadura, com a militarização da segurança. Tal herança está disseminada nas delegacias comuns, é praticada tanto por policiais civis como militares que, cotidianamente, tratam pessoas trans como seres híbridos ou como subversivos, negando-lhes o direito de exercer sua identidade de gênero (Larrat, p.159, 2015).

A raiz da história brasileira é racista, escravocrata, contra povos indígenas e, como observo nos relatos, ela é transfóbica. As instituições públicas são espaços comandados por membros do pacto da cisgeneridade que discuti anteriormente. Esta marca permanece atualmente, e os modos em que se inscrevem são os mesmos. Eles não nos aceitam, mas desejam os nossos corpos. E mesmo, os membros da sociedade civil assinam este pacto, e buscam formas de eliminar as mulheres trans e travestis, como nos relatos de Rafaelly e Claudeth

*Ah, uma vez eu estava na esquina com uma amiga minha. Ela estava em pé na esquina, na do Sarmiento. E aí eu estava conversando com um cliente. Eu estava abaixada na porta do...No vidro. Conversando com ele. E aí passou um táxi. E atirou. A pessoa pousou a mão para fora e atirou. Só que foi tudo... Muito rápido. Eu só ouvi o barulho. Na hora que atirou, eu pulei dentro do carro do cliente. E ela saiu arrastando. Meu corpo ficou dentro e minhas pernas para o lado de fora. Aí ele parou mais embaixo e eu peguei e desci. Aí eu subi e minha amiga estava em pé na esquina. Quando eu olhei, a perna dela estava sangrando. Aí o tiro pegou de raspão na perna dela. Aí foi a coisa mais horrível que eu vi, assim. Quando eu estava na rua para fazer a pista (Rafaelly).*

*Lá era bom e era ruim ao mesmo tempo, porque sempre passavam pessoas que nos criticavam, nos jogavam pedra, batiam na gente, jogavam muitas coisas na gente, na cara, passavam pessoas, paravam a gente para conversar, mas quando a gente vinha aqui não, já*

*estavam jogando ovo, era ovo, era xixi, tudo na gente. E, graças assim, a luta, né? A gente ia lutando lá na pista, a gente foi lutando para conseguir, mas sempre foi difícil, porque sempre que a gente tentava querer conseguir ficar lá, mas era difícil, mas a gente foi lutando e foi conseguindo. Aí fiquei um bom tempo, mais de uns 20 anos mais lá na pista, depois encontrei uma pessoa, aí que eu fiquei com ela, aí nós começamos a gostar, a pessoa pegou e falou comigo que era perigoso, né? Eu disse que era muito ruim. Peguei e decidi sair. E fiquei, saí, no meu serviço, estou trabalhando, mas fiquei muito tempo ainda fazendo, mesmo assim, depois que eu saí de lá.*

*O povo tinha pessoas que saiam com a gente, levavam a gente para os lugares, chegava lá nos lugares, a gente ia fazer o programa, terminava de fazer o programa, tinha uns que deixavam a gente lá dentro do mato, nos lugares, saia correndo com a moto, com o carro, tinha uns que batia, tinha uns que ameaçava a gente com arma. Aí quando a gente vinha ficar ainda batia, era o que acontecia lá e acho que até hoje ainda acontece. E era assim por diante, a gente não tinha paz e nem sossego, era muito difícil.*

*Tem um caso do rapaz, que eu tive um caso com ele. Aí ele me traiu com uma amiga minha, que era Luana, que é minha amiga hoje. Aí eu o peguei e trai com um amigo dele, ele pegou e atirou em mim, lá em casa. Por quê? Eu guardava três armas dele ainda de safada. Guardava três armas dele. Ele foi e pegou, que era meu namorado, né? Mas só que eu guardava as armas dele. Aí ele pegou e atirou em mim com a própria arma que eu guardava e atirou em mim com a própria arma dele. Que eu estava guardando. E nesse período que ele fez isso comigo, aí quando eu cheguei lá em cima, lá na BR ainda, ele foi e me pegou ainda com essa arma. Começou a me bater lá, pegou, pôr uma arma na minha cabeça. Pegou, foi pôr uma arma na minha cabeça e me bateu lá na rua. Lá na BR, porque que eu tinha feito aquilo com ele (Claudeth).*

A atuação na pista constrói nas mulheres trans e travestis o corpo-lugar, um corpo marcado pelo desejo e pelo cansaço. Um corpo cuja memória carrega a abjeção da sociedade e o sentimento dos homens em relação a estes. Todo corpo produz uma marca própria em si e no mundo. Eu sou um lugar, e enquanto travesti/ transsexual, este lugar é visitado pela paixão de quem me vê e me quer, é depredado e revisitado, pois nós somos a liberdade que o encarceramento social não suporta. Em todos os relatos, a estadia das mulheres trans na pista carrega a violência de quem nos consome.

A trajetória de Bruna traz consigo o grande ponto da prostituição em muitas de nós. O trabalho pela necessidade, assim como eu, a Bruna e as outras precisavam do dinheiro para sobreviver, sobrevivência esta que nos é negada, mesmo quando somos consumidas.

*Aí ganhava de tudo, xingos e xingos na rua, já aconteceu, na minha época de entrar dentro de um de um caminhão, tanto que na época – eu até emociono – eu queria ganhar um dinheiro, porque na época minha mãe não tinha, a gente não tinha, minha mãe trabalhava, sabe, e eu queria levar um dinheiro para casa, e a primeira vez que eu fui à rua, eu consegui um dinheiro bacana, dez, vinte reais. Na época era dinheiro, aí o caminhoneiro me chamou, me ofereceu cem reais. Na hora eu pensei, meu Deus do céu, aí eu entrei, fiz o diabo a quatro com ele, fiz de tudo, aí ele só olhou para mim assim, e mandou descer, falou assim, desce, e eu falei assim: Espera aí, mas você não me pagou. Aí ele falou assim: eu não te devo nada. Eu disse: não, mas a gente fez programa; Eu usava peruca na época, sabe, era magrinha, não tinha assim, destreza, não tinha, sabe, de querer enfrentar, porque graças a Deus, se fosse enfrentar, seria pior. Eu falei assim: não vou descer, sem o meu dinheiro. Ele pegou uma barra de ferro e falou assim: ou você desce, ou então, eu acabo você aqui dentro. Eu tinha ficado horas com ele, horas, eu desci do carro, estava sem um real, não, porque eu não tinha nada, eu fui implorar para carona, até que eu achei uma carona, mesmo assim, tive que pegar essa carona, em troca de sexo, fiquei com a pessoa, ele me deixou na rua de casa. Eu comecei a chorar e falei assim, meu Deus do céu, isso não é vida. Só que mesmo assim, eu continuei, eu levantei a cabeça e falei assim, não é todos que é assim, continuei indo para a rua, na qual não indico (Bruna).*

Martendal (2015) e Monteiro (2019) que discutem sobre o espaço de trabalho e a relação com as mulheres trans evidenciou o que Bruna relata. Ela que se tornou puta por necessidade, pois não conseguiu acessar os espaços formais de trabalho. Ainda assim, Martendal foi mais além e evidenciou que mesmo aquelas que não são putas, estão em serviços subalternizados de subserviência, e não em posições de poder. Bruna precisou tornar-se cabelereira para sair da pista, que é um lugar violento, e mesmo que continuasse atendendo – via site – precisou construir a si mesma enquanto cabeleireira, pois não tinha oportunidades.

Este processo evidencia o quanto a marginalização cumpre o seu papel de afastar as sujeitas do centro do direito, e quando interseccionamos a raça, nós percebemos que ela também precisa entrar no centro do debate.

#### 4.4 Racismo e Discriminação Institucional

Como discuti, a primeira mulher trans/ travesti brasileira foi uma mulher negra, Xica Manicongo. Eu também realizei uma discussão sobre a trajetória dos elementos do movimento LGBTQIA+. Isso ocorreu para situarmos o lugar de que falo. Eu sou uma mulher preta trans. O meu corpo era negro antes de ser trans, e assim como as meninas com quem eu dialogo, elas são negras trans.

Acerca da violência, os dados evidenciam que o corpo negro é também o que mais morre, dentro do espectro da transexualidade. Durante os últimos cinco anos mais de 70% das mulheres trans assassinadas eram negras<sup>20</sup>. Como me foi relatado, todas as meninas que cedeu suas histórias, tiveram proximidades com a violência, mas mais do que isso, poderiam ser parte das estatísticas que eu trouxe. Assim, questionei as meninas sobre possíveis violências raciais que sofreram em suas vidas.

As duas primeiras histórias são de Iziz e Claudeth, ambas relatam sobre o racismo estético que sofreram

*Já, mas mais virtual. Uma vez um cliente falou comigo, nossa, eu te achei linda, mas só não gostei da sua cor. Só dessa vez (Iziz Uva).*

*Já, e muito, nossa. O que mais a gente tem é preconceito sobre racismo. Por falar que a gente é negro, feia, cabelo duro, aí começa aquele racista, tem gente que fala uma coisa feia, pega para você, que não sei o que, é desse jeito. O povo não respeita mais as pessoas, não. Está difícil (Claudeth).*

A estética é um fator de discussão muito importante quando falamos sobre racismo. A construção do que é belo e do que é feio, tendo como base a raça existe desde a invenção da raça com o processo de colonização. O corpo negro sempre foi visto como um objeto indigno de beleza, e quando este corpo decide modificar-se, a violência é potencializada.

Quando discuto sobre raça e violência, um outro marcador é necessário: a violência racial presente nas instituições públicas. Assim, o “racismo institucional pode ser entendido através da legitimação histórica do próprio Estado em relação a práticas racistas presentes em

---

<sup>20</sup>(Rede Trans, 2019); (Rede Trans, 2020); (Rede Trans, 2021); (Rede Trans, 2022); (Rede Trans, 2023)

diferentes âmbitos sociais. Dessa forma, o racismo institucional induziria a organização e ação das instituições estatais” (Dutra, 2018, p. 66). Uma das instituições que opera com maestria o racismo institucional é a polícia. O mecanismo do estado que deveria proteger, ataca os corpos negros e servem aos novos senhores de engenho, inscritos na branquitude.

Esta discussão é necessária, pois nós mulheres trans negras, somos alvos constantes do aparato estatal. Inúmeras vezes tive embate com esta instituição, e em muitas delas, tive dificuldade em ser respeitada – ainda que diferente da maioria de minhas iguais, eu estivesse com organizações dos direitos humanos ao meu lado, como movimentos, deputados e muitos outros.

Assim, quando questiono sobre questões de raça e violência, dois relatos interseccionam nos modos de atuação do racismo institucional e os corpos trans. O primeiro é o relato de Luana.

*Antigamente a polícia, tinha, nós trabalhávamos, nós descíamos pra Dulce, policiais, pegava nós, batia, mandava a gente embora, falava que a gente estava dispensado do serviço, que era do programa. Batia na gente e mandava a gente embora da rua, não deixava a gente ficar na rua quando era o plantão desses homens, lembra como hoje, a gente não saia para a rua com medo deles.*

*Eu fiquei no sistema prisional. No Curvelo foi masculino. Aí em Belo Horizonte eu fui para o presídio de Betim. Aí chegou no presídio de Betim. Eu não podia ficar no presídio de Betim. Só eles pegaram e fizeram. Fui tipo estrupada no presídio de Betim. Que no presídio, a gente entrou no presídio. Eles não podem tirar a gente. Podem tirar a gente só de atendimento. Três agentes me tiraram de uma cela. E tirou um rapaz de outra cela e me levou. Cheguei no presídio. Me levou para uma sala para ficar com esse menino. Aí eu peguei e fiquei com o menino. Mas só que quando eu cheguei no presídio tinha duas gays presas que eu já conhecia de Betim. Eu peguei e falei com elas que tinha acontecido isso. Aí elas pegaram... Chama a Rafa que ela fala sozinha. Aí elas pegaram e falaram comigo que isso não podia no presídio. Era presídio mesmo masculino. Gritou lá no presídio. Aí os presos começaram a gritar. Aí eu lembro que no outro dia a juíza foi no presídio. Acho que a juíza vai no presídio três em três meses. É uma coisa assim. Aí a amiga minha falou que chegou agora e tiraram ela para poder ficar com os meninos. É tanto que eu tenho um processo sobre esse B.O. ainda (Luana).*

O tratamento dado à Luana que me relata com certo temor, é similar ao relato dado por Alessandra.

*Deixa-me te falar uma coisa, amiga, na minha época, você poderia ir no açougue de dia, se você chegasse no açougue de dia, se você estivesse com roupa de mulher, você seria presa. Então, a travesti preta, como eu, presa, para que presa? Porque eu tô com a roupa de mulher? Não, para lavar o banheiro, para chupar o pinto de algum deles, para ficar com algum deles, e depois ele acabava batendo, né? Porque eu sou negra.*

*Mas com as bichas brancas que ficavam presas, essas bichas só faziam com eles e lavavam o banheiro e não apanhavam, não. Uma vez eu fui com a roupa de mulher, era por volta de dez horas, a mamãe me mandou comprar batata, cenoura e um quilo de carne. E eu disse, ah, eu vou com esse vestido. Ela disse, não vai, que se a polícia te levar, vai te prender. Acabou que eu fui. Chegou lá, tinha um camburão da polícia e me prendeu. E o que foi a minha primeira reação? Uma ação, uma reação. O que foi que eu fiz? Eu quebrei o mercado todo, joguei verdura para cima, joguei as garrafas para cima, eu passei aquele vexame, foi aquela coisa, só que naquele momento eles não me agrediram, eles me agrediram quando chegou lá.*

*É diferenciado, era um tipo de racismo, porque a gente ficava até separada, as bichas pretas, negras ficavam em uma cela e as bichas brancas ficavam em outra, perto deles, conversando. Só uma questão, quando você fala bicha preta, você está falando das travestis? Isso, as travestis negras e as travestis brancas.*

*Desculpa. As travestis negras, a gente ficava em uma cela que só tinha um banheirinho horroroso e as travestis brancas ficavam em uma cela que tinha até colchão. Então, eu já distinguia que era discriminação, preconceito, devido a nossa cor ser negra e a gente, além de lavar banheiro, de chupar eles, transar e depois apanhar para depois ser solta. E se a gente falasse para a família da gente, quando ele pegasse a gente, a gente apanhava mais, então a gente nunca dizia nada a ninguém. Sempre ficava calada.*

*Então foi assim, criou um clima muito frustrante para mim na minha mente. Né? E eu fiquei presa um dia, no outro dia minha mãe foi lá e me soltou. Mas foi muito frustrante, pois do nada eles prendiam a gente. Hoje em dia, graças a Deus, tem algumas coisas que mudou, mas antigamente era muito difícil para a gente travesti, viu? Não era fácil, não. Você tinha que dormir o dia todo e acordar só na hora de você sair. E você tinha que sair o quê? Bem*

*arrumada, bem maquiada para que ninguém percebesse que você era um travesti, se percebesse é apanhado demais (Alessandra).*

Ambos os relatos trazem elementos de como a violência racial é traduzida para o corpo trans, e como as diferenciações de raça também precisam ser observadas. As mulheres trans e travestis negras são mais violentadas, e mesmo em situações similares, a raça grita. Estes dois relatos escancaram o motivo de mulheres trans negras serem as mais violentadas na sociedade. Assim como o pacto da cisgeneridade, o pacto da branquitude (Bento, 2022) também afeta os nossos corpos, e sem discutir a raça, não avançaremos.

#### **4.5 Resistência, Rede de Apoio e Subjetividade**

Nos casos em que muitas mulheres trans e travestis são condicionadas ao não-reconhecimento de sua identidade, pois a sociedade é cisgenerificada. O ser trans é também um aprendizado, a partir de redes construídas por nós mesmas. Mulheres trans ajudam outras mulheres. Ao discutir com as meninas se elas tiveram quem as auxiliasse no processo da transição, elas informaram outras mulheres que foram o suporte necessário para o autoconhecimento da transidentidade. A primeira fala foi a de Rafaelly

*Sim, teve uma amiga minha que se chama Juliana. tudo começou através dessa amiga minha, ela falou assim, ó, vai ter uma parada aqui em Montes Claros, vambora e tal, eu falei, vambora, aí eu fui para a casa dela, arrumei lá, primeira vez que eu pus um salto no pé, descobri um cabelo, e aí foi, gostei, pela primeira vez gostei, vesti, gostei, falei, ah, é isso que eu quero, me senti bem dessa forma. Ela que me ajudou. Ela que... Eu tinha muito medo. Eu era muito insegura, sabe? Eu era uma pessoa muito reprimida. Eu não gostava de sair. Muito presa. Por causa disso, eu tinha vergonha. Eu tinha medo dos olhares das pessoas. E aí, conforme eu fiz amizade com ela. A gente estudava na mesma escola. E aí ela... Ela me chamava para sair. Eu ia para casa dela. Aí tinha umas festas. Ela ia embora e tal. Eu ia com ela. E aí eu fui perdendo o medo. Mas assim, no começo foi um pouco difícil (Rafaelly).*

O início pode ser muito difícil e o medo toma conta das transsexuais e travestis, assim a Rafaelly precisou do auxílio de uma amiga. Outra que também teve este apoio foi Luana, como ela descreve

*Conheci uma amiga minha muito bem antiga, que chamava, como é que ela chama? Chamava, esqueci o nome dela. Ela me conheceu, ela morava umas duas ruas abaixo da minha*

*casa, de aluguel. Já era travesti, já tomava hormônio. Aí ela foi ela que me ensinou a tomar a minha primeira injeção de hormônio, que ela comprou para mim e aplicou em mim essa injeção. Que aí eu peguei e comecei a andar com ela, ela pegou e me ensinou também a pegar Maribondo e colocar no peito para ferver, para o peito ficar inchado. Aí eu, posso falar? Aí eu peguei, eu pegava esse Maribondo, no copinho de iogurte e colocava no peito, o Maribondo derretia, meu peito ficava inchado.*

*As meninas sempre ajudaram, não deixava, tipo vinham, vinha moleque querendo vir em cima da gente, elas entravam, as finadas, go, mesmo, elas não deixavam. Que eu era bem mais nova, elas, ix, elas gostavam de mim demais. Tinha uma finada, go, mesmo, que elas não deixavam, ela, como hoje estava, tinha um menino lá que, que mexia com drogas, ele pegou e veio em cima de mim. Queria ficar comigo, eu não queria ficar com ele. Ele pegou e veio querer ficar comigo. Elas pegaram e foram em cima dele, não o deixou vir (Luana)*

A fala de Luana traz os aspectos do desejo da transexualidade a qualquer custo. Ouvir que ela aprendeu a colocar maribondo no copo de iogurte para picar e inchar o peito, marca o quanto o desejo em ser mulher atravessa barreiras. Um outro ponto é a rede de proteção que elas estabelecem entre si, as mais velhas protegem as mais novas. Esta rede muitas vezes surge em contexto de prostituição, como é o caso de Alessandra

*Eu conheci uma amiga chamada Renata, que Deus a tenha também, que é de Ipatinga. Eu conheci uma mona também chamada Luana, que é Luana Muniz do Rio de Janeiro, que me ajudou muito. Então assim, são pessoas que eu não consigo esquecer, por ter me ajudado a esse período que eu fiquei nessa prostituição. Mas devido eu ver que o dinheiro da prostituição não rende, ele só rende se você for esperto ou esperta. Você vai depositando, você vai guardando, você vai investindo em alguma coisa. Então o que acontece? (Alessandra)*

Assim, uma mulher trans e travestis ensina a outra o “Beabá” da vida que não se escolhe e que é marcada pela subjetividade. As mulheres trans e travestis se educam entre si para sobreviverem, e infelizmente algumas ficam pelo caminho.

#### **4.6 Em memória daquelas que foram subnotificadas**

Este tópico é um lembrete sobre a necessidade de discutir as questões sobre as mulheres trans e travestis. A violência ceifa a vida e o sonho de muitas de nós. E eu não poderia deixar de questionar as entrevistadas se elas conheciam alguém que morreu e que foi

subnotificada<sup>21</sup>. Eu quis começar com Iziz, pois ela traz um nome emblemático pelo modo como a violência se estruturou: na vida e na morte.

*Hannah, quando eu comecei o meu processo de transição e tudo, ela me perguntava, e aí, como é que você fez, como é que faz, onde que eu tenho que ir, e eu sempre dava dicas, né? Todo mundo que me pergunta eu sempre dou dica. Então, quando eu vi ela naquela situação que ela foi internada com roupa masculina, cortaram o cabelo dela, que era o xodó dela, ela tinha um nojo com aquele cabelo, as unhas, ela sempre fazia o escorre dela pra ter a unha grande, pra ter a unha de gel e tudo, que eu vi ela com aquele térmico, aquele paletó, nossa, assim, eu achei um tremendo de um absurdo, mas assim, por eu ter uma convivência com ela, eu sempre soube que a família dela nunca aceitou ela. Tanto que sempre chamava ela pelo nome masculino, e ela já tava tão acostumada a ser chamada pelo nome masculino, que ela nunca falou, eu não quero que me chamem assim mais. Para de me chamar disso. Todo mundo, até vizinhos, pessoas, assim, próximas, que eu falo vizinhos, sem ser parente, sempre chamava ela pelo nome masculino. Ninguém nunca respeitou ela tratando-a no nome feminino.*

*Então, nisso, acho que ela já era uma pessoa depressiva, já era uma pessoa problemática, então acho que várias coisas assim acarretaram para piorar a doença que ela tinha, que era depressão, síndrome do pânico. Já tentou se matar várias vezes, inclusive até uma vez eu chamei o Aliança<sup>22</sup> e tudo pra dar uma intervenção, porque ela tava demais. E assim, eu achei muita sacanagem. Mas assim, eu achei muita sacanagem, mas é uma coisa que eu já esperava.*

*Por saber que a família dela nunca respeitou ela pelo nome feminino, e sempre ficava mandando ela vestir roupa masculina. Então, assim, eu já sabia que era de se esperar, entendeu? Eu fiquei surpresa, mas eu também não me surpreendi tanto, porque é uma coisa assim, quando a gente espera, a gente não se surpreende tanto. Mas eu achei uma puta de uma sacanagem.*

*Eu lembro da felicidade dela quando eu mostrei a minha certidão escrita feminino, meu nome bonitinho, certinho, como eu queria ser chamada. Então, assim, eu fiquei muito triste por ela. Eu sei que... Eu não sei, né? Eu não posso falar espiritualmente que eu não tenho esse*

---

<sup>21</sup> A subnotificação é a ausência ou obstrução da notificação, neste caso dos casos de morte de pessoas trans, por parte dos aparelhos do estado.

<sup>22</sup> A Aliança Nacional LGBTI+ atuou em Montes Claros nos últimos anos, servindo de suporte para os LGBTQIA+, principalmente os mais vulneráveis.

*poder, mas eu sei que a alma dela não ficou tranquila com esse velório, com esse enterro, com essa lápide com o nome masculino, né? Eu a garanto que não (Iziz Uva)*

Hannah foi uma mulher trans que faleceu após sofrer um acidente no município de Montes Claros e sua vida foi marcada por violências, assim como a sua morte. Quando esta ocorreu, eu participei do velório e os relatos de Iziz apresentam o mínimo do desrespeito que ela passou em seu funeral e que até hoje me entristece.

Um outro relato é o de Luana que traz nomes que não foram notificados, e sim subnotificados.

*E lembro também do, do, da, da morte da finada Go. Que era uma bicha muito boa, mataram ela. Acho que me lembro de 19 facadas. Um trem assim, 19 facadas que deram nela. Aí sim que foi, que eu lembro, mas eu lembro também que nós fomos no velório, tinha muita gente.*

*Teve uma amiga minha, morreu também, morreu de leucemia, muita gente boa, gostava muito de mim, eu gostava muito dela. Ela fez uma reportagem para uma revista, lembro como hoje, que eles ficam lá em casa, me chamavam para fazer essa reportagem também, mas eu peguei e não quis fazer não. Aí esse pegou e fez uma reportagem com ela, prometendo nela um dinheiro, um dinheiro muito bons, que eu lembro como hoje ela me falou isso. Ela pegou e fez a reportagem, aí esse pegou, pegou a reportagem dela, que ela fez, e fez vários outdoors em Montes Claros. E colocou a foto dela nos outdoors, e colocou a metade da reportagem que ela fez, e falando que da próxima vez que ela ia fazer a reportagem, que ela ia citar os nomes dos homens casados que saiam com ela. E nisso, ela tava recebendo várias ameaças de homens que... Várias ameaças de homens que ela saía, que era cliente dela. Aí ela pegou a amiga minha, ela era amiga minha, morreu também. Ela pegou e parou de fazer programa, saiu das ruas, ficava nas ruas, bem conhecida também, saiu das ruas, abriu um barzinho, o vídeo abriu pra ela, e chamava pra fazer programa nos barzinhos. Só que aí depois ela pegou e morreu. Aí o povo estava falando que foi cliente. Cliente que fez, não sei o quê, para ela poder morrer. Ah, eu não sei se colocou remédio, colocou veneno, não sei, para ela, mas eu fiquei sabendo que ela morreu de leucemia (Luana)*

Estas mulheres não tiveram seus nomes respeitados e os seus casos não foram tratados como deveriam, elas não existiram para o Estado, mas para suas amigas, eram pessoas muito importantes. Neste ensejo, Claudeth também evidencia nomes significativos

*Assim, porque tinha umas colegas nossas, uma amiga que chamava Sara, Sara era uma colega nossa lá de batalha, aí o povo pegou, matou a Sara, ninguém sabe por quê. Aí Natasha também veio a falecer. E outra amiga nossa que era daqui de Montes Claros, acho que foi morta, dona Roma. Essas coisas tudo marcou, né? Porque isso aí já veio alerta para a gente ter mais cuidado. Essas coisas e tudo mais, porque a época é isso aí, já vi um alerta para a gente ter mais cuidado na rua, porque o perigo estava solto, e a gente também saía com muitas pessoas, não sabia quem eram as pessoas, mas a gente era obrigado a sair porque eu estava lá para isso, para fazer o programa. Entrava no carro de um, no carro de outro, sempre ia ser o coração de ninguém (Claudeth).*

O caso mais recente de assassinato em Montes Claros foi o assassinato de Joelma Marthezine, em que já trouxemos a sua trajetória. Entretanto, nós precisamos – enquanto pessoas que acreditam nos direitos de pessoas trans – que os outros nomes, aqueles que foram esquecidos sejam marcados e lembrados.

Apesar de não ser da região de Montes Claros, Alessandra também trouxe mulheres que foram levadas pela transfobia

*Aconteceu um caso em Belo Horizonte, em Contagem, com uma amiga minha chamada Caroline. Primeiro eu vou contar o de Caroline, depois o de Janaína. Caroline o roubou, passou dois anos, dois anos, não foi dois dias. O homem a voltou e matou. Ele deu cinco tiros nela, ela ficou na cadeira de roda onze meses. Devido a ela não conseguir andar, ela entrou em depressão e se matou. A Caroline, lá de Contagem. É isso mesmo. E Janaína, era uma bicha de Salvador, da Bahia da minha cidade, foi trabalhar em Belo Horizonte. Chegou lá, puxou a chave do carro do homem e tomou 50 reais. O homem na mesma hora deu cinco tiros na cara dela e ela morreu com os 50 reais na mão. Quer dizer, uma morte brusca por causa de 50 reais, né? (Alessandra)*

Os nomes que aqui são citados são um lembrete do porquê este trabalho é importante, e porque apesar das dificuldades, é necessário que eu continue. É para quem vive e por quem morreu que continuo.

## É MESMO O FIM? OU APENAS CONSIDERAÇÕES

*E agora, Maria?  
 A pista acabou,  
 a luz apagou,  
 o cliente sumiu,  
 a noite esfriou,  
 e agora, Maria?  
 e agora, você?  
 você que não é respeitada,  
 que pelos outros é zombada,  
 você que faz a vida,  
 que ama, protesta?  
 e agora, Maria?  
 [...]  
 se você morresse...  
 Mas você não morre,  
 você é dura, Maria!  
 Sozinha no escuro  
 qual bicho do mato,  
 sem teogonia,  
 sem parede nua  
 para se encostar,  
 sem égua veloz  
 que fuja a galope,  
 você marcha, Maria!  
 Maria, para onde?<sup>23</sup>*

Escrever as considerações de um trabalho é um processo de retomada de tudo que vi e vivi no processo deste mestrado. Assim como o início, eu reconheço este trabalho como um dos mais difíceis, mas é um processo necessário. Não reconheço que seja o fim, pois para quem é trans, o fim está na esquina e não podemos aceitá-lo.

A realização deste escrito é também uma devolutiva a mim mesma enquanto mulher negra trans. O mestrado sou eu e o título quem me deu foi a rua, foi a pista e todas aquelas que junto à mim compõem a realidade cruel do ser trans.

---

<sup>23</sup> Releitura do poema E Agora José? De Carlos Drummond de Andrade.

Todo o processo construtivo do A puta na pista: a construção, trabalho e identidade do corpo –lugar tranvestigênera negra em Montes Claros foi demarcado pelo diálogo e pela mobilidade. Inicialmente desejava um trabalho diferente, mas as comunicações – interceptadas pela minha pombogira – modificaram estas construções.

Neste trabalho objetivei dialogar com as minhas companheiras, mulheres trans e travestis negras e putas investigando o processo de constituição da identidade e história do corpo-lugar e suas derivações, a partir de mulheres tranvestigêneras negras que possuem experiências enquanto profissionais do sexo em Montes Claros – MG, assim desdobrei este objetivo em outros três objetivos, sendo o primeiro: discorrer acerca dos significantes da historicidade tranvestigênera no Brasil e as relações entre gênero, raça e o corpo-lugar; Transcrever a minha história de vida enquanto uma mulher trans negra, assumindo o papel de protagonista neste trabalho e, por fim contar a história de seis mulheres travestis negras que passaram pela prostituição em Montes Claros, encontrando nestas as similaridades e as diferenciações entre as mesmas, a partir de suas memórias, trajetórias, trabalho e afetos.

Enquanto referencial epistemológico, eu me baseei na perspectiva das encruzilhadas de Rufino (2019) e Martins (2002). Entre as justificativas, e para além daquelas inscritas na Academia eu fui puta e a encruzilhada era o meu lugar de construção, não poderia me fazer valer de outra perspectiva. Este modo de fazer “pesquisa” me possibilitou dinamizar as relações constituir um diálogo mais singelo e uma outra forma de pensar o trabalho acadêmico.

Enquanto processo metodológico trabalhei com a revisão de literatura, a transcrevivência e a história oral. A transcrevivência é a visão trans da escrevivência. Esta utilizei para responder o segundo objetivo, enquanto a revisão de literatura foi necessária para o primeiro capítulo e a história oral, o terceiro. Apesar de parecer estanque, as encruzilhadas tornaram possível transitar entre ambas e conversar com os objetivos.

O meu primeiro capítulo é uma perspectiva teórica de discussão sobre uma trajetória viável da história da transexualidade no Brasil, partindo de Xica Manicongo até a atualidade. Digo caminho viável, pois não me objetivo a traçar um percurso, como se houvesse um único caminho, uma vez que a história é viva e fluida. Em seguida trato sobre uma interseccionalidade viável, o gênero e a raça. Xica Manicongo foi a primeira expressão da transexualidade que conhecemos, e além de trans era negra, e assim foi atravessada em sua época pela violência de gênero e raça. Em minha discussão apresentei dados – que seriam confirmados mais a frente –

sobre a questão de raça em corpos trans, uma vez que o racismo é uma marca estrutural na sociedade brasileira, e os corpos transexuais, são marcados pela raça.

Segundo dados apresentados, nos últimos cinco anos, 70% das transexuais e travestis assassinadas no Brasil eram pessoas negras. Este dado que muitas vezes não entra em discussões me fez refletir sobre a importância do encruzamento das violências e da realidade. No próximo subcapítulo eu discuto sobre a construção do corpo-lugar das mulheres trans e travestis. Nós mulheres trans e travestis não temos um corpo somente, mas um lugar atrelado a este.

O corpo-lugar de uma mulher trans é a construção que molda toda a vida – e morte – de uma trans ou travesti, como evidencio, a partir dos autores como Ramirez (2014); Fernandes (2019); Jesus (2019); Akotirene (2019); Collins (2020); Kilomba (); Brito (2016), Gomes (2005); Rede Trans (2019 à 2023); Monteiro (2019), Martendal (2015) e outros concluo que nossas vivências – das travas e trans – são marcadas por este objeto de desejo e repulsa, de amor e nojo, que é o corpo moldado pela necessidade daquelas iguais a mim e pela sociedade que marginaliza, mas consome.

O segundo capítulo me possibilitou trazer a minha história, a partir da transcrevivência. A escrevivência é a arte de poetizar a história de alguém, traduzindo em palavras as marcas da vivência de um ser. A transcrevivência é esta tradução pelo corpo de uma transexual/ travesti.

A minha história é marcada por violências, abusos e a necessidade de continuar, e tal história perpassando por diversos aspectos que marcaram na minha pele negra, a realidade que sou. Nascida de mãe solo, fui criada com ajuda de terceiros, e quando achei que teria paz, comecei a guerrear para sobreviver. Durante este processo conheci a espiritualidade que caminha comigo e que me levou até este momento, mas nestes entremeios tive que sair de casa para fugir de abusos, entrei na universidade, construí uma carreira, realizei a minha transição e perdi a carreira que tive. Devido à transfobia recorri a prostituição, me assumi enquanto defensora dos direitos de pessoas LGBTQIA+, me tornei mãe de santo e mestranda em desenvolvimento social.

Nas considerações é necessário resumir as construções realizadas no trabalho, entretanto caso esteja lendo estas considerações – apenas. Eu sugiro que retorne ao segundo capítulo para ter a experiência completa.

O meu terceiro capítulo é a história de seis mulheres trans e travestis negras organizada em seis subtópicos: Transição e Família; Prostituição como Estratégia de Sobrevivência; Violência e Abusos na Pista; Racismo e Discriminação Institucional; Resistência, Rede de Apoio e Subjetividade e Em memória daquelas que foram subnotificadas. Para constituição deste capítulo conversei com seis grandiosas mulheres, Alessandra, Rafaelly, Claudeth, Luana, Iziz Uva e Bruna.

O primeiro ponto que traço é sobre a transição e família, é impossível dissociar estes dois conceitos, principalmente quando em todos os relatos a família se fez presente. Dentre as meninas, a transição é um lugar da adolescência, todas elas começaram ali. Para Bruna, Claudeth, Iziz, Rafaelly e Luana, a família aceitaram o processo e abraçaram as mesmas, tendo principalmente a figura materna – assim como eu – no lugar de destaque.

O relato de Alessandra evidenciou a crueldade sobre o corpo trans, ainda que não o seja no momento. Ela ouviu de seu pai ameaças de morte e violências, desde quando ainda era criança. Apesar disto, a mãe foi a válvula de cuidado frente à violência apresentada por seu pai. Infelizmente, geralmente quando tratamos de transexualidade, é a família agir como a de Alessandra.

O segundo aspecto em comum entre os relatos é a prostituição como estratégia de sobrevivência. Neste aspecto, tanto a mim, quanto as outras, passaram e/ ou estão na prostituição devido ao que chamo de pacto da cisgeneridade. Dentre as meninas, todas passaram pela marginalização, após a transição. Independente de formação ou perfil para ocupar os espaços formais de trabalho, se transicionou, é fora. Devido à marginalização todas nós recorremos a prostituição para nos formarmos mulheres e viver. Eu encontrei a prostituição, após perder o trabalho enquanto socióloga, Rafaelly encontrou após ser impedida de trabalhar e as demais foram relegadas a este lugar, novamente por causa da transição.

Cida Bento discute o Pacto da Branquitude, e a cisgeneridade cabe neste lugar, pois eu e as meninas não éramos próximas e nossos caminhos eram distintos, mas a narrativa é a mesma. A cisgeneridade não quer os nossos corpos nos mesmos lugares que eles.

Devido a realidade da prostituição, a violência é um marcador que permeia este lugar e os abusos são constantes. As mulheres relatam desde crimes simples até tentativas de assassinatos, isto quando não houve assassinatos. Entre os relatos, a violência que me foi

apresentada por Alessandra é o que mais posiciona o pacto da cisgeneridade na tentativa de nos eliminar. Ela relata que sujeitos da força de segurança pública utilizou de seu aparato para brincar com as mulheres trans e travestis profissionais do sexo, inclusive fazendo – as cometer um possível autoextermínio – se jogando de uma pedra alta para o mar. Esta ação resultou na morte de duas garotas que não sabiam nadar. Iziz e Rafaelly também relataram tentativas de assassinato puramente pelo desejo de exterminarem a mulheridade trans. Todas estas garotas poderiam ser hoje estatísticas.

Por falar em estatísticas, os próximos relatos foram acerca da relação entre raça e gênero. Em meu estudo eu trouxe dados da violência maior – o assassinato. Nos últimos cinco anos, mais de 70% dos assassinatos eram de mulheres trans e travestis negras, negras como as minhas sujeitas e que, como no espaço anterior, poderiam compor estes dados estatísticos.

Quando trato de violência racial, observei que as meninas relatam desde racismo estético, relacionado a cor e elementos como o cabelo crespo e a pele retinta, até o racismo institucional. Em tratar-se de racismo institucional, Alessandra e Luana apresentam substancialmente como é o tratamento da força de segurança pública frente à transexualidade negra. Marcada pelo fetichismo em utilizar o corpo negro trans para abusos e violências sexuais, como também o tratamento dispar entre sujeitas brancas e negras na mesma categoria. Estes relatos e os dados apresentados anteriormente reforçam e comprovam a necessidade de ampliação das discussões de raça em consonância com transexualidade e vice-versa. É preciso que estas duas categorias dialoguem entre si, efetivamente, caso contrário, nós mulheres negras trans continuaremos a mercê dos “racistranfóbicos”.

O quarto subtópico são relatos das redes de apoios estabelecidas entre as meninas. Grande parte delas tiveram uma outra mulher que a ajudou no processo de transição e que serviu de amiga, consolo e proteção frente as violências sofridas por elas. De Rafaelly à Alessandra, as meninas têm referências que as instruem, uma vez que só se reconheciam enquanto corpos estranhos, até que percebem sua transexualidade e dinamizam relações com outras meninas, em um processo transeducativo. Isso é muito importante quando somos abandonadas pelos espaços que deveria nos acolher e orientar. Apesar disso, uma trans reconhece outra para se autoafirmar.

O último e mais triste subtópico intitulado Em memória daquelas que foram subnotificadas é uma tentativa de manter vivo o nome de mulheres trans e travestis que ficaram pelo caminho meu e de minhas parceiras. Cada menina trouxe um relato de alguém que perdeu

a vida pela transfobia e que devido as estruturas sociais altamente transfóbicas, não tiveram seus nomes marcados sequer em lápides, mas ficaram vivos na memória.

Sara presente, Hannah presente, Joelma presente, Natasha presente, Dona Roma presente, Vera Lúcia presente, Rubi presente, Radassa presente, Taíssa presente, Mônica presente, Caroline presente e Janaína presente.

Estas mulheres ficaram pelo caminho, mas não serão esquecidas, pois estarão marcadas nas memórias de cada garota que as conheceram e neste trabalho também, é o mínimo que posso fazer.

Por fim, reconheço que este trabalho é incipiente, mas conseguiu responder os objetivos propostos, delinear algumas questões e suscitar perguntas que poderão ser respondidas em outros trabalhos que seguirão. Estas são considerações, mas não são finais. Eu me recuso a finalizar, pois a vida e história de nossas irmãs não terão mais os finais marcados.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019;
- ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **A Espacialização da Transfobia no Brasil: assassinatos e violações de direitos humanos em 2021**. Série Publicações Rede Trans Brasil, 6a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2022.
- ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; CABRAL, Euclides Afonso. **Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das Pessoas Trans no Brasil em 2022**. Série Publicações Rede Trans Brasil, 7a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2023.
- AZEVEDO, Mariângela Oliveira; OLANDA, Elson Rodrigues. **O ensino do lugar: reflexões sobre o conceito de lugar na Geografia**. *Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*, v. 13, n. 3, dez/2018, p. 136 – 156, 2018.
- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 1. ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRASIL, Aline Silva; GATTI, Daniela. Corpo-Lugar: ensaio reflexivo sobre um processo criativo em dança. *Revista Moringa - Artes do Espetáculo*, João Pessoa, UFPB, v. 7 n. 2, jul/dez 2016, p. 25 a 39;
- BRITO, Camila Pina. **“Já é negro e ainda quer ser travesti?” – experiências trans de mulheres negras**. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade). Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié - BA, 2016. 128f.
- BRITO, Marcelo Sousa. O lugar que há em nós ou o corpo-lugar que somos nós. *ILINX*, nº 12, s/v, 2017, p. 12-22.
- BRITO, Marcelo Sousa. **O teatro que corre nas vias**. Tese (Doutorado em Artes Cênicas). Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas Escola de Teatro. Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2016. 224f
- CAMPOS, Ana Luísa Rodrigues; WANZELLER, Marisa Souza Pacheco. **Da pista ao luxo:**

**uma reportagem sobre a prostituição no Distrito Federal.** 2019. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019;

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico] / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, Ellen Sabrina de Assis Costa; COIMBRA, Welington. As Religiões de Matriz Africana e o Trabalho na Escola. In: Heiberle H. Horácio [Org.] **Possibilidades para o trabalho nas escolas com a educação para as relações étnico-raciais, diversidade sexual e de gênero, e para justiça social.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 386p. 16 x 23 cm

COSTA, Hainra Asabi Alves. **Identidade Racial E Transexual: Um Olhar Sobre Os PNLD De Sociologia.** Dissertação (Mestrado Nacional de Sociologia em Rede). Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP. Marília- SP, 2020. 91f.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, n. 1, p. 9-25, 2003

DUTRA, Luiza Correa de Magalhães. “É o céu da boca do inferno esperando você”: a violência policial e o marcador social raça – representações sociais sobre o campo de análise. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica. Porto Alegre- RS, 2019. 160f.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água.** Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (orgs.). **Escrivivência: a escrita de nós:** reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERNADES, Estevão Rafael. **“Existe índio gay?”: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil.** 2. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. 206p.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson; ODARA, T. Gênero na encruzilhada: Um olhar em torno do debate sobre vivências trans no candomblé. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 14, p. 50–72, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal N. 10.369/03.** Brasília: SECAD/MEC, 2005.

GONÇALVES JR., Sara York; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 28(3): e75614 DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n375614.

HOLZER, Werther. Lugar. **GEOgraphia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN: 2674-8126 Vol.21, nº 47, 2019: set./dez.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 28(1), e56509, 2020;

LARRAT, Symmy. Transfobia: como vencer uma herança do Brasil colonial e uma marca da ditadura? In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 194 p.: il.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte: problemas e métodos**. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2395/1286>>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MARTENDAL, Laura. **Experiência(S) Profissionais(S)? Relatos de mulheres transexuais**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Centro Sócio Econômico Departamento De Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 2015. 60f.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar. In: RAVETTI, Graciella; ARBEX, Márcia (Orgs.). **Performances, exílios, fronteiras: errâncias territoriais e textuais**. Belo Horizonte: POSLIT/UFGM, 2002. p. 69-91.

MARTINS, Leda. Martins. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

MARQUES, Janote Pires. A “observação participante” na pesquisa de campo em Educação. **Educação em Foco**, ano 19 - n. 28 – mai./ago. 2016 p. 263-284

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar/** José Carlos Sebe Bom Meihy, Fabiola Holanda. – 2.ed., 4º reimpressão – São Paulo: Contexto, 2015.

MORANDO, Luis. **Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte** (1963 - 1969). In: QUINALHA, R. H.; GREEN, J. N. *Temáticas*, Campinas, 28, (56): 231-254, ago./dez. 2020 (Eds.). Ditadura e Homossexualidades: repressão.

MONTEIRO, Ana Cláudia Rodrigues Bandeira. **O trabalho da mulher transexual e a**

**discriminação de gênero: o desafio da inclusão sob o paradigma do direito ao trabalho digno.** Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Católica de Brasília, 2019.

MONTEIRO, Frida Pascio. **Vivências afetivo-sexuais de mulheres travestis e transexuais.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista (Unesp) “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Araraquara, 2020. 238 p.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; ARAÚJO, Tathiane Aquino. **Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das Pessoas Trans no Brasil em 2023.** Série Publicações Rede Trans Brasil, 8a. ed. Uberlândia: Rede Trans Brasil, 2024;

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.** – Curitiba, 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

OLIVEIRA, Dandara Felicia Silva. **Na Quebrada da Pista. Precariedade da vida e trabalho sexual de transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora/MG.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023. 120 f.

PEREIRA, Maiara Cristina. **Análise Das Experiências Sociais E Subjetivas De Mulheres Trans: um estudo sobre rupturas e continuidades geracionais.** Dissertação (Mestrado em Educação Sexual). Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual. Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara- SP, 2020.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias.** São Paulo: Autêntica, 2022.

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL (REDE TRANS BRASIL). **A Exclusão das Identidades e das Existências de Pessoas Trans – da Morte Social à Morte Física** – Monitoramento: Assassinatos e Violação de Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil – Dossiê, 2019.

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL (REDE TRANS BRASIL). **Transfobia: a pandemia que o Brasil ainda não extinguiu e o isolamento social que conhecemos** – Monitoramento: Assassinatos, Suicídios e Mortes Brutais de Pessoas Trans no Brasil – Dossiê, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017;

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Antropologia da e na cidade, interpretação sobre as formas da vida urbana** / Ana Luiza Carvalho da Rocha [e] Cornelia Eckert. – Porto Alegre: Marcavísal, 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0105, 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0105. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0105>. Acesso em: 3 jul. 2025.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019. 164 p;

SANTOS, Elisson Lima. **Transcrevivências**: crítica à colonialidade em ambientes educacionais formais. Dissertação (mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2024;

SANTOS; Karolyn Marilyn de Oliveira; OLIVEIRA-SILVA, Lígia Carolina. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. **Cadernos Pagu**, nº 62, 2021:e216221 ISSN 1809-4449.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Subsecretaria de Atenção Primária, Vigilância e Promoção da Saúde. Superintendência de Atenção Primária. **Infecção pelo HIV e AIDS: prevenção, diagnóstico e tratamento na atenção Primária** - v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: SMS, 2016.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico**, ISSN 2357-738X, ISSN-e 0102-4302, Vol. 18, Nº. 1, 1994, págs. 175-203

SILVA, Joseli Maria. Corpo, Corporeidade e Espaço na Análise Geográfica. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luisa Zeferino. **Maneiras de ler: geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013.

SILVA, Valdenice Portela. **A discriminação da mulher negra no setor industrial sergipano entre 2007 e 2014**: uma análise dos impactos da norma de responsabilidade social empresarial. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão- SE, 2017. 149f.

SILVA, Lauri Miranda. **Estudos sobre LGBTQIA+ e mulheridades em Rondônia**: percursos e perspectivas de subversão na produção acadêmica. Divulga-CI, Porto Velho, v. 2, n. 6, jun. 2024.

SIMPSON, Keila. Transexualidade e travestilidade na Saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa.

**Transexualidade e travestilidade na saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 194 p.: il.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Cristiane Prudenciano de. **Resistência trans: práticas sociais na construção da cidadania de travestis e transexuais na cidade do Recife.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo - SP, 2017. 177f.

SOUZA, Cristiane Prudenciano de. Travestis e Transexuais no Brasil: Memórias de Luta e Resistência. **Cadernos de Psicologia**, 2023, Vol. 25, Nro. 1, e1599. ISSN: 0211-3481.

SUESS, Rodrigo Capelle; RIBEIRO, Antônia da Silva Samir. O Lugar da Geografia Humanista: Uma Reflexão Sobre o Seu Percurso e Questões Contemporâneas – Escala, Críticas e Cientificidade. **Revista Equador (UFPI)**, Vol. 6, Nº 2, p.1 – 22. ISSN: 2317-3491, 2017.

TAGLIAMENTO, Grazielle. Direitos humanos e a saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

UEMG UNIDADE DAVINÓPOLIS. **Encontro com a autora Conceição Evaristo** – 4/11/15. 2015. (2h07m53s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n0YupSAbJ-k&feature=youtu.be>>. Acesso em: 23 set. 2019.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.